SciELO

PUBLICAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL
DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
(RIO DE JANEIRO)

1948 v.84 n.5
1947 v.86,88
1946 v.89 n.5

SAIDA	ENTRADA
[illegible]	[illegible]

PUBLICAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE
PROTEÇÃO AOS INDIOS
(RIO DE JANEIRO)

1948 v.84 n.5
1947 v.86
1947 v.88
1946 v.89 n.5

SciELO

COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS ESTRATÉGICAS
DE MATO GROSSO AO AMAZONAS

(Publicação n.º 84)

Anexos n.º 5

HISTÓRIA NATURAL

ZOOLOGIA

Ofídios de Mato Grosso

(Contribuição II para o conhecimento dos ofídios do Brasil)

POR

AFRANIO DO AMARAL

1.ª edição: Comp. Melhoramentos de S. Paulo 1925
2.ª " : autorizada pelo C. N. P. I. - 1948

1948
IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL

SciELO

COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS ESTRATÉGICAS
DE MATO GROSSO AO AMAZONAS

(Publicação n.º 84)

Anexos n.º 5

HISTÓRIA NATURAL

ZOOLOGIA

Ofídios de Mato Grosso

(Contribuição II para o conhecimento dos ofídios do Brasil)

POR

AFRANIO DO AMARAL

1.ª edição: Comp. Melhoramentos de S. Paulo 1925
2.ª " : autorizada pelo C. N. P. I. - 1948

1948
IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL

MUSEU DE ZOOLOGIA - USP
BIBLIOTECA
RECEBIDO em: 05.07.84

ÍNDICE

Assunto	*Págs.*
INTRODUÇÃO	5
Na coleção de 99 exemplares que a "Comissão Rondon" ofereceu ao Museu Nacional, há 50 espécies representadas, sendo 3 novas, classificadas pelo autor: a) *Liophis longiventris* b) *Apostolepis Rondoni* c) *Micrurus albicinctus*	5
Relação de 46 espécies já assinaladas para a fauna ofiológica de Mato-Grosso, representada por 96 espécies	6
CLASSIFICAÇÃO :	
A) Família BOIDAE	
B) Família COLUBRIDAE	
C) Família AMBLYCEPHALIDAE	40
D) Família VIPERIDAE	42
Estampa n.º 1: figuras 1 a 6.....	45
Estampa n.º 2: figuras 7 a 10.....	47

INTRODUÇÃO

Quando, em fins de 1921, tomei a resolução de emprestar meus serviços de especialista ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, para determinar sua rica coleção de ofídios, mal supunha que, ao estender minhas vistas até os exemplares colhidos em épocas diversas, entre 1908 e 1914, pela "Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato-Grosso ao Amazonas", dirigida pelo eminente patrício General Cândido Mariano da Silva Rondon, viria a encontrar ali material tão abundante e precioso como aquele de que me vou ocupar no presente trabalho, segundo da série por mim encetada sob o titulo de "Contribuição para o conhecimento dos ofídios do Brasil" (1).

As cobras da Comissão Rondon, colecionadas nas regiões central e setentrional de Mato-Grosso, perfazem o total de 99 exemplares, correspondentes a 50 espécies, das quais 3 novas, que descrevo, neste trabalho, sob os nomes, respectivamente, de *Liophis longiventris*, Apostolepis Rondoni e *Micrurus albicinctus*.

Na aludida coleção figuram igualmente as espécies *Rhinobothryum lentiginosum* SCOPOLI e *Pseudoboa occipitolutea* (DM. & BIRR.), as quais eu ainda não vira registadas para o Brasil, e bem assim as espécies, raras entre nós, *Drymobius dendrophis* (SCHL.), *Urotheca bicincta* (HERM). *Atra-*

(1) Para a contribuição I, vejam-se os Anexos do Instituto de Butantan — Seção de Ofiologia — 1921 — I/1.

SciELO

ctus latifrons (GTHR.), *Pseudoboa bitorquata* (GTHR.) e *Ps. labialis* (JAN), *Philodryas viridissimus* (L.), *Dipsas variegata* (DM. & BIBR.) e *Bothrops Castelnaudi* DM. & BIBR.

Todavia, como expressão de uma fauna estadual brasileira, a presente lista deve ser aumentada com diversas outras espécies já assinaladas anteriormente em Mato-Grosso, a saber :

1. **Typhlops reticulatus (L.)** — KOSLOWSKY, J. — *Rev. Mus. La Plata.* 1898, VIII: 26.

2. **Leptotyphlops albifrons** (WAGL.) — BOULENGER G. A. — Cat. Sn. 1893. I: 63 (loc. Corumbá).
   — PERACCA, M. G. - *Boll. Mus. Zool. Anat.* Torino, 1904. XIX. 460: 7 (loc. Urucum).
   — KOSLOWSKY, J. - l. cit. : 26.

3. **Constrictor constrictor (L.)** — COPE, E. D. - *Proc. Am. Phil. Soc.* 1887. XXIV. 125: 56.
   — KOSLOWSKY, J. - l. cit.: 26.

NOTA: O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades matogrossenses Campo-Grande, Pôrto-Esperança e Senador-Vitorino.

4. **Ilysia scytale** (L.) — KOSLWSKY, J. - l. cit.: 26.

5. **Helicops carinicauda** (WIED) — Idem.

6. **Drymarchon corais** (BOIE) — Idem.
   — COPE, E. D. - l. cit. : 58.

7. **Leimadophis almadensis** (WAGL.) — BOULENGER, G. A. - *Proc. Zool. Soc.* Lond. 1903. II: 70 (loc. Chapada).
   — KOSLOWSKY, J. - l. cit.: 27.

NOTA: O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie da localidade matogrossense Mutum.

8. **L. typhlus (L.)** — BOULENGER, G. A. - *Cat. Sn.* 1894, II : 137 (locs. Chapada e Corumbá).
   — KOSLOWSKY, J. - l. cit.: 27.

9. **Cyclagras gigas** (DM. & BIBR.) — Idem.

SciELO

NOTA: O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades matogrossenses Miranda, Pôrto-Esperança, Senador-Vitorino e Salobra.

10. **Lystrophis histricus** (JAN) — KOSLOWSKY, J. - l. cit.: 28.

11. **Aporophis lineatus** (L.) — Idem.

12. **Liophis genimaculatus** (BOET.) — Idem.

13. **Dimades plicatilis** (L.) — Idem.
— PERACCA, M. G. - l. cit.: 8 (loc. Urucum).

NOTA: O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie da localidade matogrossense Pôrto-Esperança.

14. **Simophis rhinostoma** (SCHL.) — KOSLOWSKY, J. — l. cit.: 28.

15. **Leptodeira annulata** (L.) — Idem.

NOTA: O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades matogrossenses Guaicurus e Visconde Taunay.

16. **Pseudoboa trigemina** (DM. & BIBR.) — KOSLOWSKY, J. - l. cit.: 29.

NOTA: O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades matogrossenses Aquidauana, Mutum e Campo-Grande.

17. **Ps. Guerini** (DM. & BIBR.) — KOSLOWSKY, J. - l. cit.: 29.
— BOULENGER, G. A. - *Cat. Sn.* 1896, III: 113 (loc. Corumbá).

NOTA: O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie da localidade matogrossense Guaicurus.

18. **Rhinostoma Guianense** (TROS.) — KOSLOWSKY, J. - 1. cit. 29.

NOTA: O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie da localidade matogrossense Miranda.

19. **Philodryas Psammophideus** (GTHR.) — BOULENGER, G. A. - *Cat. Sn.* 1896. III: 132.
— KOSLOWSKY, J. - l. cit. 29.

SciELO

20. Ph. Nattereri STEIND. — BOULENGER, G. A. - l. cit.: 134.
— KOSLOWSKY, J. - l. cit. 29.

NOTA :O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie da localidade matogrossense Mutum.

21. Ph. matogrossensis KOSL. — KOSLOWSKY, J - l. cit.. 29-30.

NOTA :O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades matogrossenses : Correntes, Miranda, Mutum e Visconde Taunay.

22. Platyinion lividum AMARAL — AMARAL, A. DO — *Proc. N. E. Zool. Club.* 1923. VIII: 91.

NOTA : Por engano de revisão, o tipo desta espécie foi, na publicação original, dado como procedente de Dorizon, Estado do Paraná, quando realmente foi recebido do Sr. Emílio Guarini, de *Guaicurus, Estado de Mato Grosso*, em 18 - X - 1920.

23. Erythrolamprus aesculapii (L.) — COPE, E. D. - l. cit.: 57.
— KOSLOWSKY, J. - l. cit.: 30.

24. Apostolepis assimilis (REINH.) — BOULENGER, G. A. - *Proc. Zool. Soc. Lond.* 1903. II: 70 (loc. Chapada).

25. Ap. erythronota (PET.) — COPE, E. D. - 1. cit.: 56.
— BOULENGER, G. A. - *Cat. Sn.* 1896. III: 237.
— KOSLOWSKY, J. - l. cit.: 30.

26. Ap. ambinigra (PET.) — BOULENGER, G. A. - l. cit.: 237.
— KOSLOWSKY, J. - l. cit. 30.
— COPE, E. D. - l. cit.: 56.

27. Ap. intermédia KOSL. — KOSLOWSKY, J. — l. cit.: 30-31.

28. Ap. Borelli Per. — PERACCA, M. G. - 1, cit.: 9 (loc. Urucum).

29. Elapomorphus tricolor (DM. & BIBR.) — KOSLOWSKY, J. - l. cit. 31.
— PERACCA, M. G. - l. cit.: 10 (loc. Urucum).

NOTA : O Instituto de de Butantan tem recebido exemplares desta espécie da localidade matogrossense : Mato-Grosso.

30. Micrurus corallinus (WIED) — GRIFFIN, L. E. - *Mem. Carn. Mus.* 1915. VII. 3: 217 (loc. Sto. Antônio do Guaporé).

SciELO

31 **M. frontalis** (Dm. & Bibr.) — Koslowsky, J. - l. cit.: 31.

NOTA : O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie da localidade matogrossense: Campo-Grande.

32. **M. lemniscatus** (L.) — Peracca, M. G. - l. cit.: 10 (locs. Corumbá e Urucum).

33. **Sibynomorphus turgidus** (Cope) — Cope, E. D. - l. cit.: 58.
— Koslowsky, J. - l. cit.: 32.
— Peracca, M. G. - l. cit.: 11 (locs. Carandázinho, Corumbá e Urucum).

34. **Bothrops Neuwiedii** Wagl. — Griffin, L. E. - l. cit.: 226.
— Koslowsky, J. - l. cit.: 32.

NOTA : O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades matogrossenses: Aquidauana, Campo-Grande, Guaicurus, Mato-Grosso, Miranda, Mutum, Pôrto-Esperança e Visconde Taunay.

35. **Crotalus terrificus** (Laur.) — Cope, E. D. - l. cit.: 59.
— Koslowsky, J. - l. cit.: 32.
— Peracca, M. G. - l. cit.: 11 (loc. Urucum).

NOTA: O Instituto de Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades matogrossenses: Arapuá, Campo-Grande, Carandazal, Corumbá, Guaicurus Mato-Grosso, Miranda e Pôrto-Esperança.

A essas 35 espécies devo acrescentar mais as 11 seguintes, também não compreendidas no material da Comissão Rondon, mas recebidas pelo Instituto de Butantan, de diversos fornecedores da zona meridional de Mato-Grosso :

36. **Chironius sexcarinatus** (Wagl.) — Loc. Mutum.

37. **Xenodon Guentheri** Blgr. — Loc. Joaquim Murtinho.

38. **Aporophis flavifrenatus** (Cope) — Loc. Guaicurus.

39. **Lystrophis semicinctus** (Dm. & Bibr.) — Loc. Visconde Taunay.

40. **Pseudoboa cloelia** (Daud. — Locs. Miranda, Mutum e Senador-Vitorino.

cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

41. **Ps. rhombifera** (Dm. & Bibr.) — Locs. Miranda e Mutum.

42. **Tomodon dorsatus** (Dm. & Bibr.) — Docs. Carandazal, Pôrto-Esperança e Joaquim Murtinho.

43. **Philodryas aestivus** (Schl.) — Loc. Campo-Grande.

44. **Ph. Schottii** (Schl.) — Locs. Guaicurus, Miranda e Pôrto-Esperança.

45. **Bothrops jararaca** (Wied) (1) — Locs. Campo-Grande, Joaquim Murtinho e Mutum.

46. **B. alternata** Dm. & Bibr. — Locs. Aquidauana, Campo-Grande, Joaquim Murtinho e Mutum.

Juntando-se as espécies acima assinaladas às que estão registadas no texto do presente trabalho, ver-se-á qne a fauna ofiológica de Mato-Grosso é representada atualmente por 96 espécies.

S. Paulo, Junho de 1925.

(1): Esta espécie foi assinalada por Koslowsky (1. cit. : 32) para a mesma região e sob o nome de *Lachesis lanceolatus* (Lacép.). A respeito da identificação desta espécie, veja-se o que publiquei *in Anexos Mem. Inst. Butantan.* Ofiologia. 1921. I-1 : 32-34 e 76-78.

SciELO

A, — Fam. BOIDAE

I. — Gen. EPICRATES Wagler

1. — EPICRATES CENCHRIS (Linnaeus)

Dois exemplares colhidos por Emilio Stolle, no Norte de Mato-Grosso.

Nº 1 — Adulto ♀.

E. 49; V. 262; A. 1; Subc. 58. Supralabiais 13.
Comprimento total 808 mm; cauda 92 mm.

Nº 2 — Jovem.

E. 45; V. 257; A. 1; Subc. 56. Supralabiais 13.
Comprimeuto total 477 mm; cauda 55 mm.

Nota. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie da localidade : Senador-Vitorino.

II. — Gen. BOA Linnaeus

J. Florêncio Gomes (1) já havia aceito a sugestão de Stejneger. (2) que, para o gênero denominado *Corallus* por Daudin, em 1803,

(1) J. F. Gomes — Ofidios do Museu Rocha (Ceará) — *in* Revista do Museu Paulista 1918, X, p. 507.

(2) L. Stejneger — An annotated list of Batrachians and Reptiles colleted at the vicinity of La Guaira, Venezuela, with descriptions of two new species of snakes — *in* Proceded U. S. Nat. Museum. 1902, XXIV N. 1.248, pp. 184/185.

reservara o nome *Boa*, ficando *Constritor* para o que era geralmente chamado *Boa*.

São estas as palavras com que STEJNEGER justificara a modificação :

"The generic name *Boa* must be retained for the genus afterwards known as *Corallus* DAUDIN (1803), while *Constrictor* must be used for the group ordinarily designated as *Boa*, as will be seen from the following analysis.

In 1758 LINNAEUS established the genus *Boa*, in which, among others species, he included *B. canina*, *B. constrictor* and *B. orophias*. Of course he indicated no generic types which must therefore be ascertained by the process of elimination.

In 1768 LAURENTI subdivided the genus into two genera, for one of which he retained the name *Boa*, proposing *Constrictor* for for the other. *Boa* he made to contain three nominal species but they all belong as synonyms to LINNAEUS' *B. canina*, which, therefore, must stand as the type. *Constrictor*, on the other hand, contains the two other Linnean species mentioned above (the additional *B. diviniloquus* being only a synonym of *B. orophias*). This case is as plain as it can possibly be, and the well known *Boa constrictor* must henceforth be known as *Constrictor constrictor*."

2. — BOA HORTULANA (LINNAEUS)

Seis exemplares.

Nº 3 — Jovem, colhido no Norte de Mato-Grosso.
E. 59 ; V. 286 ; A. 1 ; Subc. 112. Supralabiais 14.
Comprimento total 745 mm ; cauda 140 mm.

Nº 4 — Jovem, colhido no Norte de Mato-Grosso.
E. 55 ; V. 276 ; A, 1 ; Subc. 113 Supralabiais 14.
Comprimento total 662 mm ; cauda 135 mm.

Nº 5 — Adulto ♀, colhido pelo General RONDON na região do Guaporé (Parecis).

SciELO

E. 59 ; V. 285 + n ; A. 1 ; Subc. 124.

Comprimento total 1.765 mm + n (cabeça destruída) ; cauda 362 mm

Contém no estômago uma pata não digerida e penas de um pássaro.

Ns. 6, 7 e 8 — Exemplares imaturos, retirados da ♀ nº 5. Colorido branco amarelado com manchas pardas.

3. — BOA CANINA (Linnaeus)

Um exemplar colhido no Norte de Mato-Grosso.

Nº 9 — Adulto ♂.

Rostral em contato com uma pequena placa que separa as 2 nasais ; nenhuma prefrontal ; 12 escamas no espaço interorbitário e 13 em tôrno da órbita ; preoculares 2 ; frenais 3 + 1 supranumerária ; supralabiais 14. E. 69 ; V. 208. A 1 ; Subc. 68.

Comprimento totál 802 mm ; cauda 137 mm.

Verde-claro no dorso, com manchas e curtas faixas transversais branco-amareladas de contornos negros ; ventre amarelado.

III. — Gen. EUNECTES Wagler

4. — EUNECTES MURINUS (Linoaeus)

Nome vulgar regional : "Sucuriju" (1)

Nº 10 — Pele com 2m.530, mutilada em dois pontos, de um exemplar morto na foz do Rio Castanha (tributário do Rio Madeira), em 4-IV-1914.

Nota. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades Correntes e Pôrto-Èsperança.

---

(1) Neste trabalho só assinalarei as denominações registadas nos rótulos dos exemplares de Mato-Grosso.

SciELO

B, — Fam. COLUBRIDAE

(SÉRIE AGLYPHA)

IV. — Gen. HELICOPS Wagler

5. — HELICOPS LEOPARDINA (SCHLEGEL)

Nº 11 — Adulto ♀ contendo embriões e encontrado no Rio Jauru, a 22-XI-1908, na bôca de um jacaré.

E. 19; V. 120; A. 1/1; Subc. 60/60. Supralabiais 8 (4ª); temporais 1 + 3 + 1 anterior supranumerária de cada lado.

Comprimento total 580 mm; cauda 145 mm.

Nº 12 — Adulto ♀, contendo embriões e colhida em Pôrto-Esperidião (Rio Jauru), a 11-XI-1908.

E. 19; V. 121; A. 1/1; Subc. 60/60. Supralabiais 8 (3ª e 4ª); temporais 1 + 2.

Comprimento total 490 mm; cauda 125 mm.

NOTA. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie da localidade Pôrto-Esperança.

6. — HELICOPS ANGULATA (LINNAEUS)

Nome vulgar regional: "Surucucurana". A denominação indígena é dada, provàvelmente, pela semelhança que esta espécie oferece com a "Surucucu" (*Lachesis muta*), por ser dotada de escamas carinadas e por apresentar grandes malhas negras losângicas no dorso.

Nº 13 — Jovem.

E. 19; V. 110; A. 1/1; Subc. 76/76. Temporais 1 + 3/2 + 3.

Comprimento total 192 mm; cauda 57 mm.

Nº 14 — Adulto ♀.

E. 19; V. 111; A. 1/1; Subc. 81/81. Temporais 3 + 4, posteriores e também a superior da série anterior carinadas. Infralabiais 5/6 contíguas às mentais anteriores.

SciELO

Comprimento total 404 mm ; cauda 129 mm.

Nota. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie da localidade : Pôrto-Esperança.

7. — HELICOPS POLYLEPIS (Günther)

Um exemplo.

Nº **15** — Adulto ♀.

E. 23 ; V. 126 ; Subc. 75/75. Temporais 1 + 2. Supralabiais 8 (4ª). Infralabiais 5 ; contíguas às mentais anteriores, que são mais longas do que as posteriores.

Comprimento total 400 mm ; cauda 116 mm.

Dorso pardacento com 5 séries alternadas de manchas negras, sendo que as medianas, maiores, confluem e formam, no ⅓ anterior do corpo, uma espécie de lista vertebral em zigue-sague. Duas ou três primeiras séries de escamas manchadas de amarelo intenso. Ventre negro, apresentando o lado das ventrais uma ou duas séries de manchas punctiformes amarelas, opostas ou alternadas de lado a lado.

V. — Gen. DRYMOBIUS Cope

8. — DRYMOBIUS BIFOSSATUS (Raddi)

Um exemplar.

Nº **16** — Adulto ♂, com a cauda mutilada.

E. 15 ; V. 186 ; Subs. 20/20 + n.

Comprimento total 1.320 mm + n. ; cauda 110 mm + n.

Nota. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades Campo Grande, Correntes, Guaicurus, Ladário, Mato Grosso, Miranda, Mutum, Pôrto Esperança e Visconde Taunay.

9. — DRYMOBIUS DENDROPHIS (Schlegel)

Espécie relativamente rara entre nós, representada na coleção por 2 exemplares.

Nº **17** — Jovem, colhido ao Rio Jauru, acima de Pedra Branca, em dezembro de 1908.

cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

E. 17 ; V. 165 ; A. 1 ; Subc. 154/154 ; Supralabiais 9 (4ª, 5ª e 6ª) ; Postoculares 2.

Comprimento total 350 mm ; cauda 148 mm.

Dorso pardo-oliváceo com estreitas faixas transversais negras, margeadas anteriormente por faixas lineares brancas e apresentando no têrço mediano da linha vertebral uma espécie de estria branca, longitudinal. Ventre esbranquiçado no centro e pardacento nos lados.

Nº 18 — Jovem, tendo no dorso faixas transversais pardacentas, separadas por espaços lineares brancos e uma estria branca vertebral, bem aparente no têrço mediano; ventre esbranquiçado no meio e pardo-oliváceo nos lados.

E. 17 ; V. 158 ; A. 1 ; Subc. 159/159.

Supralabiais 10 (4ª, 5ª, 6ª e 7ª) /8 (3ª, 4ª e 5ª). Postoculares 2.
Comprimento total 560 mm ; cauda 250 mm.

Como se vê, o número de subcaudais é superior ao limite máximo dessas placas (155), atribuído por BOULENGER (1) à espécie de que trato. Todavia J. F. GOMES (2) em um exemplar, procedente do Amazonas e pertencente ao Museu Rocha, do Ceará, havia encontrado 183 pares ; e, além disto, SCHLEGEL (3), num dos espécimes típicos, originário de Caiena, na Guiana Francesa, assinalara 196 pares.

VI. — Gen. SPILOTES Wagler

10 — SPILOTES PULLATUS (LINNAEUS)

Um exemplar.

Nº 19 — Jovem.

E. 16 ; 220 ; A. 1 ; Subc. 119/119. Frenal, pequena, colocada abaixo da sutura da preocular com a nasal posterior ; supralabiais 8 (4ª e 5ª). Temporais 1 + 1.

Comprimento total 515 mm ; cauda 120 mm.

Colorido : dorso negro, com manchas amarelas irregulares na parte anterior e com anéis negros completos, dispostos mais ou menos re-

(1) Cat. of Snakes — 1894. II. p. 16.
(2) Loc. cit. p. 508.
(3) H. SCHLEGEL — Essai sur la Physion. des Serpents. Amsterdam. 1837. p. 197.

SciELO

gularmente e separados por espaços amarelos, na parte posterior do corpo e na cauda. Ventre amarelado, com faixas incompletas transversais, negras.

VII. — Gen. CHIRONIUS Fitzinger

11. — CHIRONIUS CARINATUS (Linnaeus)

Um exemplar.

Nº 20 — Adulto ♀.

E. 12; V. 153; A. 1/1: Subc. 145/145. Postoculares 2. Temporais 1 + 1. Supralabiais 9 (4ª, 5ª e 6ª).

Comprimento total 982 mm; cauda 390 mm.

Colorido: dorso pardo-oliváceo, ligeiramente amarelado na linha vertebral; ventre amarelo-pardacento.

12. — CHIRONIUS FUSCUS (Linnaeus)

Nome vulgar regional: "Papa-ovos".

Três exemplares.

Nº 21 — Adulto ♂.

E. 10, as 2 séries vertebrais carinadas; V. 156; A. 1; Subc. 118/118. Supralabiais 9 (4ª, 5ª e 6ª). Mentais anteriores cêrca de 2/3 das posteriores.

Comprimento total 870 mm; cauda 280 mm.

Colorido: pardo-oliváceo no dorso e pardo-amarelado no ventre.

Nº 22 — Adulto ♂.

E. 10, lisas; V. 154; A. 1; Subc. 118/118. Supralabiais 9 (5ª e 6ª). Mentais anteriores um pouco menores que as posteriores.

Comprimento total 1.310 mm; cauda 457 mm.

Colorido: negro-oliváceo no dorso e pardo, intensamente manchado de negro, no ventre.

Nº 23 — Adulto ♀.

E. 10, as 2 séries vertebrais carinadas; V. 147; A. 1; Subc. 135/135, número excepcional para a espécie. Supralabiais 9 (4ª, 5ª e 6ª). Mentais anteriores um pouco menores do que as posteriores.

Comprimento total 1.185 mm; cauda 450 mm.

Colorido: oliváceo escuro no dorso e pardo, finamente manchado de negro sôbre o bordo das placas, no ventre.

SciELO

VIII. — Gen. LEPTOPHIS Wagler

13. — LEPTOPHIS AHAETULLA (Linnaeus)

Nome vulgar regional: "Azulão-bóia", denominação tirada do colorido azul brilhante intenso que alguns espécimes, quando vivos, apresentam.

Dois exemplares.

Nº 24 — Adulto ♂, colhido por Cesar Diogo, à Lagoa Mandioré, em setembro de 1908.

E. 15; V. 162, fortemente anguladas lateralmente; A. 1/1; Subc. 99/99 + 1 (3ª impar) + n. Temporais 1 + 1. Supralabiais 7/8 (4ª 5ª). Cinco infralabiais contíguas às mentais anteriores.

Comprimento total 1.000 mm; cauda 330 mm (mutilada).

Colorido: dorso azul-oliváceo anteriormente, passando a brônzeo na parte posterior; ventre amarelado brilhante.

Nº 25 — Adulto, apresentando variação no colorido e no nº de supralabiais.

E. 15, as 5 séries medianas, no têrço médio do corpo, carinadas; V. 170, fortemente anguladas lateralmente. Supralabiais 7 (4ª e 5ª). Cinco infralabiais contíguas às mentais anteriores.

Comprimento total 1.060 mm; cauda 354 mm.

Colorido: azul bronzeado no dorso, cabeça e cauda; leve estria negra, passando pela órbita; ventre azul acinzentado.

Nota. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades Guaicurus, Miranda, Ladário e Pôrto-Esperança.

14. — LEPTOPHIS NIGROMARGINATUS (Günther)

Dois exemplares.

Nº 26 — Adulto ♀

E. 15; V. 157, nìtidamente anguladas lateralmente; A. 1/1; Subc. 118/118 + n. Preocular, dividida à direita e semi-dividida à esquerda; frontal 1 1/2 vez tão longa quanto larga; supralabiais 9 (5ª e 6ª); seis infralabiais contíguas às mentais anteriores. Escamas dorsais lisas no 1/3 anterior e no posterior do corpo; no 1/3 médio, sòmente as 3 séries medianas é que são um pouco carinadas, tôdas as demais lisas, o que representa uma exceção, em-

SciELO

bora se trate de um espécime ♀. Ventrais nìtidamente anguladas lateralmente.

Comprimento total 951 mm ; cauda 352 mm.

Colorido (em álcool) : azul-esverdeado intenso ; escamas do dorso e placas cefálicas intensamente margeadas de negro ; carinas negras ; lista negra temporal começando atrás da órbita ; uma pinta negra sôbre as supraoculares ; ventre nacarino esverdeado ; ventrais e subcaudais orladas de verde-azulado na base.

Êste exemplar está com 3 ovos e apresenta, no estômago, restos não digeridos de um batráquio.

Nº 27 — Adulto ♂.

E. 15 ; V. 152, nìtidamente anguladas lateralmente ; A. 1/1 ; Subc. 151/151. Frontal 1 2/3 vez tão longa quanto larga ; supralabiais 9 (5ª e 6ª) ; seis infralabiais contíguas às mentais anteriores. Escamas dorsais nìtidamente carinadas no 2º e 3º 1/5 anteriores do corpo.

Comprimento total 960 mm ; cauda 380 mm.

Colorido (em álcool) : como no nº 25 ; leve lista negra atrás da órbita ; mancha negra sôbre as supraoculares e parietais.

Nota. — Quando se examinam comparativamente muitos exemplares de *L. nigromarginatus* (Güenther), fica-se surprêso diante das variações que muitos dêles mostram. No presente material, o exemplar nº 25 tem, como ficou registado, sòmente as 3 séries medianas de escamas ligeiramente carinadas, fato que parece excepcional (embora se trate de uma ♀) e ainda não fôra assignalado.

IX. — Gen. LEIMADOPHIS Fitzinger

15. — LEIMADOPHIS POECILOGYRUS (Wied)

Dois exemplares.

Nº 28 — Adulto ♀.

E. 19 ; V. 146 ; A. 1/1 ; Subc. 47/47.

Comprimento total 421 mm ; cauda 73 mm.

Colorido : pardo oliváceo no dorso, com esboços de manchas transversais negras ; ventre amarelado, levemente manchado de escuro.

Nº 29 — Adulto ♀, trazido de S. Luiz de Cáceres, por F. C. HOEHNE (5-I-1914).

E. 19; V. 150; A. 1/1; Subc. 46/46.

Comprimento total 298 mm; cauda 50 mm.

Colorido: pardo-oliváceo no dorso, coberto de leves pintas irregulares negras; ventre amarelo-alaranjado com leves manchas cinzento-escuras.

NOTA. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades: Campo-Grande, Correntes, Miranda e Mutum.

16. — LEIMADOPHIS REGINAE (LINNAEUS)

Nomes vulgares regionais: "Jaboti-bóia" e "Goipeba".
Oito exemplares.

Nº 30 — Adulto ♀.

E. 17; V. 149; 1/1; Subc. 58/58.

Comprimento total 338 mm; cauda 72 mm.

Colorido: dorso oliváceo, finamente manchado de negro; muitas escamas apresentam as bordas brancas, mormente na parte anterior do corpo; leve estria negra passando por sob a órbita; esbôço de colar amarelado da nuca; bem nítida linha negra de cada lado da cauda; ventre amarelo intensamente manchado de negro.

Nº 31 — Jovem.

E. 17; V. 150; A. 1/; Subc. 71/71.

Comprimento total 163 mm; cauda 38 mm.

Colorido: dorso oliváceo com retículo anegrado; mancha amarela desde a parietal à última supralabial; leve lista negra passando por sob a órbita; colar amarelo na nuca; lista negra ao lado da cauda; ventre amarelo-pardacento muito manchado de negro.

Nº 32 — Adulto ♂.

E. 17; V. 142; A. 1/1; Subc. 66/66. Supralabiais 9/8 (5ª e 6ª/4ª e 5ª).

Comprimento total 520 mm; cauda 133 mm.

Colorido: dorso oliváceo até acinzentado, bordas das escamas da parte anterior manchadas de negro e de branco, formando um desenho reticulado; lista negra por sob a órbita; mancha amarelo-acinzentada

SciELO

da parietal à última supralabial; lista negra ao lado do 5º posterior do corpo até a cauda; ventre amarelo levemente manchado de negro.

Nº 33 — Adulto ♀.

E. 17; V. 147; A. 1/1; Sub. 61/61.

Comprimento total 388 mm; cauda 89 mm.

Colorido: como no nº 32.

Nº 34 — Adulto ♀.

E. 17; V. 146; A. 1/1; Subc. 42/42 + n.

Comprimento total 720 mm + n.; cauda 130 mm + n.

Faixa parietal-labial. Lista caudal negra.

Nº 35 — Adulto ♂.

E. 17; V. 150; A. 1/1; Subc. 69/69.

Comprimento total 694 mm; cauda 178 mm.

Apresenta no estômago restos de um Lacertídio.

Faixa parietal-labial. Lista caudal negra.

Nº 36 — Adulto ♂.

E. 17; V. 150; A. 1/1; Subc. 64/64.

Comprimento total 637 mm; cauda 159 mm.

Faixa parietal-labial. Lista caudal negra.

Nº 37 — Adulto ♀.

E. 17; V. 146; A. 1/1; Subc. 34/34 + n.

Comprimento total 505 mm + n.; cauda 74 mm + n.

Faixa parietal-labial. Lista caudal negra.

NOTA. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades Miranda e Mutum.

X. — Gen. XENODON Boie

17. — XENODON COLUBRINUS GÜNTHER

Nome vulgar regional: «Jibóia». Esta denominação parece aplicar-se a esta espécie sòmente nessa região, pois em quase todo o resto do Brasil ela designa a Boidea, *Constrictor constrictor* (L.)

Dois exemplares.

cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

Nº 38 — Adulto ♀, procedente do Norte de Mato-Grosso.

E. 19; V. 155 + n (4 mutiladas); A. 1; Subc. 45/45.

Comprimento total 1.104 mm; cauda 153 mm.

Ventre amarelado com leves manchas pardas, anteriormente, e bem manchado, posteriormente.

Nº 39 — Jovem.

E. 19; V. 135; A. 1; Subc. 45/45. Rostral uma vez e meia tão larga quanto alta; supralabiais 9 (4ª e 5ª); preoculares 2; postoculares 2; temporais 1 + 2; 4/5 infralabiais contíguas às mentais anteriores, que são maiores do que as posteriores.

Comprimento total 263 mm; cauda 40 mm.

Colorido: dorso pardacento-claro com largas faixas transversais castanhas de bordas escuras, algumas levemente constringidas no meio; ventre pardo com manchas escuras anteriormente e pintas amarelas sôbre o lado das ventrais.

Êste exemplar representa visìvelmente uma variação, já no que se refere às supralabiais que no tipo são em nº de 8 (excepcionalmente 7), já no que diz respeito ao colorido do ventre que no tipo é amarelado com cintas escuras.

18. — XENODON SEVERUS (LINNAEUS)

Nome vulgar regional: "Jacanarana".

Dois exemplares.

Nº 40 — Jovem.

E. 21; V. 131; A. 1/1; Subc. 41/41. Postoculares 2. Temporais 1 + 3.

Comprimento total 283 mm; cauda 39 mm.

Ventre negro com manchas laterais amarelas.

Contém no estômago, restos não digeridos de dois pequenos batrácios.

Nº 41 — Jovem.

E. 21; V. 135; A. 1/1; Subc. 37/37. Temporais 1 + 2.

Comprimento total 243 mm; cauda 31 mm.

SciELO

Colorido como no nº 40.

Contém no estômago restos não digeridos de um batrácio.

19. — XENODON MERREMII (WAGLER)

Nome vulgar regional: "Boipeva".

Um exemplar.

Nº 42 — Adulto ♂.

E. 19; V. 140. A. 1. Subc. 48/48. Preocular 1; postoculares 2; nenhuma subocular. Supralabiais 7 (1ª à direita soldada à prenasal).

Compriment ototal 1.104 mm; cauda 153 mm.

Colorido: dorso amarelo-oliváceo claro com faixas transversais pardas de bordas escuras, constringidas no meio; cabeça com faixas curvas pardas de bordas amarelas; ventre amarelo-pardacento levemente manchado de pardo-escuro sôbre a base das ventrais e subcaudais.

NOTA. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades: Arapuá, Campo-Grande, Correntes, Guaicurus. Joaquim-Murtinho, Miranda, Mutum, Pôrto-Esperança, Senador-Vitorino e Visconde-Taunay.

XI. — Gen. LIOPHIS Wagler

20. — LIOPHIS LONGIVENTRIS sp. n.

(Estampa; figs. 1-3)

Um exemplar.

Nº 43 — Adulto ♂.

E. 17; 177; A. 1/1; Subc. 49/49. Frenal um pouco mais alta do que longa; preocular 1; postoculares 2 (à esquerda, a postocular inferior está soldada à 5ª supralabial); temporais 1 +2; supralabiais 7 (3ª e 4ª contíguas à órbita); quatro infralabiais contíguas às mentais anteriores que são um pouco mais longas do que as posteriores.

Comprimento total 476 mm; cauda 75 mm.

Colorido: dorso castanho-anegrado, tendo estreitas linhas transversais esbranquiçadas, e apresentando algumas escamas as bordas brancas;

SciELO

esboço de colar negro da nuca e de par de manchas esbranquiçadas dos parietais; ventre amarelado com manchas negras transversais, alternadas ou formando faixas completas.

A presente espécie distingue-se de *L. cobella* (L.), por ter maior número de ventrais; 7, em vez de 8, supralabiais; e 4, em vez de 5, infralabiais contíguas às mentais anteriores.

21. — LIOPHIS OCCIPITALIS (JAN)

Um exemplar, colhido à Foz do Pirapitinga (S. Luiz de Cáceres) em 24-VIII-1908.

Nº 44 — Adulto.

E. 15; V. 182; A. 1/1; Subc. 81/81; Temporais 2 + 2/1 + 2; quatro infralabiais, contíguas às mentais anteriores.

Comprimento total 372 mm; cauda 97 mm.

Colorido típico.

XII. — Gen. UROTHECA Bibron

22. — UROTHECA BICINCTA (HERMANN)

Embora seja esta uma espécie bastante rara, todavia está bem representada na coleção.

Três exemplares.

Nº 45 — Adulto ♂, colhido por BLAKE, em Tapirapuã, em janeiro de 1914.

E. 19; V. 172; A. 1; Subc. 79/79; 7/6, escamas, além da supraocular, em redor da órbita; temporais 2 + 3; supralabiais 8.

Comprimento total 393 mm; cauda 99 mm.

Nº 46 — Adulto ♂, colhido por ALÍPIO MIRANDA RIBEIRO, em Tapirapuã, a 23-III-1909.

Nº 47 — Adulto colhido por Alipio Miranda Ribeiro, em Tapirapoã, a 1 de março de 1909.

E. 19; V. 170 + 2; A. 1; Subc. 81/81; seis escamas, além da supraocular, em redor da órbita. Temporais 3 + 3. Supralabiais 7/8.

Comprimento total 408 mm; cauda 105 mm.

SciELO

E. 19; V. 170; A. 1; Subc. 81/81; seis escamas, além da supra-ocular em redor da órbita, à direita (regiões orbitária e parietal esquerdas mutiladas). Temporais 3 + 3/2 + 3. Supralabiais 8.

Comprimento total 406 mm; cauda 102 mm.

NOTA. — O colorido dêstes exemplares é absolutamente idêntico ao assinalado por G. A. BOULENGER.

XIII. — Gen. ATRACTUS Wagler

23. — ATRACTUS LATIFRONS (GÜNTHER)

Dois exemplares desta espécie pouco freqüente, colhidos por EMÍLIO STOLLE, no Norte de Mato-Grosso.

Nº 48 — Jovem.

E. 17; V. 157; A. 1; Subc. 33/33.; quatro supralabiais contíguas à mental.

Comprimento total 212 mm; cauda 26 mm.

Colorido: 14 pares de anéis negros, separados por espaços amarelos, cujas escamas têm o ápice negro; um anel negro singular na nuca; cabeça negra com uma faixa amarela preocular, interrompida no centro e uma faixa amarela ocipital.

Nº 49 — Jovem.

E. 17; V. 154; A. 1; Subc. 27/27; quatro supralabiais contíguas à mental.

Comprimento total 182 mm; cauda 20 mm.

Colorido: 11 pares de anéis negros; um anel negro singular na nuca e outro na ponta da cauda; cabeça negra sem faixa amarela preocular; faixa amarela ocipital.

NOTA. — Em ambos os exemplares, a 5ª supralabial é muito pouco mais alta do que a 4ª. Êste caráter que até agora só foi registado por J. F. GOMES (1), serve, conjuntamente com o menor número de séries de escamas, para distinguir esta espécie de *Atractus elaps* (GUENTHER), que lhe é muito afim.

---

(1) J. F. GOMES, *in* Rev. Museu Paulista. 1918. T. X. p. 516.

SciELO

(SÉRIE OPISTHOGLYPHA)

XIV. — Gen. LYCOGNATHUS Dm. & Bibr.

24. — LYCOGNATHUS CERVINUS (LAURENTI)

Um exemplar.

Nº **50** — Adulto (mutilado).

E. 19; V. 228; A. 1; Subc. 100/100. Postoculares 2; supralabiais 8 (4ª e 5ª).

Comprimento total 653 mm : cauda 159 mm.

Colorido; branco manchado e cintado de negro; ventre amarelado, manchado irregularmente de negro.

XV. — Gen. TRYPANURGOS Fitzinger

25. — TRYPANURGOS COMPRESSUS (DAUDIN)

Um exemplar, um tanto mutilado no ventre.

Nº **51** — Jovem.

E. 19; V. 253; A. 1; Subc. 115/115.

Comprimento total 365 mm; cauda 83 mm.

Colorido como no tipo.

XVI. — Gen. RHINOBOTHRYUM Wagler

26. — RHINOBOTHRYUM LENTIGINOSUM (SCOPOLI)

Espécie, cuja presença ainda não tinha sido assinalada no Brasil, representada na coleção por 2 exemplares.

Nº **52** — Adulto ♀.

E. 19, as 7 séries medianas do centro do corpo levemente carinadas; V. 269; A. 1/1; Subc. 112/112; supralabiais 8 (4ª e 5ª); cinco infralabiais contíguas às mentais anteriores; mentais posteriores separadas por 3 escamas.

SciELO

Comprimento total 655 mm ; cauda 123 mm.

Colorido : 21 anéis negros, sendo o primeiro na nuca, separados por anéis brancos cujo centro é ocupado por uma faixa amarelada salpicada de negro ; placas cefálicas negras orladas de branco.

Nº 53 — Adulto ♀.

E. 19, as 7 séries carinadas como no nº 52 ; V. 275 ; A. 1/1 ; 111/111.

Comprimento total 1.210 mm ; cauda 241 mm.

Colorido : como no exemplar anterior ; 29 anéis negros completos e 1 incompleto em redor do corpo.

XVII. — Gen. IMANTODES Dm. & Bibr.

27. — IMANTODES CENCHOA (Linnaeus)

Seis exemplares.

Nº 54— Adulto ♂, com a cauda mutilada.

E. 17 ; V. 263 ; A. 1/1 ; Subc. 57/57 + n. Preoculares 2 ; postoculares 2 ; temporais 2 + 3 ; supralabiais 8 (4ª e 5ª) ; cinco infralabiais contíguas às mentais anteriores que são um pouco mais curtas do que as posteriores.

Comprimento total 845 mm + n ; cauda 133 mm + n.

Colorido : dorso amarelo-pardacento com 47 + n manchas transversais castanho-escuras ; ventre amarelado salpicado de castanho.

Nº 55 — Adulto ♂.

E. 17 ; V. 274 ; A. 1/1 ; Subc. 172/172. Preoculares 2 ; postoculares 2 ; temporais 2 + 3 ; supralabiais 8 (3ª, 4ª e 5ª) ; cinco infralabiais contíguas às mentais anteriores que são um pouco mais curtas do que as posteriores.

Comprimento total 1.160 mm ; cauda 345 mm.

Colorido ; como no nº 54, com 56 manchas transversais simples + 4 bifurcadas de um lado + 1 unilateral.

Nº 56 — Adulto, colhido no Norte de Mato Grosso.

E. 17 ; V. 263 ; A. 1/1 ; Subc. 171/171. Preocular 1 ; postoculares 2 ; temporais 2 + 3 ; supralabiais 8 (4ª e 5ª) ; cinco infralabiais + mentais anteriores.

SciELO

Comprimento total 610 mm ; cauda 178 mm.

Colorido : como nos exemplares anteriores, com 67 manchas transversais simples + 4 bifurcadas de um lado.

Nº 57 — Adulto, colhido no Norte de Mato-Grosso.

E. 17 ; V. 279 ; A. 1/1 ; Subc. 179/179. Preoculares 2 ; postoculares 2 ; temporais 2 + 2 ; supralabiais 8 (4ª e 5ª) ; cinco infralabiais + mentais anteriores.

Comprimento total 505 mm ; cauda 147 mm.

Colorido : como nos exemplares anteriores, com 71 manchas transversais simples + 4 bifurcadas de um lado + 5 unilaterais.

Apresenta no estômago restos de um Lacertídio.

Nº 58 — Adulto ♀.

E. 17 ; V. 278 ; A. 1/1 ; Subc. 111/111 + n. Preoculares, postoculares, temporais, supralabiais e infralabiais como no nº 57.

Comprimento total 1.065 mm + n. ; cauda 255 mm + n.

Colorido : como nos exemplares anteriores, com 54 manchas transversais simples + 6 bifurcadas de um lado + 1 unilateral.

Nº 59 — Adulto ♂.

E. 17 ; V. 266 ; A. 1/1 ; Subc. 170/170. Preoculares, postoculares, temporais e infralabiais como nos ns. 58 e 57 ; supralabiais 7 (3ª e 4ª).

Comprimento total 1.162 mm ; cauda 357 mm.

Colorido : como nos exemplares anteriores, com 67 manchas transversais simples + 2 bifurcadas de um lado + 1 unilateral.

XVIII. — Gen. LEPTODEIRA Fitzinger

28. — LEPTODEIRA ANNULATA (Linnaeus)

Nome vulgar regional : "Cacaual".

Cinco exemplares.

Nº 60 — Adulto ♂.

Comprimento total 630 mm ; cauda 162 mm.

Colorido : dorso pardacento com 1 faixa em zigue-zague, côr de chocolate, pouco perceptível, manchas laterais ausentes ; occiput esbranquiçado ; ventre branco-amarelado.

SciELO

Nº 61 — Adulto ♂.

E. 19 (vertebrais ligeiramente mais largas) ; V. 194; A. 1/1 ; Subc. 98/98. Subocular ausente ; postoculares, supralabiais e infralabiais. como no nº 60 ; mentais anteriores iguais às posteriores.

92/92. Subocular ausente ; postoculares 2 ; supralabiais 8 (3ª, 4ª e 5ª) ; seis infralabiais contíguas às mentais anteriores que são um pouco mais longas do que as posteriores.

Comprimento total 758 mm ; cauda 205 mm.

Colorido : mais nítido do que o do exemplar anterior.

Nº 62 — Adulto ♀, colhido por EMILIO STOLLE, no Norte de Mato-Grosso.

E. 19 (vertebrais ligeiramente mais largas) ; V. 197 ; A. 1/1 ; Subc. 92/92. Placas cefálicas como no nº 60 ; colorido também igual, porém mais nítido.

Comprimento total 652 mm ; cauda 164 mm.

Nº 63 — Adulto ♂.

E. 19 (série vertebral, nalguns pontos, mais larga) ; V. 188 ; A. 1/1 ; Subc. 89/89. Placas cefálicas e colorido como no nº 60 ; mas, 5 infralabiais sòmente contíguas às mentais anteriores que são longas quanto às posteriores.

Comprimento total 700 mm ; cauda 170 mm.

Apresenta no estômago um batráquio.

Nº 64 — Adulto ♂.

E. 19 (série vertebral como no nº 62) ; V. 190 ; A. 1/1 ; Subc. 99/99. Placas cefálicas como no nº 60.

Colorido como no nº 61.

Comprimento total 601 mm ; cauda 160 mm.

XIX. — Gen. PSEUDOBOA Schneider

29. — PSEUDOBOA BITORQUATA (GÜNTHER)

Espécie rara, representada na coleção por dois exemplares.

Nº 65 — Adulto ♂.

E. 19 ; V. 213 ; A. 1 ; Subc. 80/80. Preocular contígua à frontal. Supralabiais 8 (4ª e 5ª).

SciELO

Comprimento total 570 mm ; cauda 114 mm.

Colorido : dorso pardo-avermelhado, ápice das escamas negro ; cabeça negra com uma estreita feixa clara transversal no occiput ; uma faixa negra na nuca, transversal, precedida de uma outra clara ; ventre amarelado.

Nº 66 — Adulto ♀.

E. 19 ; V. 205 ; A. 1 ; Subc. 76/76. Preocular contígua à frontal. Supralabiais 8 (4ª e 5ª).

Comprimento total 473 mm ; cauda 92 mm.

Colorido : como no exemplar anterior.

30. — PSEUDOBOA PETOLA (LINNAEUS)

Dois exemplares.

Nº 67 — Jovem.

E. 19 ; V. 216 ; A. 1 ; Subc. 88/88. Preocular contígua à frontal. Supralabiais 8 (4ª e 5ª).

Comprimento total 343 mm ; cauda 68 mm.

Colorido : cabeça negra : dorso anegrado com 11 faixas transversais amareladas, a primeira na nuca, e reduzidas, em alguns pontos, a manchas laterais da mesma côr, em número de 9/8 em todo corpo ; ventre amarelado.

Nº 68 — Jovem, anômalo.

E. 19 ; V. 218 ; A. 1 ; Subc. 107/107. Frenal ausente à direita, e diminuta à esquerda ; preocular contígua à frontal ; postocular 1 ; temporais 2 + 3 ; supralabiais 8 (4ª e 5ª) ; cinco infralabiais contíguas às mentais anteriores que são um pouco mais curtas do que as posteriores.

Comprimento total 267 mm ; cauda 62 mm.

Colorido : cabeça e dorso castanho anegrados, êste com 27 faixas transversais amareladas, a primeira na nuca e três faixas interrompidas na linha vertebral ; ventre amarelado.

NOTA. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie da localidade Guaicurus.

SciELO

31. — PSEUDOBOA LABIALIS (JAN)

Espécie rara no Brasil, representada na coleção por 2 exemplares.

Nº **69** — Adulto ♂.

E. 19; V. 200; A. 1; Subc. 65/65; ôlho cêrca de metade da extensão do focinho, que é arredondado; frenal pouco mais de 2 vêzes tão longa quanto alta; preocular bem separada da frontal; supralabiais 8 (4ª e 5ª); quatro infralabiais contíguas às mentais anteriores que são um pouco mais longas do que as posteriores.

Comprimento total 940 mm; cauda 170 mm.

Colorido: cabeça pardo-escura até a nuca, extremidade do focinho mais clara; dorso pardo-avermelhado, ápice das escamas negro; ventre amarelado, apresentando raras manchas anegradas.

Nº **70** — Adulto ♂.

E. 19; V. 200. A. 1; Subc. 70/70. Cabeça e placas cefálicas como no exemplar anterior.

Comprimento total 590 mm; cauda 110 mm.

Colorido: cabeça como no nº 69; dorso pardo-alaranjado com esbôço de largas manchas escuras transversais; ventre amarelo imaculado.

32. — PSEUDOBOA OCCIPITOLUTEA (DM. & BIBR.)

Espécie, cuja existência no Brasil não achei registada em publicação alguma; representada na coleção por um exemplar.

Nº **71** — Adulto ♀.

E. 19; V. 225; A. 1; Subc. 101/101. Porção da rostral visível de cima igual a 2/5 de sua distância da frontal; preocular bem separada desta; supralabiais 7 (3ª e 4ª); cinco infralabiais (a 5ª toca levemente) contíguas às mentais anteriores que são maiores do que as posteriores.

Comprimento total 695 mm; cauda 153 mm.

Colorido: dorso amarelo-pardacento, escamas com o ápice e as bordas mais escuras; cabeça pardo-anegrada com uma larga faixa pardo-amarelada que se estende desde atrás da órbita até a nuca, onde há uma grande mancha pardo-anegrada; ventre amarelado; ápice das subcaudais pardo.

SciELO

XX. — Gen. THAMNODYNASTES Wagler

33. — THAMNODYNASTES STRIGILIS (THUNBERG) (1)

Um exemplar, colhido à Lagoa Gahyba, em setembro de 1908.

Nº 72 — Adulto ♀, contendo embriões.

E. 17, fortemente carinadas, menos a série externa; V. 137; A. 1/1; Subc. 85/85. Supralabiais 8 (4ª e 5ª); temporais 2 + 3; cinco infralabiais contíguas às mentais anteriores que são tão longas quanto as posteriores.

Comprimento total 575 mm; cauda 17 mm.

Colorido: dorso pardo, tendo, de cada lado, uma estria côr de chocolate sôbre a metade da 3ª e da 4ª séries de escamas; e, sôbre a série vertebral, outra da mesma côr, limitada para fora por um pontilhado negro nítido; cabeça parda com estrias côr de chocolate e salpicada de negro; supralabiais também salpicadas de negro; estria negra post-orbitária presente; ventre amarelo com pintas e estrias negras; margem das placas apresentando sucessivamente, da cabeça até a cauda, 2, 3, 4, 3, 2 séries de pontos negros, unidos, no sentido longitudinal, por leves estrias negras.

NOTA. — Êste exemplar afasta-se do tipo, por apresentar 17 séries de escamas e 85 pares de subcaudais (2), caracteres que o aproximam de *Th. punctatissimus* (WAGLER), da qual, todavia, diverge, por possuir anal dividida e escamas carinadas. É, pois, perfeitamente intermediário às duas espécies do gênero.

Doutra parte, sendo comum encontrarem-se variações regionais de *Th. strigilis* (THUNBERG), e não sendo raros os exemplares desta espécie, cuja existência BOULANGER assinala (3), que apresentam escamas lisas, conforme tenho verificado nas coleções do Instituto Butantan, Museu Paulista e Pôsto anti-ofídico do Butantan, na Bahia, sou de opinião que a só existência de anal inteira e as outras duas mínimas diferenças que os autores se esforçam por assinalar, isto é, ôlho maior e rostral pouco mais larga do que alta, não bastam para caracterizar a espécie *Th. punctatissimus*, a qual, tendo sido descrita trinta e sete anos depois de *Th. stri-*

(1) Nattereri

(2) Na coleção do Museu Nacional, do Rio, por mim estudada e determinada em novembro de 1921, encontra-se um exemplar de *Th. striglis*, n.º 161, que apresenta 81 pares de subcaudais.

(3) G. A. BOULENGER — Cat. Sn. 1896, III, p. 117.

SciELO

gilis, deve ser considerada como sinônimo desta, em obediência às regras da nomenclatura zoológica.

NOTA. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades: Carandazal, Miranda, Mutum, Pôrto-Esperança e Visconde-Taunay.

XXI. — Gen. PHILODRYAS Wagler

34. — PHILODRYAS VIRIDISSIMUS (LINNAEUS)

Nome vulgar regional: "Tucana-bóia". Espécie pouco freqüente nas coleções do Brasil.

Dois exemplares.

Nº 73 — Jovem.

E. 19, lisas; V. 221; anguladas lateralmente; A. 1/1; Subc. 118/118; Temporal anterior subdividida à direita.

Comprimento total 515 mm; cauda 127 mm.

Colorido: verde-azulado em cima; amarelado em baixo.

Nº 74 — Jovem.

E. 19, lisas; V. 218, anguladas lateralmente; A. 1/1; Subc. 112/112.

Comprimento total 488 mm; cauda 126 mm.

Colorido: como no precedente.

35. — PHILODRYAS OLFERSII (LICHTENSTEIN)

Dois exemplares, da variedade *latirostris* COPE.

Nº 75 — Adulto ♀, colhido por CÉSAR DIOGO, à Lagoa Mandioré, em setembro de 1908.

E. 19, lisas; V. 207, arredondadas; A. 1/1; Subc. 105/105. Temporais 1 + 2.

Comprimento total 928 mm; cauda 247 mm.

Colorido: verde azulado no dorso; estria negra postocular presente; verde-amarelado no ventre.

SciELO

Nº **76** — Jovem.

E. 19, lisas V. 186, arredondadas; A. 1/1; Subc. 112/112. Temporais 1 + 2.

Comprimento total 479 mm; cauda 139 mm.

Colorido como no anterior.

NOTA. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie das localidades Guaicurus, Mato Grosso e Esperança.

XXII. — Gen. OXYBELIS Wagler

36. — OXYBELIS ARGENTEUS (DAUDIN)

(3) G. A. BOULENGER — Cat. Sn. 1896. III. p. 117.
Dois exemplares.

Nº **77** — Adulto, mutilado na nuca.

E. 17; V. 218; A. 1; Subc. 181/182. Frenal ausente. Supralabiais 7 (5ª).

Comprimento total 722 mm; cauda 278 mm.

Colorido: como no tipo, predominando a côr parda nas estrias da cabeça, do dorso e do ventre; região gular pardacenta salpicada simètricamente de escuro.

Nº **78** — Adulto ♀, com ovos, e mutilado no focinho.

E. 17; V. 212; A. 1; Subc. 190/190. Uma supralabial contígua à órbita.

Comprimento total 1.070 mm + n.; cauda 412 mm.

Colorido: como no exemplar anterior, predominando, porém, a côr azul-violácea nas estrias da cabeça, do dorso e do ventre; região gular esverdeada salpicada simètricamente de negro.

37. — OXIBELIS FULGIDUS (DAUDIN)

Nome vulgar regional: "Paraná-bóia".

Um exemplar.

Nº **79** — Adulto ♀.

E. 17,5 até 7 séries medianas levemente carinadas; V. 210; A. 1/1; Subc. 148/148. Supralabiais 10 (5ª, 6ª e 7ª).

SciELO

Comprimento total 1.425 mm ; cauda 450 mm.

Colorido : como no tipo.

38. — OXYBELIS ACUMINATUS (WIED)

Dois exemplares.

Nº 80 — Adulto ♀.

E. 17, lisas ; V. 197 ; A. 1/1 ; Subc. 176/176. Supralabiais 10/9 (5º, 6ª e 7ª/4ª, 5ª e 6ª).

Comprimento total 940 mm ; cauda 372 mm.

Colorido : tom geral acinzentado, levemente manchado de negro.

Nº 81 — Adulto ♀.

E. 17 ; lisas ; V. 194 ; A. 1/1 ; Subc. 162/162. Supralabiais 9 (5ª e 6ª).

Comprimento total 1.265 mm ; cauda 490 mm.

Colorido : tom geral cinzento-bronzeado, sendo as bordas das escamas do dorso levemente esverdeadas ; êste e o ventre com pintas negras irregulares.

NOTA. — O Instituto Butantan tem recebido exemplares desta espécie da localidade Guaicurus.

XXIII. — Gen. TANTILLA Baird & Girard

39. — TANTILLA MELANOCEPRALA (LINNAEUS)

Um exemplar.

Nº 82 — Adulto, em más condições.

E. 15 ; V. 151 ; A. 1/1 ; Subc. 56/56. Sinfisal separada das mentais anteriores pelo primeiro par de infralabiais.

Comprimento total 437 mm ; cauda 75 mm.

Colorido : dorso pardo ; cabeça pardo-anegrada com duas manchas amarelas no occiput e uma sôbre a 5ª e 6ª supralabiais, postocular inferior e temporal anterior ; ventre amarelo-pardacento.

cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

NOTA. — Êste exemplar, embora proceda da mesma zona que o descrito por COPE (1) sob o nome de *Tantilla pallida*, apresenta a primeira infralabial contígua à do lado oposto. Aliás, penso com BOULENGER (2) que a espécie de COPE representa tão sòmente mera variação individual, até porque já tive ocasião de estudar 2 exemplares de *T. melanocephala* (L.), da coleção do Museu Nacional, do Rio, e procedentes da mesma região, Belém, do Pará, os quais, embora tenham idênticos os demais caracteres, todavia divergem quanto ao primeiro par de infralabiais : um nº 458, apresenta-o separado pela sinfisal ; outro número 459, apresenta-o contíguo.

XXIV. — Gen. XENOPHOLIS Peters

40. — XENOPHOLIS SCALARIS (WUCHERER)

Três exemplares.

Nº **83** — Adulto ♀, colhido por EMÍLIO STOLLE ao Norte de Mato-Grosso.
E. 17 ; V. 139 ; A. 1 ; Subc. 31/31.
Comprimento total 258 mm ; cauda 38 mm.

Nº **84** — Adulto ♀, com a cauda mutilada.
E. 17 ; V. 140 ; A. 1 ; Subc. 18/18 + n.
Comprimento total 437 mm + n. ; cauda 4 mm + n.

Embora mutilado, é o maior exemplar desta espécie que vi até agora.

Apresenta no estômago restos não digeridos de um batráquio.

Nº **85** — Adulto ♂.
E. 17 ; V. 128 ; A. 1 ; Subc. 39/39.
Comprimento total 200 mm ; cauda 37 mm.

O colorido nos 3 exemplares é idêntico ; no dorso uma linha vertebral escura, pouco visível, separa manchas transversais alternadas, de côr negra.

---

(1) Cope — *in* Proced. Amer. Phil. Society. 1887. T. XXIV. p. 56.
(2) G. A. BOULANGER — Cat. Sn. 1896. III. pg. 217.

SciELO

XXV. — Gen. APOSTOLEPIS Cope

41. — APOSTOLEPIS RONDONI sp. n.

(Estampa: figs. 4-6)

Nº 86. — Um exemplar.

Descrição do tipo — Adulto ♂. Focinho convexo e pouco saliente; diâmetro do ôlho quase igual à sua distância da borda oral. Rostral mais larga do que longa, a porção visível de cima cêrca de metade do comprimento da sutura prefrontal. Internasais soldadas às prefrontais que estão separadas das supralabiais pela nasal e a preocular contíguas. Frontal cêrca de uma vez e um têrço tão longa quanto larga, um pouco mais curta do que sua distância da extremidade do focinho e cêrca de metade do comprimento dos parietais (5 : 9). Nasal inteira, em contato com a preocular que é bem desenvolvida. Postocular 1. Temporal 0 + 1. Supralabiais 6, 2ª e 3ª em contato com a órbita, 4ª com a postocular, 5ª, sòmente, com a parietal, e 6ª com a temporal. Sinfisal separada das mentais anteriores pelo 1º par de infralabiais; 4 infralabiais em contato com as mentais anteriores que são um pouco longas e mais largas do que as posteriores. Escamas lisas, sem fossetas apicilares, em 15 séries. Ventrais 221. Anal dividida. Subcaudais 28 pares.

Cabeça anegrada com uma mancha parda na parte anterior; dorso pardacento com 5 riscas longitudinais negras que se estendem da nuca até a cauda: a 1ª risca, mais larga, ocupa, de cada lado, a 3ª e a metade da 2ª e da 4ª séries de escamas; a 2ª risca ocupa de cada lado, a metade da 5ª e da 6ª séries; a 3ª risca corre sôbre a série mediana. Cauda negra em seu 1/5 posterior; escama terminal branca. Ventre pardo esbranquiçado.

Dimensões — Comprimento total 272 mm; cauda 25 mm.

NOTAS. — Na chave do gênero *Apostolepis*, a presente espécie deve ser incluída entre as que apresentam uma só supralabial, a 5ª, em contato com a parietal. *A. Rondoni* AMARAL. distingue-se, nessa divisão, de *A. assimilis* (REINH.), pelo colorido, pelo menor número de ventrais e pela nasal que está contígua à preocular; de *A. cearensis* GOMES (1).

(1) GOMES, J. F. — Contribuição para o conhecimento dos ofídios do Brasil (Descrição de quatro espécies novas e um novo gênero de opistoglifos) *in* Anais Paulistas de Med. e Cirurgia. — Junho 1915. Vol. IV. Nº 6. pgs. 122/126.

SciELO

ela se distingue pelo colorido, pela nasal que está contígua à preocular e pela porção da rostral visível de cima que é metade menor do que a sutura prefrontal; finalmente, de *A. coronata* (SAUV.) ela se distingue pelo colorido, pelo maior número de ventrais e pela existência de uma só postocular.

Nestas condições, teremos a seguinte sinopse parcial do gênero *Apostolepis*:

— Uma só supralabial, a 5ª, em contato com a parietal;

I. — Nasal separada da preocular;

— porção da rostral visível de cima:

1. — muito mais curta do que a sutura prefrontal; ventrais 244-269; subcaudais 27-39 .. .. *assimilis*
2. — tão longa quanto a sutura prefrontal; ventrais 221-243; subcaudais 27-32 .. .. *cearensis*

II. — Nasal contígua à preocular;

— postoculares:

1. — duas; ventrais 199; subcaudais 47 .. .. *coronata*
2. — uma só: ventrais 221; subcaudais 28 .. .. *Rondoni*

(SÉRIE PROTEROGLIFA)

XXVI. — Gen. MICRURUS Wagler

42. — MICRURUS SURINAMENSIS (CUVIER)

Um exemplar.

Nº 87 — Adulto ♂.

E. 15; V. 166; A. 1/1; Subc. 38/38. Supralabiais 7 (4ª); frontal diminuta.

Comprimento total 323 mm; cauda 36 mm.

Colorido: 8 séries de 3 anéis negros, os do meio cêrca de 3 vêzes mais largos, separados por estreitos anéis amarelos, o primeiro anel ao nível do occiput; fundo pardo-avermelhado, ápice das escamas negro; cabeça pardo-amarelada (em álcool), bordas das placas cefálicas negras.

SciELO

43. — MICRURUS ALBICINCTUS sp. n.

(Estampa: figs. 7-10)

Nº 88 — Um exemplar.

Descrição do tipo — Adulto ♂. Focinho obtusamente arredondado, pouco saliente. Ôlho cêrca de dois terços de sua distância da borda oral. Rostral mais larga do que alta. Internasais quase duas vêzes tão largas quanto longas. Prefrontais cerca de duas vêzes tão longas quanto as internasais. Frontal um pouco mais longa do que larga (7 : 6) ; cêrca de duas vêzes tão larga quanto as supraoculares ; um pouco mais curta do que sua distância da extremidade do focinho ; mais curta do que as parietais (7 : 10), que são ligeiramente mais longas do que sua distância das internasais. Preocular 1, contígua à nasal posterior. Postoculares 2. Temporais 1 + 1. Supralabiais 7, 3ª um pouco mais larga do que a 4ª, 3ª e 4ª contíguas à órbita. Sinfisa separada das mentais anteriores pelo 1º par de infralabiais ; quatro infralabiais em contato com as mentais anteriores que são tão longas quanto as posteriores. Escamas em 15 séries. Ventrais 198. Anal dividida. Subcaudais 48 pares.

Corpo nitidamente negro, apresentando no dorso 81 faixas transversais brancas, equidistantes, estreitas (anéis), geralmente da largura de uma escama, as quais se estendem até o ventre, que também é negro, ficando aí às vêzes interrompidas e um pouco mais largas, mormente sob a cauda. Cabeça também negra, apresentando algumas manchas punctiformes brancas, regularmente distribuídas, de cada lado, assim : uma sôbre a prefrontal, uma sôbre a supraocular, uma sôbre a temporal anterior, uma sôbre a 6ª supralabial e quatro transversalmente dispostas sôbre a nuca.

Dimensões — Comprimento total 492 mm ; cauda 77 mm.

Notas. — Na chave das espécies de *Micrurus*, organizada por G. A. Boulenger (1), *M. albicinctus* deve ser incluída na divisão III, B, 2, c, β, **, † :

III. — Sete supralabiais, 3º e 4ª contíguas à órbita ;

B. — 7ª supralabial bem desenvolvida ; rostral de tamanho médio, justamente visível de cima ; internasais muito mais curtas do que as prefrontais ;

(1) G. A. Boulanger — Cat. of Snakes. 1896. III pp. 412-414.

2. — Sinfisal separada das mentais anteriores pelo 1º par de infralabiais ; nasal posterior contígua à preocular ;

c. — Ôlho mais curto do que sua distância da bôca (no adulto) ; frontal mais curta do que as parietais, que são mais longas (nem que seja ligeiramente) do que sua distância das internasais ;

β. — Anal dividida (muito raramente inteira) ;

**. — Focinho obtusamente arredondado e pouco saliente ;

†. — Ventrais 180-240 ; temporal anterior grande e comprida.

Micrurus albicinctus AMARAL, além de apresentar caracteres anatômicos que lhe são peculiares, distingue-se fàcilmente de tôdas as outras espécies da citada divisão, pelo seu colorido negro bem nítido, regularmente interrompido por anéis estreitos, brancos.

Por esta particularidade de colorido, *Micrurus* albicinctus afasta-se francamente das demais espécies brasileiras de *Micrurus*, que, por possuírem anéis de côr vermelha mais ou menos acentuada, são, entre nós vulgarmente conhecidas pelo nome de "Corais venenosas".

C. — Fam. AMBLYCEPHALIDAE

XXVII. — Gen. SIBYNOMORPHUS Fitzinger

44. — SIBYNOMORPHUS CATESBYI (SENTZEN)

Um exemplar, colhido ao Norte de Mato-Grosso.

Nº **89** — Adulto ♀, com 3 ovos.

E. 13 ; vertebrais muito mais largas ; V. 179 ; A. 1 ; Subc. 93/93 ; preoculares 2 ; postoculares 2 ;, supralabiais 9 (5ª e 6ª) ; sinfisal separada das mentais pelo primeiro par de infralabiais ; 4 pares de mentais, primeiro maior e mais longo do que largo.

Comprimento total 538 mm ; cauda 183 mm.

Colorido.: como o descreve BOULENGER.

SciELO

45. — SIBYNOMORPHUS MIKANI (SCHLEGEL)

Um exemplar, colhido em S. Luiz de Cáceres, em julho de 1909.

Nº 90 — Jovem, com o ventre mutilado e a cauda fragmentada.

E. 15; vertebrais ligeiramente alargadas; V. 145/145 + n. A. ? Subc. 50 p. + n.; preocular ausente; postoculares 2; temporais 1 + 2; supralabiais 7 (3ª e 4ª); sinfisal separada das mentais pelo primeiro par de infralabiais; 3 pares de mentais, primeiro tão longo quanto largo.

Comprimento total 157 mm; cauda 30 mm.

Colorido: dorso pardo-amarelado com faixas transversais e manchas côr de chocolate; ventre manchado de pardo.

XXVIII. — Gen. DIPSAS Laurenti

46. — DIPSAS VARIEGATA (DM. & BIBR.)

Espécie pouco freqüente.

Nº 91 — Adulto ♀, com a extremidade da cauda mutilada.

E. 15; vertebrais um pouco mais largas; V. 202; A. 1; Subc. 75/75 + n.; supralabiais 10 (4ª, 5ª e 6ª/3ª, 5ª e 6ª: à esquerda a 4ª não atinge o rebordo orbitário); sinfisal separada das mentais pelos 2 primeiros pares de infralabiais; 2 pares de mentais, mais largas do que longas.

Comprimento total 660 mm + n.; cauda 132 mm + n.

Colorido: dorso pardo com faixas transversais anegradas, completas ou interrompidas no centro, prolongando-se até os lados das ventrais; cabeça parda com manchas escuras sôbre as placas frontal e parietais e no occiput; ventre amarelo salpicado de pardo.

NOTA. — O presente exemplar não tem dentes pterigóideos, caráter que, tendo sido também encontrado por J. F. GOMES (1) em um exemplar procedente do Ceará, o levou a mudar a espécie do gênero *Sibynomorphus* para o gênero *Dipsas*.

---

(1) J. F. GOMES — *in* Rev. Museu Paulista. 1918. t. X. p. 526.

SciELO

47. — DIPSAS ALBIFRONS (Sauvage)

Um exemplar que apresenta pterigoídeos desdentados.

Nº 92 — Adulto ♀.

E. 15, vertebrais pouco mais largas; V. 171; A., 1; Subc. 87/87; preocular diminuta, sôbre a frenal; temporais 1+ 2; supralabiais 8 (4ª 5ª e 6ª); sinfisal, separada das mentais pelos 2 primeiros pares de infralabiais; 3 pares de mentais, todos mais largos do que longos.

Comprimento total 600 mm; cauda 183 mm.

Colorido: como no tipo de Sauvage, com diferença que as manchas laterais, intermediárias às faixas transversais do dorso, são pouco visíveis.

D. — Fam. VIPERIDAE

XXIX. — Gen. LACHESIS Daudin

48. — LACHESIS MUTA (Linnaeus)

Um exemplar.

Nº 93 — Adulto ♀, bastante mutilado por grãos de chumbo, na parte anterior da cabeça, dorso e ventre.

E. 35; V. 228; A. 1; Subc. 36/36.

Comprimento total 1.740 mm + n.; cauda 174 mm.

Nota. — Êste exemplar, que já é bem desenvolvido, não é, todavia, dos maiores que tenho visto, pois entre êstes há, na coleção do Instituto Butantan, um com 2m.520 que obtive, em 25 de agôsto de 1921, do Sr. Francisco Lopes Martins, agricultor em Cametá, Estado do Pará.

SciELO

XXX. — Gen. BOTHROPS Wagler

49. — BOTHROPS ATROX (Linnaeus)

Cinco exemplares, todos com escamas de carina alta e curta e com 7/7 supralabiais, caráter que, conforme assinalei em publicação anterior (1), é dos mais constantes e serve para a distinção da espécie.

50. — BOTHROPS CASTELNAUDI Dm. & Bibr.

Espécie muito rara, de que ainda não encontrei exemplar em outra qualquer coleção brasileira.

Nº 99 — Jovem.

E. 25; fortemente carinadas; V. 224; A. 1; Subc. 71, tôdas inteiras. Cinco escamas entre as supraoculares que são bem grandes; temporais carinadas; postoculares 3; subocular 1, separada das supralabiais por 1 série de escamas; supralabiais 8, 2ª formando a borda anterior do buraco lacrimal.

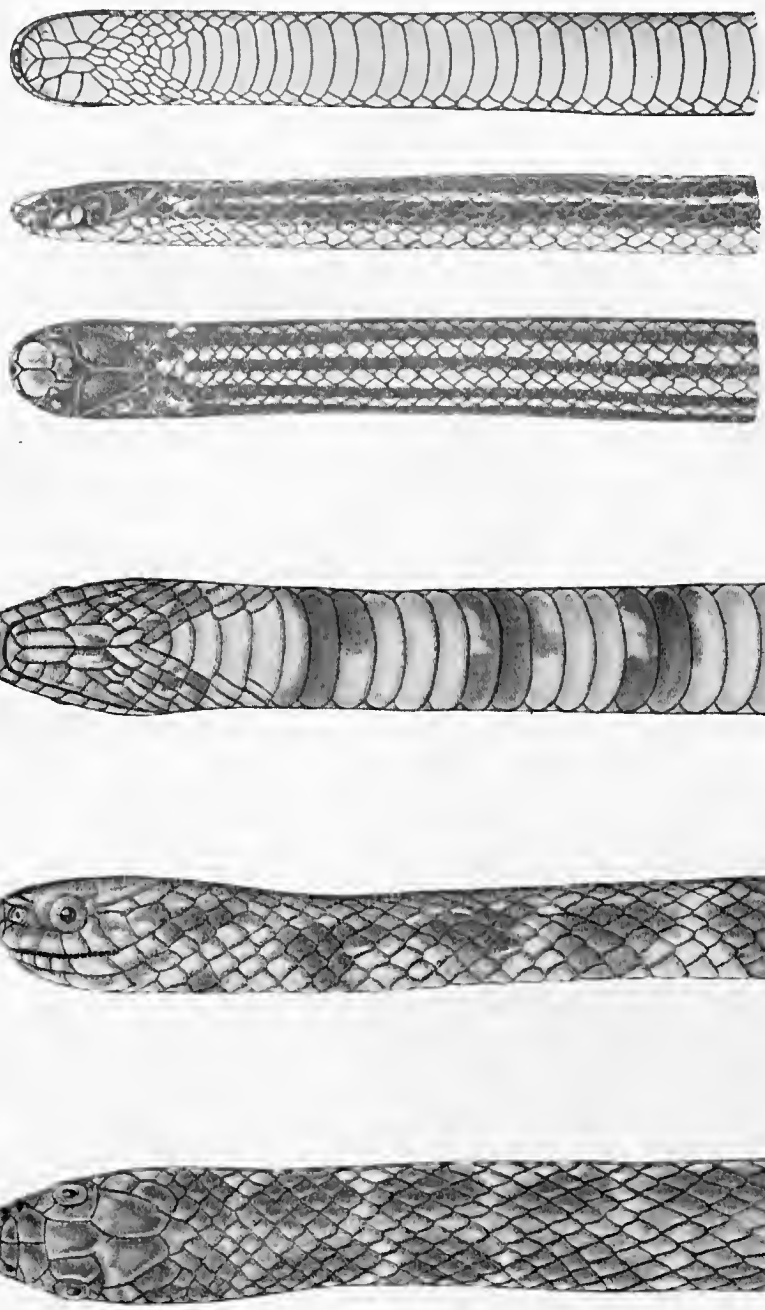
Comprimento total 300 mm; cauda 53 mm.

Colorido: dorso cinzento com faixas transversais e manchas escuras de bordas claras; cabeça cinzenta com manchas negras, das quais a mais nítida está no meio do focinho; faixa escura da órbita à comissura labial; ventre pardo, pintado de amarelo claro; sôbre os lados das ventrais, manchas amarelas nítidas, espaçadas e estendendo-se até a 3ª série de escamas dorsais.

---

(1) A. Amaral — «Contribuição para o conhecimento dos ofídios do Brasil» — I; *in* Anexos das Memórias do Instituto de Butantan. S. Ofiologia. 1921. p. 35 e p. 79.

SciELO



6

5

X3

4

3

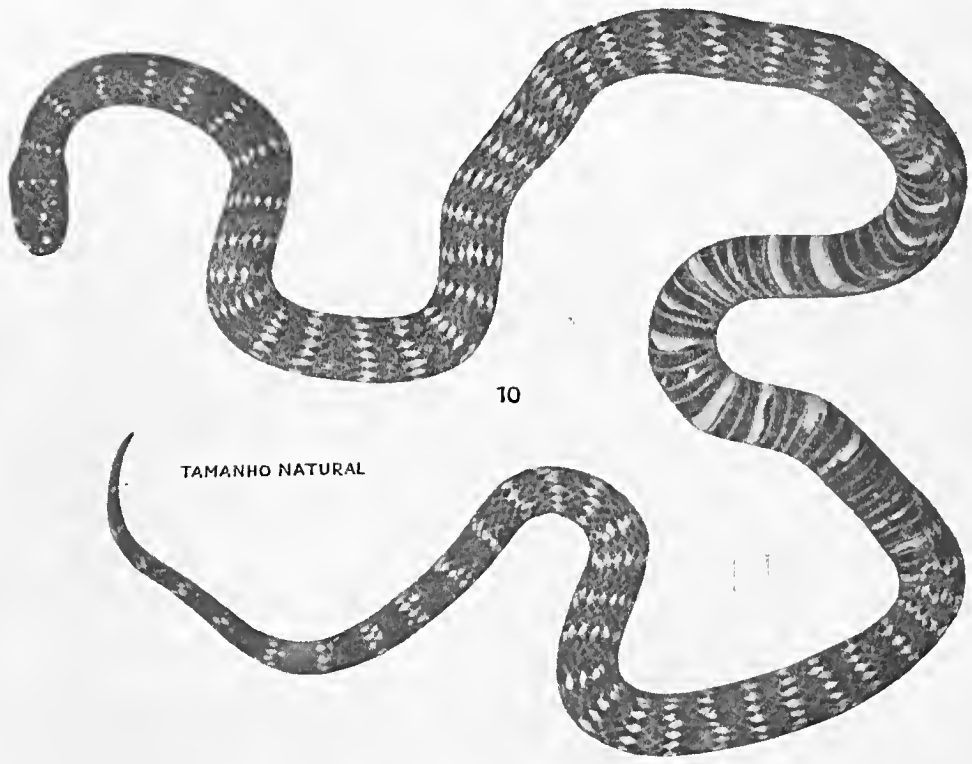
x 2

2

1

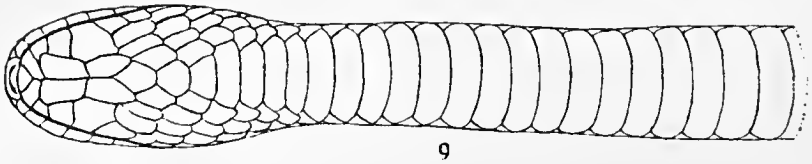
cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

AMARAL - Ofídios de Mato Grosso



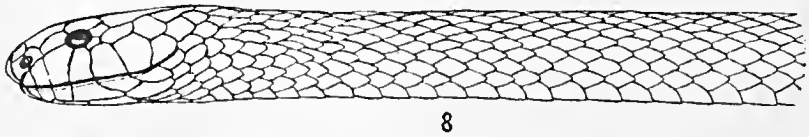
10

TAMANHO NATURAL

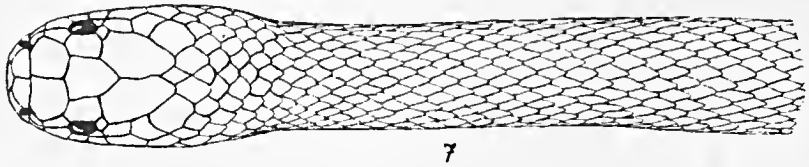


9

X2½



8



7

SciELO

1948
IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL

SciELO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

PUBLICAÇÃO N.º 86

da Comissão Rondon

PELO ÍNDIO E PELA SUA PROTEÇÃO OFICIAL

TRABALHO ORGANIZADO PELO ENTÃO DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

LUIZ BUENO HORTA BARBOSA

1.ª edição: 1923

2.ª edição autorizada pelo C. N. P. I. em 1946

1947
IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL

cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

PUBLICAÇÃO N.º 86

da Comissão Rondon

18213

PELO ÍNDIO E PELA SUA PROTEÇÃO OFICIAL

TRABALHO ORGANIZADO PELO ENTÃO DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

LUIZ BUENO HORTA BARBOSA

1.ª edição: 1923

2.ª edição autorizada pelo C. N. P. I. em 1946

DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA
BIBLIOTECA
Secretaria da Agricultura

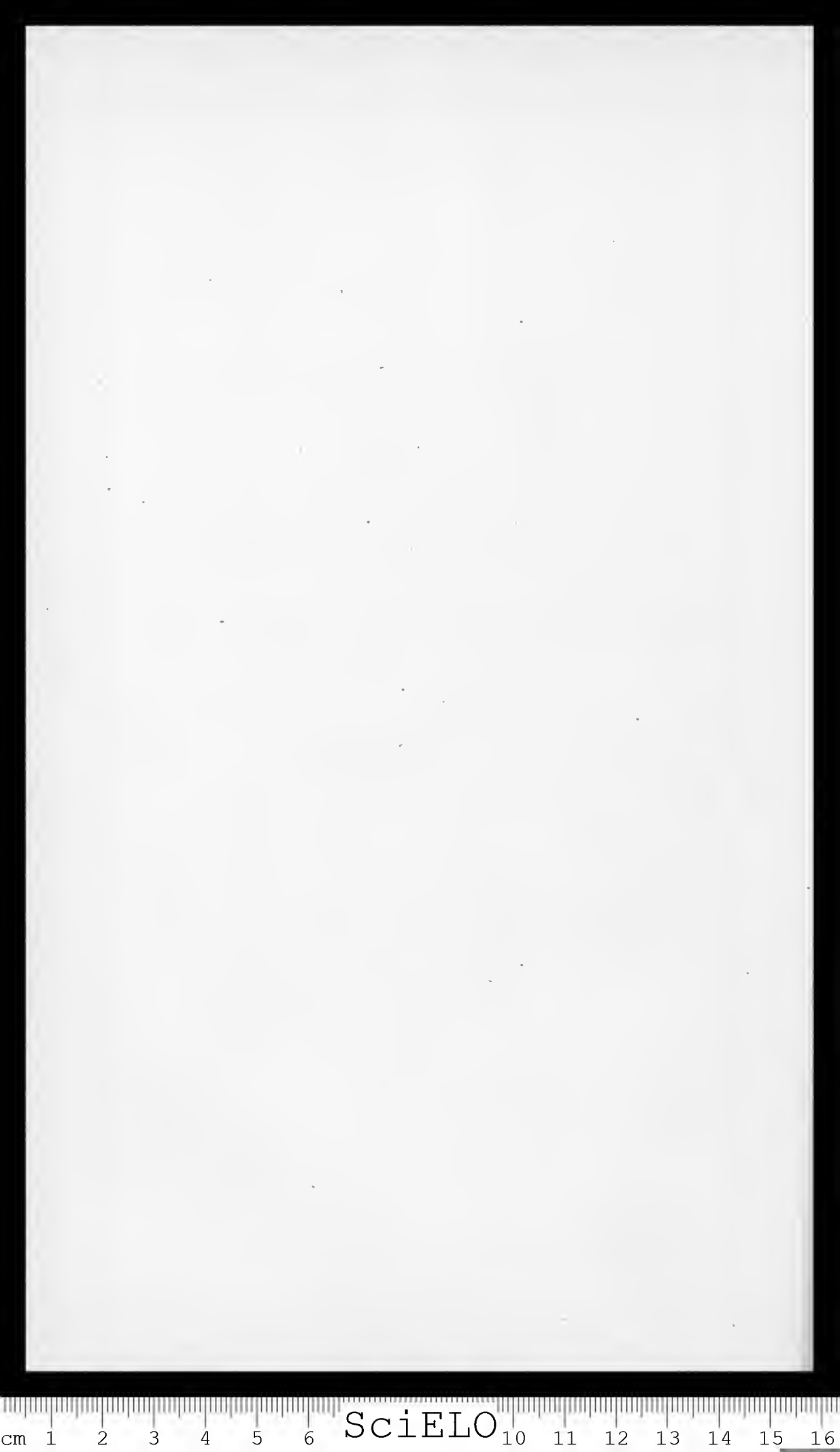
1947
IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL

MUSEU DE ZOOLOGIA - USP
BIBLIOTECA
RECEBIDO em 15/01/92

SciELO

ÍNDICE

	Págs.
Exposição apresentada ao Ministro da Agricultura Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida pelo Diretor do S.P.I., em Janeiro de 1923....	3
A "Comissão Rondon" na Exposição do Centenário da Independência em 1922.....	43
Discurso do General Rondon ao inaugurar a Exposição.....	43
Resumo do discurso do Sr. Ministro Calmon em resposta.....	50
Palavras do Presidente da República Dr. Arthur da Silva Bernardes....	52
Em Defesa do Índio — Artigo do Engenheiro-militar Coronel Alipio Bandeira, comentando o discurso de um Deputado, publicado no *Diário do Congresso* de 27-XII-1922	53


SciELO

1821 6

DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA
BIBLIOTECA
Secretaria da Agricultura

UM discurso ùltimamente pronunciado na Câmara dos Deputados e reproduzido no *Diário do Congresso* de 27 de dezemro (de 1922), veio patentear quão profundo e extenso é entre nós o desconhecimento de todos os assuntos que se relacionam com a natureza e a situação do problema indígena e com o que tem feito o govêrno para resolvê-lo, por intermédio da repartição destinada a tal fim. Daí nasceu a idéia desta exposição, na qual se compila em breve notícia uma relação dos trabalhos mais salientes realizados pelo departamento público de Proteção aos Índios, e reedita-se, mais uma vez, a enumeração de fatos e depoimentos de pessoas competentes que refutam *in limine* as falsas e desumanas teorias que servem de base às asserções dos que pedem o xtermínio dos últimos rpresentantes das tribos autóctones do Brasil.

No duplo intuito de registar com a possível exatidão a natureza e o feitio das acusações contra o Serviço e o Índio, e de adotar um roteiro para a presente explanação, transcrevem-se do mencionado discurso os trechos mais característicos, que passam assim a figurar como epígrafes das respectivas refutações.

* * *

"Repto. V. Ex.ª, disse o orador em resposta a um seu aparteante, a mostrar que serviço a comissão de proteção aos índios tenha produzido, de fato, e possa merecer a consideração do país que por êle tanto se sacrifica". E pouco depois, talvez para mais acentuar o seu pensamento de absoluta condenação ao injustiçado Serviço, afirma: "Serviço fictício, serviço de que a Nação não tem conhecimento".

No entanto, o que se devia esperar é que a Nação tivesse conhecimento dessa repartição e dos serviços por ela prestados, porque a ambos fazem constantes referências as mensagens presidenciais de inauguração dos trabalhos parlamentares; a ambos referiu-se, a 15 de novembro último, a mensagem do Dr. Epitácio Pessoa, encerrando o seu período governamental; a ambos referem-se, com maiores detalhes, os relatórios anuais do inistério da Agricultura, além de

SciELO

outros trabalhos que têm sido publicados no *Diário Oficial* e mesmo no *Diário do Congresso,* como se verificou, em 1921, com o parecer apresentado pelo Dr. Justo Chermont, relator do orçamento da Agricultura, parecer no qual o ilustre Senador Paraense reuniu valiosos dados sôbre o que tem realizado o Serviço no interior dos Estados em que está funcionando e enumerou os meios de que êle precisa para estender os benefícios de sua ação às populações indígenas das demais unidades da República.

Essas e outras fontes de informação bastaram para fazer o Serviço de Índios conhecido no estrangeiro, como o atesta a mensagem Presidencial de 1913 ao Congresso Nacional, nestes têrmos: "Pelo órgão de cientistas notáveis, bem como no seio do congresso das raças, reunido em Londres, foi o mesmo Serviço apreciado com os mais francos aplausos, a que se juntaram, depois, as manifestações da imprensa daquela capital, de Berlim e Paris, pelos seus representantes mais autorizados, sendo por êstes o nobre procedimento do Brasil para com os seus primitivos habitantes apontado como um exemplo a ser imitado, para honra da civilização universal, por todos os países onde ainda existem índios selvagens".

Pouco tempo depois destas manifestações provocadas pelas conclusões do Congresso Universal das Raças, levantou-se em Europa enorme clamor contra as atrocidades inflingidas aos índios peruanos do Putomayo, conforme o que a respeito apurou uma Comissão Parlamentar nomeada pelo govêrno britânico. Então mais uma vez o nome do Brasil apareceu cercado pelas simpatias do mundo civilizado, por se verificar que no seu território a situação do selvícola era inteiramente diversa da que se encontrava no Peru e que o aborígene brasileiro recebia dos poderes públicos de sua Pátria, por um serviço permanete constituído para tal fim, proteção eficaz e bastante para tornar impossível que êle fôsse vítima de cenas tão dolorosas como as registadas no Putomayo. Houve mesmo o projeto de organizar-se uma Comissão Internacional para intervir naquele território em defesa dos míseros índolas, e ao que parece tal projeto deixou de ser realizado só por não ter podido o então Coronel Rondon aceitar o convite que lhe foi transmitido pelo nosso Ministério do Exterior para ser um dos membros daquela Comissão.

Dêsses grandes acontecimentos foram eco os telegramas publicados em 10 e 17 de agôsto de 1913 pelo *Jornal do Comércio,* o primeiro procedente de Londres e o outro de Berlim. Dizia o primeiro: "A imprensa inglêsa publica hoje uma nota de caráter oficioso a propósito da questão de Putomayo, na qual se lembram vários alvitres

SciELO

para evitar a repetição de fatos análogos aos que recentemente foram denunciados. Entre êsses alvitres faz-se especial menção da orientação seguida pelo Brasil a respeito dos índios que habitam o seu território, tecendo-se calorosos elogios à forma porque êsses serviços são executados na competente repartição do Ministério da Agricultura".

Dizia o segundo: "Berlim. A maior parte dos jornais publica a comunicação dirigida à Legação Brasileira em Berlim a respeito do tratamento dos índios no Brasil, cuja organização elogiam, considerando-a muito perfeita".

Comentando êstes fatos, um escrito publicado no *Diário Oficial* do ano imediato, continha o seguinte: "Bastou-nos o ter podido ser feita essa excepção no momento conveniente (a de sermos um país em que o índio é protegido em vez de ser perseguido) para resguardar de graves prejuízos uma das nossas principais produções, pois que alguns fabricantes alemães já haviam anunciado não comprar a borracha produzida pelos seringais do Putomayo, em quanto os criminosos denunciados não fôssem punidos. Se não fôsse essa oportuna ressalva, certamente a insinuação feita pela Comissão Parlamentar Inglêsa teria sido explorada em nosso detrimento, em virtude de não se terem ainda tornado bastante conhecidas de todos as conquistas especiais já realizadas pela nossa administração política a êsse respeito".

Muito mais recentemente, um jornal dos Estados Unidos: o National Geographic Magazine, citado pelo Brazilian American, número comemorativo do Centenário da nossa Independência, escrecia: "Durante 33 anos o General Rondon trabalhou no longinquo sertão ... Mas, o seu serviço mais meritório é sem dúvida o que êle realizou como Diretor do Serviço de Proteção aos Índios do Brasil, cargo no qual a sua política de não hostilizar os índios, nem em represália, e de usar com êles de brandura, grangeou a sua amizade, preservou a sua civilização e constituiu o que póde chamar "a maior conservação de aborígenes realizada no Novo Mundo de nossos dias".

E o Dr. Gilberto Grosvenor, presidente da Sociedade Nacional de Geografia de New-York, comunicando ao mesmo general ter sido o seu nome incluído na lista dos sócios honorários daquela corporação, escreveu-lhe:

"Sinto-me feliz por ser de minhas atribuições informar-vos que a Sociedade Nacional de Geografia, pelo seu corpo administrativo, tendo em vista os esplêndidos serviços prestados à civilização pela vossa obra com e a favor dos aborígenes do Brasil, resolveu incluir-vos entre os seus sócios honorários".

SciELO

Se no estrangeiro o nosso Serviço de Índios é assim conhecido e estimado como um "exemplo a ser imitado, para honra da civilização universal", como poderia êle ser desconhecido da Nação e não merecer a consideração do País? O mais provável é que tal desconhecimento, e os sentimentos dêle decorrentes, só por ilusão tenham sido atribuídos à colctividade Brasileira, e isso pelo risco a que estão expostas as pessoas que falam em nome de terceiros, de supor que sejam do comitente noções e modos de ver e de sentir que na verdade lhes são privativos.

A realidade é que os moradores do interior, aos quais mais diretamente interessa a ação do Serviço de Índios, têm perfeito conhecimento da sua existência e para êle apelam sempre que os assalta alguma provação ou precisam de lenitivo para grandes necessidades e aflições. Ainda agora, dentro do espaço de um mês, três pedidos vieram de pontos diferentes do interior, solicitando a proteção oficial do Serviço para grupos de populações que se viam ameaçadas em suas propriedades e liberdades. A mais recente delas procedia de longínquo sertão de Pernambuco, onde nunca se manifestara a ação do Serviço mas onde nem por isso deixou de chegar a notícia da sua existência e da eficácia da sua operosidade. E foi um sacerdote católico quem se dirigiu, em fervoroso apêlo, ao General Rondon, rogando-lhe que estenda a proteção oficial de sua obra até àquele ponto do país e assim corra em defesa dos legítimos interêsses e dos direitos de um grupo de pacíficos e laboriosos Carijó, agora ameaçados e perseguidos por prepotentes senhores que lhes querem tomar as terras e os bens.

Dos outros dois pedidos, o primeiro referia-se ainda à defesa da propriedade territorial de índios, e nos vinha da Paraíba do Norte; o segundo, à perseguição e prisão injusta de alguns indivíduos, realizada por autoridades públicas de outro Estado.

Como êstes, muitos outros casos podem ser citados para provar quanta injustiça há na afirmativa de que a Nação não tem conhecimento do Serviço e que êste não merece a consideração do país. E como poderia ser isto verdade, em relação a um departamento público que tem realizado, por quase todos os recantos do interior, numerosos e memoráveis trabalhos, de muitos dos quais resultaram profundas modificações no aspecto geral de vastos territórios, que em poucos anos perderam a aparência que tinham de sertões selváticos e se transformaram em regiões cobertas de povoados, de lavouras, de fábricas, de tôda a férvida atividade da vida civilizada?

Foi assim em São Paulo, no sertão hoje cortado pela estrada de Ferro Noroeste do Brasil, habitado pela tribo guerreira dos Caingangues. Êsses índios, sob o nome de Coroados, infundiam tão grande

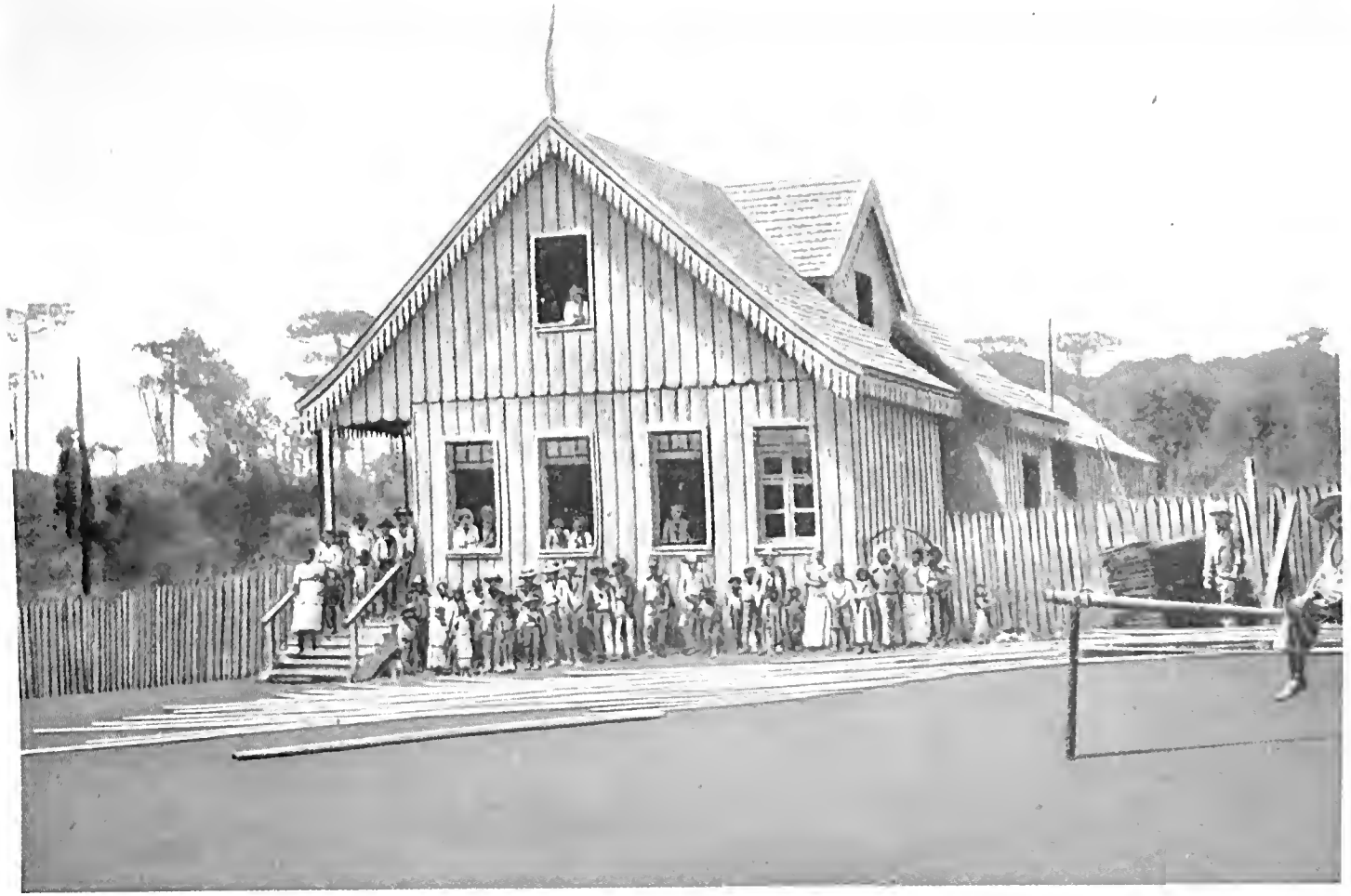
SciELO

Vista de um Pôsto de Proteção aos indios no sertão de Mato-Grosso - Pôsto Rodolfo Miranda no Rio Jamari.

SciELO

Vista de um Pôsto de Proteção aos Índios, em pleno sertão do rio Doce, E. do Espírito-Santo.

SciELO



Casa da administração da Povoação Indígena de Passo-Fundo — Índios Caingangue do Rio Grande do Sul.

SciELO

Vista de um Pôsto de Proteção aos Índios - O do Bananal, de índios Terena. — Sul de Mato-Grosso.

terror que, em 1910, ao se fundar o Serviço de Proteção, o Ministro da Viação sustentava, em reuniões ministeriais, presididas pelo Presidente da República, que o govêrno tinha de escolher entre a alternativa de enviar uma grande fôrça do exército para os bater e exterminar ou consentir na proposta da emprêsa construtora de suspender as obras de que se achava encarregada. A situação de ameaça contra a vida dos trabalhadores e dos engenheiros, contra a segurança dos trens, da linha e das obras de arte era tão grave que um senador da República, o Dr. Vitorino Monteiro, em conferência com o Chefe da Nação, e pelos jornais, pedia a urgente intervenção da fôrça pública para reprimir as hostilidades dos selvícolas e evitar as mortes e prejuízos que de outra maneira pareciam irremovíveis.

Foi, sob a pressão dêstes acontecimentos e do nervosismo público por êles causado, que o Serviço encetou os seus trabalhos naquele sertão, em fins de 1910. Em 1911, conseguiu êle suprimir as "*dadas*" contra os índios, isto é, as expedições organizadas por aventureiros mercenários, contratados para irem ao interior das matas em busca dos selvícolas e exterminá-los em suas aldeias; logo depois, e como conseqüência disso, viram-se cessar as correrias dos índios contra a Estrada, cujos trabalhos se puderam continuar sem novas perturbações. Ao começar o ano imediato, 1912, completava-se a pacificação dêsses selvícolas, pelas relações amistosas que se entabolaram entre êles e os empregados do Serviço de Proteção, que para êste fim viviam, havia mais de dez meses, no meio da floresta virgem, em ranchos de pau a pique cobertos de fôlhas de coqueiro, expostos a perigos, privações e sacrifícios que dificilmente se podem imaginar e mais dificilmente se podem descrever.

A conseqüência imediata de tão grande triunfo da ação e dos métodos do Serviço de Proteção foi a abertura à atividade da nossa civilização de um território que tinha de frente, ao longo da estrada de Ferro Noroeste, perto de 300 km e de fundo tôda a zona compreendida desde o Tieté até o rio Feio (Aguapei), dêste até o rio do Peixe, e, em grande parte, daí à margem do Paranapanema. Lugares servidos por estações daquela estrada, como Presidente Alves, Legru, Penápolis, Glicério, Araçatuba e Berigui, que se não desenvolviam nem povoavam, em quanto se sentiam ameaçados pelos índios, tomaram de repente esplêndido e maravilhoso surto: em pouco tempo levantaram-se verdadeiras cidades, iluminadas a luz elétrica, servidas por telefones públicos, por boas estradas de automóvel; fundaram-se enormes plantações de café, de cana de açucar e de cereais até nas longínquas paragens que ficam além do rio Feio, onde ninguem se atrevia a ir e

SciELO

não foi antes dos empregados do Serviço. A construção do prolongamento da Sorocabana até Pôrto Tibiriçá, sôbre o rio Paraná, ao longo do sertão compreendido entre o Peixe e o Paranapanema, pôde, igualmente, terminar-se sem nenhuma das perturbações que o govêrno do Estado esperava da parte dos Caingangue, e êsse sertão se vai ràpidamente povoando e enriquecendo com lavouras de tôda a espécie, tudo pacìficamente conseguido, como resultado da obra realizada pelo Serviço de Proteção aos Índios.

Idênticos a êstes, foram os resultados alcançados no município de Blumenau e no território de Palmas, Estado de Santa Catarina, com a pacificação dos Botocudo, cujas hostilidades, ora exercidas, ora sofridas da parte dos colônos alemães, invasores de suas terras, levantavam constantes celeumas na imprensa de Berlim e de Viena, nas quais ao nosso país e ao nosso govêrno nunca faltaram os mais atrevidos doestos e apodos .

Como êstes, podem ser citados outros insignes serviços prestados à pacificação de vastas regiões do país pela Proteção aos Índios. Pertence a êste número a intervenção pela qual ficaram definitivamente suprimidos, desde 1911 até hoje, os conflitos que dantes existiam entre os Aimoré e uma colônia italiana de São Mateus, no Estado do Espírito Santo; a abertura do rio Jauaperi, no Amazonas, à navegação e conseqüente aproveitamento econômico de suas riquezas naturais, o que era vedado pela tribo guerreira que povoa as suas matas; a possibilidade que se criou de explorar as matas de poaia, entre os rios Sepotuba e Paraguai, em Mato-Grosso, pela aquietação das correrias guerreiras da tribo dos Barbado, (*) que nelas habita; a travessia e as entradas pacíficas que pela primeira vez puderam realizar os empregados do Serviço na ilha do Bananal, no Araguaia, graças ao entendimento com os Javaé e Tapirapé; os trabalhos, que neste instante mesmo se estão terminando, de transformação em pacífica da tribo guerreira dos Parintintim, cujos assaltos ainda enchem de pavor extensas regiões, cobertas de seringais e de castanhais, do Madeira e de seus afluentes; a dos Caingangue do rio Laranjinha, no Paraná; a dos Cajabi, das cabeceiras do Tapajós. E isto sem falar nas numerosas tribos trazidas a relações pacíficas com a nossa gente e a nossa civilização, ao longo da Linha Telegráfica construída pelo General Rondon, como os Nhambiquara, os Quêpi-quiri-uáte, os Ariquême, etc.; e outras junto às quais os trabalhos tiveram de ser interrompidos, por falta de recursos orçamentários, depois de terem custado

(*) Mais tarde identificados à denomniação de Umutina, na sua própria língua.

SciELO

Escola do Pôsto de Proteção Rodolfo Miranda, no rio Jamari
Mato-Grosso

SciELO

a dedicados auxiliares do Serviço de Proteção extrênuos esforços e incalculáveis sacrifícios, como foi o caso da tribo dos Urubu, no Estado do Maranhão, pela qual tanto se devotou o saudoso Major Pedro Ribeiro Dantas, e o dos Patachó, do Jequetinhonha, no Estado da Bahia.

Acabamos assim de citar os nomes de diversas tribos guerreiras que o Serviço de Índios, afrontando e vencendo inúmeros perigos, dificuldades e privações, foi procurar nos mais recônditos sertões do país, para trazer a relações de amizade com a massa geral do povo brasileiro, na qual em breve elas desaparecerão, definitivamente assimiladas. Foram, portanto, outras tantas regiões do nosso território — onde até então o homem civilizado não pisava, ou só pisava em tom de guerra, matando e correndo o risco de ser morto — que se abriram à nossa atividade, à nossa indústria, que se nos tornaram plenamente conhecidas nos seus acidentes geográficos, nas suas riquezas naturais, no seu valor econômico, que, em suma, se incorporaram de fato à vida da nação brasileira.

E isto corresponde a *serviços* que nada têm de *fictícios* e que por sua vez não puderam ser realizados sem a execução prévia ou concomitante de muitos outros, tão reais como êles, tais como a construção de estradas de rodagem, para penetrar e atravessar os sertões que se devassaram pela primeira vez, das quais algumas satisfazem às condições exigidas para o tráfego de automóveis; a criação dos meios de transporte de pessoas e de cargas, por terra e por via fluvial, empregando-se nestas, algumas vêzes ,embarcações a vapor ou a motor de explosão; a derrubada de largos trechos de mata virgem para desbravar a terra e adaptá-la aos trabalhos de lavoura, à formação de pastos, à construção de casas, à criação de gado e dos vários animais domésticos; a introdução nesses lugares dos primeiros exemplares de animais úteis, destinados à procriação: bois, cavalos, jumentos, porcos, cabritos, carneiros, galinhas, pombos, patos, etc.; a introdução de árvores frutíferas, desde as bananeiras, as laranjeiras e as mangueiras, até os caquis, os pecegueiros e os marmeleiros; e muitos outros trabalhos que, não ocorrem, ou seria de fastidiosa enumeração.

Até aqui só temos falado dos trabalhos e obras executados pelo Serviço nos sertões habitados por tribos que viviam segregadas do grosso da nação brasileira; mas a êsses devemos juntar os que êle tem realizado em benefício de extensas populações pacíficas de nove Estados, em cujo interior fundou, mantém e administra, na hora presente, 35 estabelecimentos diversos, uns simplesmente agrícolas, outros principalmente pastoris. Nesses estabelecimentos, as populações bra-

SciELO

sileiras que nêles vivem, encontram o ensino de primeiras letras; a melhoria das condições higiênicas de suas moradas, de seus hábitos e de sua alimentação; ensino dos ofícios de ferraria, carpintaria, selaria, e outros essenciais aos moradores do interior; ensino de música e fornecimento dos respectivos instrumentos; melhoria dos métodos de trabalho; maior extensão dêsses trabalhos; aprendizagem do manejo e instalação de máquinas agrárias e das destinadas ao beneficiamento dos produtos das lavouras; introdução de reprodutores para melhoria das criações de gado vaccum, de suínos, de equinos ,de aves, etc.; introdução de novas espécies de forrageiras nos estabelecimentos especialmente destinados, pela natureza de suas terras, à criação de grandes rebanhos de bovinos, ou de outras espécies; e criação de novos gêneros de atividade, como tratamento do bicho da sêda, o cortume de couros, o aproveitamento de madeiras de lei e dos diversos produtos naturais das florestas e do solo.

* * *

Estas são as melhorias e os benefícios mais fáceis de serem enumerados e avaliados; mas os de mais alta valia, por entenderem com a situação moral e intelectual das populações, por lhes ter aperfeiçoado a constituição íntima da família, por lhes ter dado garantias de vida e de respeito à sua dignidade de homens, de membros da comunidade brasileira, de dignificação de suas mulheres e filhas: essas quem as poderá tornar patentes e suficientemente sensíveis num escrito? Só quem já conviveu com as nossas populações do interior e teve assim ocasião de ver como elas vivem por aí expostas e entregues, sm defesa, a todos os caprichos, opressões e extorsões dos senhores e chefes de infinitos mátises, que se apossam das terras, e às vêzes do curso total de rios inteiros; dos cargos municipais e estaduais, que confiscam em seu proveito próprio, bem como das autoridades policiais, dos tribunais, da justiça pública e das leis; só quem já viu os sofrimentos de tôda a sorte das nossas populações do interior, e mais principalmente dos índios semi-civilizados, míseros párias entre párias, pode ajuizar todo o valor e alcance da proteção que o Serviço tem dado, nesses 35 estabelecimentos, a dezenas de milhares de patrícios nossos, aos quais garante a propriedade das terras, o proveito de suas plantações e de seus rebanhos, a remuneração de seu trabalho, a garantia de sua liberdade e até o livramento de mal disfarçada escravidão e de prisões injustas, feitas umas vêzes para aterrorizar as populações e outras para desviar do verdadeiro culpado a punição de crimes nefandos.

Vêm de longe os sofrimentos dessas populações. Em 1862, um presidente da Província, o Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque,

SciELO

Através da floresta do rio Doce — Estrada de rodagem construída pela Inspetoria de Serviço de P. aos Índios no E. do Espírito Santo.

SciELO

Escola do Pôsto de Proteção aos índios Parici — Estação de Utiariti da linha telegráfica de Mato-Grosso ao Amazonas.

SciELO

compendiando-as em mensagem à assembléia do Pará, dizia: "Rude embora, o índio ama a família e preza os filhos. Pois bem, é o santuário da família, é o regaço do amor paternal o terreno em que o *regatão* exerce às vêzes a sua mais brutal ferocidade. Quando não seduz a espôsa, rapta a filha, e quase sempre arranca do grêmio da família tenras crianças que, em seu regresso aos povoados, reparte entre seus comparsas".

Pois bem, o Serviço de Índios, não se limita a constatar a existência dêstes abusos e a lamentar que êles se cometam; mas, entrando em ação, os vai corrigindo e suprimindo, restituindo às tribos as crianças e moças delas arrebatadas por sedução ou por violência, e que vinham trazidas para as cidades com destino a servirem de escravas ou a serem prostituídas; e obtendo dos juízes e tribunais mandatos de *habeas-corpus* pelos quais as autoridades policiais se vêm compelidas a cumprirem, em relação a êsses patrícios, as leis que lhes garantem a liberdade individual .E por tal forma se tem levantado o nível moral das tribos, o seu prestígio e estima no espírito dos sertanejos, que de dia para dia se tornam mais numerosos e mais freqüentes os casamentos entre índias e civilizados, coisa que antes do Serviço não havia, porque entre nós não se compreendia a pobre índia senão como concubina.

Tais serviços já são bastante valiosos para não se poder duvidar de que a repartição que as vem realizando "mereceu a consideração do país"; mas para citarmos tudo quanto ela tem executado em benefício do desenvolvimento material e moral da nação, as dôres, os sofrimentos, os prejuízos que ela nos tem poupado, seria preciso que pudéssemos enumerar cada um dos casos em que a sua ação tem evitado assaltos, mortes e depredações contra povoados, estradas de ferro, linhas telegráficas, estabelecimentos agrícolas, e até evitado — quem o diria? — que tomassem vulto reclamações diplomáticas que se esboçaram, mas não puderam ir adiante, por ter o Serviço a tempo esclarecido que havia um simples acidente fortuito onde se queria inventar um assalto a mão armada. Destas circunstâncias, porém, como fazer o respectivo cômputo e como realçar o valor, o alcance de cada acontecimento cuja ocorrência não se verificou, por ter sido obstada pelo Serviço? Alguem disse que feliz é o povo que não tem história, porque êsse não atravessou os graves transes de guerras, de incêndios e de dôres, cuja narrativa constitue a substância dos gloriosos anais. Anàlogamente, os sertões em que a vida e a atividade laboriosa transcorrem plàcidamente, dentro das normas da boa disciplina social, não mais fornecem matéria para notícias vistosas dos jornais, para citação de nomes de heróis ou de vítimas, para registo de beneméritas inter-

SciELO

venções. Não nos iludamos porém: é exatamente aí que a ação do Serviço está produzindo os seus melhores frutos, é aí que êle mais merece a consideração do país e mais reais, menos fitícios trabalhos executa.

Quem quer de verdade conhecer essa obra e não se contenta com as informações escritas ou verbais que dela dão os que já a conhecem e dela tratam, deve seguir o exemplo de um ilustre homem de letras amazônense, o Sr. Joaquim Gondim, que acaba de fazer imprimir em Manaus um livro, a que intitulou "Através do Amazonas", no qual relata as impressões das viagens que realizou, em 1921, pelo interior do grande Estado do Norte. Nesse livro, há a descrição e numerosas fotogravuras de nove estabelecimentos diversos, dos mantidos pelo Serviço de Índios em afastadas regiões daquele Estado, alguns em pontos de fronteira com territórios de outras nações, nos quais o pavilhão brasileiro só balouça aos ventos pátrios desfraldado pelas mãos dos empregados da tão malsinada repartição de Índios.

Para julgar com inteira justiça esta repartição, é preciso tomar-se em consideração, além dos trabalhos e obras que ela administra atualmente, outros que iniciou, mas de que teve de abrir mão por ordem superior, depois de nêles despender somas importantes e muito esfôrço.

O pensamento que presidiu à sua criação foi o de levar ao nosso interior todos os meios que pudessem contribuir para o seu desenvolvimento e para a mais pronta melhoria possível das respectivas populações. Nós viamos desenrolar-se sob nossos olhos o espetáculo do contraste profundo que havia entre o modo de serem tratados os trabalhadores rurais provenientes de outras terras e os nascidos na nossa. Enquanto aquêles eram acolhidos com afagos e amparo nas colônias agrícolas, onde o govêrno proporcionava-lhes meios e facilidades de angariarem terra, boa morada, instrução para os filhos, etc., êstes jaziam no meio de sua imensa miséria, inteiramente esquecidos de tôda e qualquer proteção oficial.

O Ministério da Agricultura tratou de dar remédio a tão extravagante situação, encarregando ao mesmo Serviço de cuidar do índio e do trabalhador nacional; por isso a denominação dêste departamento era composta e indicava o duplo fim a que se propunha: proteger o aborígene e localizar, em terras que se tornariam de sua propriedade, os caipiras, os roceiros, os caboclos, a gente, enfim, em que se vieram transformando os índios brasileiros e em que se hão de transformar os que ainda hoje existem pelos nossos sertões.

SciELO

Aula de música do Pôsto de Proteção aos Índios Parici
Estação de Utiariti da linha telegráfica de Mato-Grosso ao Amazonas

SciELO

No desempenho desta missão, o Serviço tratou de fundar, de 1910 a 1914, um Centro Agrícola em cada um dos oito Estados seguintes: Maranhão, Piauí, Paraíba do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Rio Grande do Sul. A área total destinada a êsses estabelecimentos subia a 10.170 hectares e êles podiam abrigar uma população de 2.710 famílias. Das terras destinadas a tal fim, umas foram adquiridas, em todo ou em parte, pelo Ministério da Agricultura, com recursos tirados das verbas do Serviço; outras foram doadas pelos respectivos governos locais.

Os trabalhos que o Serviço chegou a executar nesses estabelecimentos, variaram desde os preliminares levantamentos topográficos, que foram realizados em todos, até a divisão e demarcação dos lotes destinados a cada família de colonos; abertura de caminhos; drenagem do solo, para fins higiênicos e econômicos; desobstrução de rios; instalação de máquinas para beneficiamento de produtos de lavoura; construção de casas, etc.

Depois de 1914 essa parte da primitiva repartição foi desmembrada do Serviço de Porteção aos Índios e passou para o Povoamento do Solo; mas, enquanto existirem, aquêles estabelecimentos serão outros tantos atestados vivos do que tem sido a operosidade do Serviço de Índios em todos os pontos do interior do país onde lhe foi possível agirem por lhe terem sido dados para isso os meios necessários.

Outro trabalho a que se destinava o Serviço e par acuja realização êle se aparelhou mediante a aquisição de valiosíssimo material, é o de recolhimento de dados para a organização da carta itinerária da República. Para preencher êsse fim, os organizadores da repartição, tendo à frente o General Rondon, proveram os principais lugares das Inspertorias nos Estados com engenheiros ou agrimensores, aos quais incumbia proceder aos levantamentos, expeditos ou precisos, de acôrdo com as circunstâncias do momento, dos rios e caminhos por onde passassem, quer fôssem em demanda dos sertões para os reconhecer e explorar, quer em visita a tribos indígenas.

A êsses trabalhos filiavam-se os concernentes à demarcação e medição das terras que já pertenciam aos índios, ou das que viessem a ser adquiridas para êles, por doação ou por qualquer outra forma. A esta parte do seu programa, o Serviço tem continuado a prover, apesar das dificuldades de todo gênero com que há de arrostar para desobrigar-se de semelhante dever. Tais dificuldades nascem, em primeiro lugar, da quase absoluta insuficiência das verbas do Serviço, das quais se há de tirar tudo quanto é preciso para todos os trabalhos

SciELO

a que êle meta ombros; em segundo lugar, da falta de funcionários de que se ressente a repartição, depois que foi privada da grande maioria dos que a serviam nas Inspetorias; e em terceiro lugar pela inconcebível compreensão que os governos estaduais têm, ou afetam ter, do que são as nossas leis e os nossos principios morais quando aplicados aos índios.

Para que se veja até que ponto as autoridades estaduais se consideram desobrigadas de todo o dever de reconhecer e respeitar a propriedade das tribos e de acatar os compromissos contraídos com elas ou em nome delas, basta citar os dois casos seguintes:

Num Estado do Sul, o Congresso decretou e o executivo sancionou uma lei que prescreve os meios a serem empregados para tirar à um grupo de índios umas terras em que êles vivem há seguramente 74 anos; que lhes foram doadas por um particular, segundo consta de documento público conhecido e que anda citado em papéis oficiais recentes; e nas quais o Serviço federal se acha estabelecido e empregando dinheiros públicos, em construção de casas, montagem de máquinas, manutenção de escolas, etc., há mais de dez anos seguidos! (*)

Noutro Estado, êste do Norte, o Congresso e o executivo fazem uma lei pela qual são declaradas nulas e insubsistentes as doações de vários lotes de terras, realizadas a favor de algumas tribos, na vigência de outra lei. E é para notar que, na medição, demarcação e levantamentos topográficos dessas terras, havia a Repartição federal, devidamente autorizada pelo govêrno estadual, despendido importantes quantias dos seus orçamentos, durante vários anos; e que os trabalhos assim realizados já haviam sido julgados e homologados pelo govêrno do Estado, por atos especiais, de diferentes datas. Assim, pois, temos o exemplo de não serem acatados pelos Estados trabalhos federais executados nos seus territórios, a custa de grandes sacrifícios de dinheiro e de pessoal, na boa fé de concessões consignadas em leis dos mesmos Estados, leis baixadas especialmente para autorizarem êsses mesmos trabalhos.

No sul, para despojarem os índios, alegam que êles são poucos e que a propriedade visada é grande de mais; no norte, apegam-se a miseráveis pretextos de forma no processo das medições, como se estas já não tivessem sido julgadas e homologadas, havia vários anos, pela

(*) Trata-se do Estado do Paraná e da generosa doação feita aos índios ainda ao tempo da monarquia, pelo saudoso Barão de Antonina — questão irritante que só pôde ser resolvida em 1945, segundo dispositivos do Decreto-Lei n.º 7.692, de 30 de junho — C.N.P.I. — 1946.

SciELO

autoridade competente: mas o motivo verdadeiro, sabido de todos, é que entre as terras assim reservadas para os índios, há uma coberta de castanhais, para a qual se viraram as vistas cubiçosas de certo potentado.

Vemos, por êstes exemplos, que no Brasil os índios só podem guardar o que é seu em quanto o que possuem é bastante miserável para não ser cubiçado por algum magnata. Noutros países, é exatamente o contrário: se acontece descobrir-se alguma fonte de riqueza em propriedade de índios, aí é que o govêrno acode para dar-lhes garantias contra possíveis esbulhos.

Assim, por exemplo, nos Estados Unidos, segundo refere F. Leupp, a descoberta, no território dos Choctaw e Chickasaw, de cêrca de meio milhão de geiras de terras contendo carvão, petróleo e asfalto, determinou que essas terras fôssem medidas e excluídas do número das que podem ser arrendadas a civilizados: são conservadas como propriedade das duas nações e o Govêrno as tem administrado em benefício delas.

* * *

Mas já é tempo de passarmos a outro ponto do discurso que deu lugar à presente exposição. Tomemos pois o seguinte trecho:

"Êsse Serviço de Proteção aos Índios, conta com verbas tão faustosas que chegam a causar-nos irritação".

Neste terreno, parece que o melhor caminho a seguir é comparar as verbas qualificadas de faustosas, com as destinadas a idêntico fim em outros orçamentos.

Ora, o orçamento cuja discussão na Câmara dos Deputados deu ocasião ao discurso que nos ocupa, consigna para a despesa total da República, em 1923, as quantias de 797.526 contos papel, e 88.482 contos ouro. Convertido tudo a papel, pelo câmbio vigente, encontra-se que o orçamento dá para a despesa autorizada no corrente ano mais de um milhão e duzentos mil contos.

Nesse total a verba do Serviço de Proteção aos Índios figura com a parcela de 1.060 contos. Esta quantia é muito menor do que a milésima parte do valor total do orçamento da despesa.

Agora, para fazermos uma idéia do que isto significa, recorramos ao último orçamento do Império. A despesa foi orçada para 1889, lei 3.397 de 24 de novembro de 1888, em 153.148 contos.

Ora, êsse orçamento consigna a verba de 220 contos para a *Catequese*, a qual constava de alguns serviços especificados nas províncias de Mato-Grosso e de Goiaz, e de auxílio para um asilo de meninos indígenas em Belém do Pará.

SciELO

Procurando, como precedentemente, a relação por quociente entre esta verba e o respectivo orçamento, achamos que ela é maior do que um setecentos avos dêste.

Assim, pois, o Brasil, no tempo do Império gastava, só com algumas poucas tribos indígenas de duas de suas províncias, e com um serviço restrito na capital de outro, muito mais do seu orçamento, do que a República consigna dos seus, nos dias de hoje, para atender às necessidades de tôdas as tribos do seu território. Com aquêles setecentos avos do seu orçamento, o Império não mantinha nenhum serviço pròpriamente público, não sustentava nenhum estabelecimento nacional; subsidiava, apenas, ou auxiliava obras e fundações realizadas à custa de outros fundos. Com muito menos do que a milésima parte do seu orçamento, o Brasil de 1923 sustenta um serviço público; mantém 35 estabelecimentos diversos em vários Estados; administra, conserva e melhora grandes propriedades do patrimônio nacional, como as fazendas do Rio Branco; realiza obras públicas de valor, como a construção de estradas de rodagem, desobstrução de rios, para os tornar navegáveis; aumenta o patrimônio nacional pela construção de casas, aquisição de máquinas, de embarcações, etc.

Tomando outro ponto de vista para esta comparação entre os dois orçamentos, diremos que em cada grupo de dez mil contos de despesa geral da República, ela destina oito contos e oitocentos mil réis para a Proteção aos Índios; ao passo que o Império, de cada grupo de dez mil contos de sua despesa, dava treze contos. Daí resulta que, se a República guardasse em 1923 a mesma proporção de que usou o Império em 1889, ela destacaria agora, do seu orçamento de 1.200.000 contos ,a quantia de 1.560 contos só para trabalhos em dois Estados. Como, porém, o atual Serviço de Índios estende a sua ação efetiva por nove Estados, e não vai além por falta de recursos que incessantemente pede, segue-se que a sua verba, em nossos dias, só para alcançar proporcionalmente ao que era no fim do Império, devia ser de mais de 7.000 contos. E seguramente que ainda seria deficiente, pois muito há que fazer no Amazonas, em Mato Grosso, no Paraná, em Santa Catarina, e tudo em Pará, Acre, Alto-Purus, Alto-Juruá, Goiaz e outros pontos do território nacional.

Agora, o que poderemos dizer do qualificativo de *faustosa* dado a essa verba de mil e sessenta contos destinada ao Serviço de Índios do Brasil em 1923? Teremos coragem de aproximá-la das somas que, para análogo fim, consignam os orçamentos dos Estados Unidos e do Canadá? Façamo-lo, por dever de ofício.

SciELO

Índios de Mato-Grosso, de tribo recentemente pacificada.

SciELO

Francis Leupp, antigo Comissário dos Negócios dos Índios dos Estados Unidos, no seu livro intitulado — The Indian and his problem — escreveu o seguinte: "O govêrno tem presentemente consciência da obrigação que lhe cabe em relação a êste povo que êle tomou sob sua proteção. Por isso, a mesquinha verba de 10.000 dólares que foi, até 1830, destinada à educação dos índios, veio aumentando até alcançar a 100.000 dólares em 1870, e o orçamento escolar, continuando a crescer com firmeza desde então, importa agora em cêrca de quatro milhões de dólares — (amounts to about four milions dollars) —".

Convertida para moeda em que se exprime a verba total do Serviço de Índios do Brasil, ao câmbio em vigor, achamos que, *só para a educação,* os índios dos Estados Unidos recebem do govêrno de sua Pátria quantia superior a 34.000 contos.

É preciso, além disso, ter presente que, de acôrdo com os números publicados no citado livro de Francis Leupp, a população indígena dos Estados Unidos quando muito atingirá a 300 mil pessoas; a do Brasil, segundo a estimativa do General Rondon, subirá a um milhão e quinhentos mil.

Além disto, o índio do Brasil, todo o mundo está farto de saber, é a expressão mais acabada do homem pobre, do homem despido de tôda a sorte de propriedades e de bens. Em contraposição a isto: "os livros do Tesouro dos Estados Unidos (F. Leupp, ob. cit.), mostram que os fundos fiduciários depositados nêle a crédito, de muitas tribos, formam um total de cêrca de 35.000.000 dólares, e produzem uma renda anual, na taxa de 4 a 5 por cento, superior a 1.800.000 dólares... São os frutos das negociações de todo o gênero, com o Govêrno, desde 1837 até o presente. Às vêzes o Govêrno induziu um grupo de índios a mudar-se das terras que êles estavam ocupando e conseguio que transladassem as suas residências para lugares prèviamente escolhidos, obrigando-se a compensá-los com uma soma determinada; outras vêzes, o govêrno comprou parte de suas terras, e depositou o preço da compra no tesouro em benefício da tribo.

"Há ainda duas fontes de renda para os aborígenes.

"No primeiro grupo entram as somas anualmente votadas pelo Congresso para o sustento das tribos que não possuem fundos, ou cujos fundos são insuficientes para as suas necessidades.

"O segundo grupo baseia-se em negócios: procede dos produtos de arrendamentos de terra das tribos; vendas de gado criado por empregados brancos do govêrno em fazendas da tribo (estas fazendas são propriedades fora dos grandes domínminos chamados *reservations*); venda de lotes de terras das tribos, contíguas ou próximas às cidades;

SciELO

venda de pedra, de madeira e do direito de caminho; além dos bônus e foros de arrendamento de jazidas de ferro, de carvão, de asfalto, de petróleo, e assim por diante".

Compreende-se assim como é possível verificar-se nos Estados Unidos o que F. Leupp, diz da tribo dos Osagos: "Na verdade, êles são o povo mais rico do mundo: se tôdas as coisas que lhes pertencem fôssem vendidas, e distribuído *per capita* o valor da venda, cada homem, mulher e criança, receberia provàvelmente de 35 mil a 40 mil dólares".

Pois, tão grandes recursos não impedem que repartições públicas venham empregar nas propriedades dêsses índios somas vultosas, em obras que redundam em enormes benefícios para essas populações de ricaços. É o que se infere de um discurso proferido na Câmara, pelo deputado Ildefonso Albano:

"Um dos atos mais meritórios, disse êle, do Reclamation Service, é a construção de obras de irrigação para os índios. Assim os diretores dêsse serviço entraram em acôrdo com o Indian Department em 1907 e já executaram várias obras irrigatórias para os indígenas. Nas terras reservadas aos índios Blackfeet, no Montona, estão executadas e em vias de execução cinco obras de irrigação, os canais Cutbank, norte e sul, o canal Two Madicine, o Badger-Fisher e o Bird-Creek, destinado a irrigar cêrca de 120.000 ares (48.000 hectares).

"Também no Montana, nas reservas dos índios Flat-heat... tenciona a Reclamacion Service construir importantes obras de irrigação. Na reserva dos índios Fort-Peck há projetos para 148.000 acres; os trabalhos para irrigação dos tratos de terras ocupadas pelos índios Plaia, no Arizona, já foram concluídos".

* * *

Vejamos agora o Canadá, de cujo Departamento dos Negócios dos Índios possuímos o relatório referente ao ano de 1918, impresso por ordem do Parlamento.

Em primeiro lugar, digamos que o total da população indígena do Canadá é de 105.998 pessoas.

Pois bem, a propriedade *pessoal* dêsses Índios, em terras, construções, veículos, aves domésticas, etc., etc., era de 65.285.112 dólares.

E êles tiveram em 1918 a renda total de 8.418.307,10 de dólares, para cuja soma concorreram os produtos das fazendas com o valor de 2.834.149; os salários com 2.043.137; as anuidades e juros de fundos depositados, com 555.628; além de outras rubricas, como arrendamento de terras, venda de madeiras, etc.

SciELO

Índio do Amazonas de tribo recentemente pacificada.

SciELO

SciELO

A esta população o Departamento esforça-se, segundo as suas próprias palavras, por dar uma tal educação que faça de suas novas gerações leais cidadãos do Canadá e habilite-os a competir com sucesso com os seus vizinhos brancos.

Para a consecução de tal fim, o Parlamento deu ao Departamento a verba de 734.112,33 dólares, ou sejam ao câmbio de agora, mais de 6.377 contos de réis, além de outras consignações, para os demais serviços que incumbem ao Departamento, e que elevam o seu orçamento votado no Parlamento, a 1.771.660,49 dólares, isto é, muito mais do que 15 mil contos de nossa moeda!

Depois de lermos, compararmos e pesarmos êstes números, que idéia poderemos ter de nós mesmos, que achamos *faustosa* a verba de 1.060 contos destinada a dar tudo, absolutamente tudo, a uma população de um milhão e quinhentas mil pessoas que nada possuem de seu, nem a terra em que pisam, nem o rio em que pescam, nem o solo que lavram?!

Continuando, o discurso afirma do Serviço que — "êle não é absolutamente eficiente, não se sabe qual o paradeiro ou localização dos índios catequizados".

Os objetivos do Serviço não são assentados ou prescritos ao capricho de cada imaginação, ao sabor de suas predileções, da maior ou menor profundidade com que essa imaginação hája examinado êstes assuntos. Ao contrário disso, êles se acham claramente enumerados e condensados no Regulamento que constitue a lei por cujos dispositivos os empregados do Serviço têm de pautar os seus atos, a sua intervenção e a sua operosidade.

Assim, a afirmação de que o Serviço não tem sido *eficiente*, é perigosamente vaga, porque pode envolver a pretensão de julgar a sua obra, não a comparando com o que êle se obrigou a fazer, mas sim com um outro programa que não só êle não aceitou, mas até perentória e categòricamente rejeitou e condenou.

Precisamos, pois, sair do laço armado pelo vago dos têrmos, e para isto pedimos que em vez de acusações como essa, de se dizer "o Serviço não tem sido eficiente", nomeiem-se claramente as prescrições do seu Regulamento, os pontos do seu programa em que êle, por sua própria culpa e não por falta de meios de ação, falhou à sua missão, mostrou-se deficiente, lacunoso ou impotente.

Os que conhecem o Serviço e comparam a sua obra com o seu programa, êsses sabem muito bem, que, para se dizer certo, precisa afirmar-se o contrário do que foi dito, isto é: afirmar que o Serviço, por tôda a parte onde tem agido, se tem mostrado senhor de meios perfei-

SciELO

tamente eficientes para, em primeiro lugar, proteger o índio, e em segundo, conduzí-lo a incorporar-se à nação brasileira.

Quanto ao outro membro da oração, com certeza não visava afirmar que *ninguém* sabe qual o paradeiro ou localização dos índios catequizados.

Em primeiro lugar, não há índios catequizados pelo Serviço de Proteção, e êste faltaria aos seus deveres se enveredasse pelo caminho de dar ao índio, ou a quem quer que fôsse, instrução doutrinal sôbre princípios de fé. O Serviço não procura nem espera transformar o índio, os seus hábitos, os seus costumes, a sua mentalidade, por uma série de discursos, ou de lições verbais, de prescrições, proibições e conselhos; conta apenas melhorá-lo, proporcionando-lhe os meios, o exemplo e os incentivos indiretos para isso: melhorar os seus meios de trabalho, pela introdução das ferramentas; as suas roupas, pelo fornecimento de tecidos, e dos meios de usar da arte de coser, à mão e à máquina; a preparação de seus alimentos, pela introdução do sal, da gordura, dos utensílios de ferro, etc.; as suas habitações; os objetos de uso doméstico; enfim, melhorar tudo quanto êle tem e que constitue o fundo mesmo de tôda a existência social. E de todo êsse trabalho, resulta que o índio torna-se um melhor índio, e não um mísero ente sem classificação social possível, por ter perdido a civilização a que pertencia sem ter conseguido entrar naquela para onde o queriam levar.

Não há índio catequizado pelo Serviço, mas há o *protegido, o localizado* nas Povoações Indígenas o recentemente *pacificado* nos sertões que a sua tribo dominava e preservava das invasões do homem civilizado, a golpes de flecha ou de tacape. Quiz, a respeito dêsses, dizer o discurso que "ninguém sabe onde êles vivem, onde estão, nem como estão"! Pois a resposta a isso se encontra até nos títulos das várias consignações em que, no orçamento, se divide a verba 15.ª, a do Serviço de Proteção aos Índios, pois aí está declarado o número de estabelecimentos mantidos pela repartição e a sua distribuição por Estados.

Mas é fácil repetir aqui a relação dos postos de proteção e de pacificação, e das Povoações Indígenas, pelos quais se distribue a população de índios que vivem sob a direção, e voluntàriamente recebem a assistência, os auxílios e o ensino do Serviço.

SciELO

Índios tupis do Gi-Paraná, Mato-Grosso. — Em relações com a comissão telegráfica de Mato-Grosso ao Amazonas.

cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

São êles:

No Estado do Amazonas	8	postos
" " " Maranhão	3	"
" " " Espírito-Santo	1	Pôsto
" " de Minas-Gerais	1	"
" " de São-Paulo	2	postos
" " " "	1	Povoação Indígena
" " do Paraná	5	Postos
" " " "	1	Povoação Indígena
" " de Santa-Catarina	1	Posto
" " do Rio Grande do Sul	1	Povoação Indígena
" " " Mato-Grosso	1	" "
" " " "	10	Postos
Total	35	Postos

Nesses estabelecimentos, a não ser os que estão no início de relações com tribos guerreiras, como acontece neste momento com os Parintintim, os Cajabi, os Caingangue do Laranjinha, os Cabixi do Rio Sararé, etc, encontram-se, além das mais variadas lavouras, de cereais, de café, de cana de açúcar, etc., maquinismos para beneficiamento dos produtos dessas lavouras: para iluminação elétrica; escolas de primeiras letras; aprendizados de vários ofícios; criação de animais; numerosas benfeitorias, e outras melhorias que se poderiam citar.

De quase todos êles, há no Ministério da Agricultura fotografias bem recentes, tiradas para a Comemoração do Centenário. A não se querer acreditar nessas fotografias, nem no que dizem os relatórios oficiais e nem mesmo nas descrições de escritores independentes, como o já citado autor do "Através do Amazonas", resta o recurso, não de se lhes negar a existência, mas de ir pessoalmente verificar a de alguns dêles. E isto não é difícil para quem se acha no Rio de Janeiro, pois que daqui partindo, com pequeno sacrifício, podem atingir-se, em poucas horas, os seguintes estabelecimentos:

1.° Indo a Vitória, pela estrada de ferro Leopoldina ou por mar, e dali seguindo pela estrada de ferro Vitória a Diamantina, até Colatina ou até Resplendor. No primeiro caso, atravessará em canoa o Rio Doce e, parte em automóvel ou charrete, parte a cavalo, percorrerá 46 quilômetros de boa estrada, no meio da mata virgem, ao fim dos quais estará no Pôsto do Pancas. No segundo caso, atravessará ainda o Rio Doce, em canoa, e logo se encontrará no Pôsto Guido

SciELO

Marlière, onde se está terminando a pacificação de um grupo de Aimorés.

Uma semana, compreendendo a partida e o regresso a esta capital, é bastante para realizar esta visita.

2.º Uma vez em São Paulo, vai-se a Bauru, pela Sorocabana ou pela Paulista; dali, pela Noroeste, a Avaí, a Penápolis ou Glicério.

No primeiro caso, com um percurso de 12 quilômetros a cavalo, chega-se à Povoação Indígena do Araribá, onde se verão todos os aperfeiçoamentos que o Serviço tem oferecido aos Guarani, ali instalados, para melhorare mo seu gênero de vida, as suas habitações, o seu trabalho, etc.

No segundo e no terceiro caso, com um percurso maior a cavalo, chegar-se-á aos Postos do Icatu e Vanuire onde trabalham como bons e diligentes amigos nossos, os Caingangue que, durante tanto tempo, sob o nome de *coroados*, foram tidos como gente feroz, inadaptável ao nósso convívio, quase diriam: "estranhos ao verdadeiro gênero humano!".

Em rigor, estas visitas exigirão pouco mais de uma semana, entre ida e volta; mas podem ser feitas em menos tempo.

3.º De São Paulo, pela Sorocabana, a Ourinhos; daí, por automóvel, a Jacarèzinho, no Paraná; de Jacarèzinho, a cavalo, a Santo Antônio da Platina; depois, ainda a cavalo, pela estrada de penetração aberta pelo Serviço para a pacificação dos Caingangue do Laranjinha.

Aqui a viagem não é tão sem cuidados, como as precedentemente indicadas, nem o pôsto oferece as mesmas comodidades que os outros: mas há a vantagem de se ficar conhecendo como os empregados do Serviço trabalham em zona ocupada por índios guerreiros.

A viagem pode terminar-se em uma semana.

Ora, é de esperar que estas indicações sejam aproveitadas pelas pessoas que, desejando saber "qual o paradeiro ou a localização dos índios trazidos à civilização pelo Serviço de Proteção, não se decidem a acreditar na existência dêsses paradeiros, nem que êles sejam tais como se os descrevem, diretamente vê-los, em inspeção imediata.

Continua o discurso: "Tudo nos induz a crer que êsses selvagens brasileiros não aceitam a cultura que lhes queremos proporcionar: fogem dos civilizados, não se incorporam ao nosso meio, têm enfim, todos os defeitos de uma raça inferior".

Ao depararem-se-nos casos como êste, de ainda em nosso dias falar-se com tanto ardor e paixão contra os nossos aborígenes, compreendemos ao vivo quanta verdade e quanta propriedade havia no

SciELO

qualificativo de "questão abrasadora" dado por ilustre escritor brasileiro, João Francisco Lisboa, ao problema indígena entre nós.

É na realidade uma questão que apaixona, com certeza pelos grandes interêsses, princípios e sentimentos sociais que põe em jôgo e abala. Mas, convenientemente advertidos, por nossa parte trataremos de versá-la sem entrarmos no braseiro das contestações acadêmicas em tôrno das teorias, tão boas como as suas vetustas predecessoras, que engendravam a crença em povos eleitos de Deus, relativas a raças louras ou morenas; cabeças compridas ou redondas; seleção natural ou artificial; eliminação dos fracos pelos fortes, e outros análogos argumentos com os quais os que têm a fôrça material de seu lado, esperam justificar o péssimo uso que dela fazem para saltear, depredar e exterminar os que no momento não podem defender à mão armada a sua liberdade, os seus haveres e a sua vida.

"Os selvagens brasileiros não aceitam a cultura que lhes queremos proporcionar". Mas, qual a cultura a que se faz alusão nestes têrmos? Quem procurou proporcionar essa cultura, e viu perdidos os seus esforços?

Bastaria a resposta a estas duas perguntas para facilitar muito, ou talvez mesmo tornar desnecessária qualquer contradita àquela proposição. Pórque, se a cultura que se quis inculcar ao pobre selvícola, foi a mental de um de nossos bacharéis ou mesmo a de um simples letrado; se foi a moral de um doutor em cânones, ou mesmo a de um noviço ou noviça de convento, se foi a prática de um mecânico ou de um guarda-livros de banco, em qualquer dêsses casos, como se admiram de que êle a não tenha aceitado, ou antes, e melhor, que a não tenha podido aceitar?

Mas, se em lugar de tão disparatada ação, como seria essa de querer transmudar o índio em doutor, em frade ou em banqueiro, nos limitarmos a só exigir dêle o possível, isto é: que adote, dos meios e recursos da nossa civilização, os instrumentos, os processos, os modos que melhoram e aperfeiçoam a sua indústria, as suas casas, as suas lavouras, as suas vestimentas, a constituição da sua família, e tantas outras coisas que não comuns à nossa vida e à dêle, então o veremos, sem esfôrço nenhum de nossa parte, ir apropriando-se dos nossos conhecimentos, das nossas observações, das nossas maneiras de obrar, próprias àquêles atos e àqueles hábitos. Irá êle se aproximando, não dos doutores, nem mesmo dos operários da cidade, mas dos nossos trabalhadores das fazendas, dos nossos campeiros de gado, dos nossos roceiros ou caipiras, em suma. E nesse trânsito, não estará o selvícola caminhando para nós, adaptando-se à nossa cultura, isto é, à cultura

SciELO

geral do povo brasileiro, naquilo que ela lhe é accessível no estado em que nós o encontramos?

Êles aprendem e acabam adotando a nossa língua. Só com isso quantas noções não adquirem; quantas modificações não sofre o seu entendimento; quantos novos pontos de contato não se formam entre a sua e a nossa alma? Êles abandonam, uns mais outros menos ràpidamente, o gênero de atividade em que fundavam a sua subsistência e a de suas famílias, o qual era essencialmente a caça e a pesca; e em lugar dêle adotam o que nos vêem praticar, em lavouras ou pastoreio de gado; — contraem a noção de trabalhar sem conhecer o destino objetivo, imediato, para Pedro ou para Paulo, do produto dêsse trabalho; concomitantemente com isso, lhes vem a noção de dinheiro e a transformação do modo de comerciar, que deixa de ser por troca direta dos objetos, para ser mediante o sinal abstrato que representa o valor do objeto. Aumentam ràpidamente o respeito que já tinham pela vida de seus semelhantes e não tardam em se tornar monógamos.

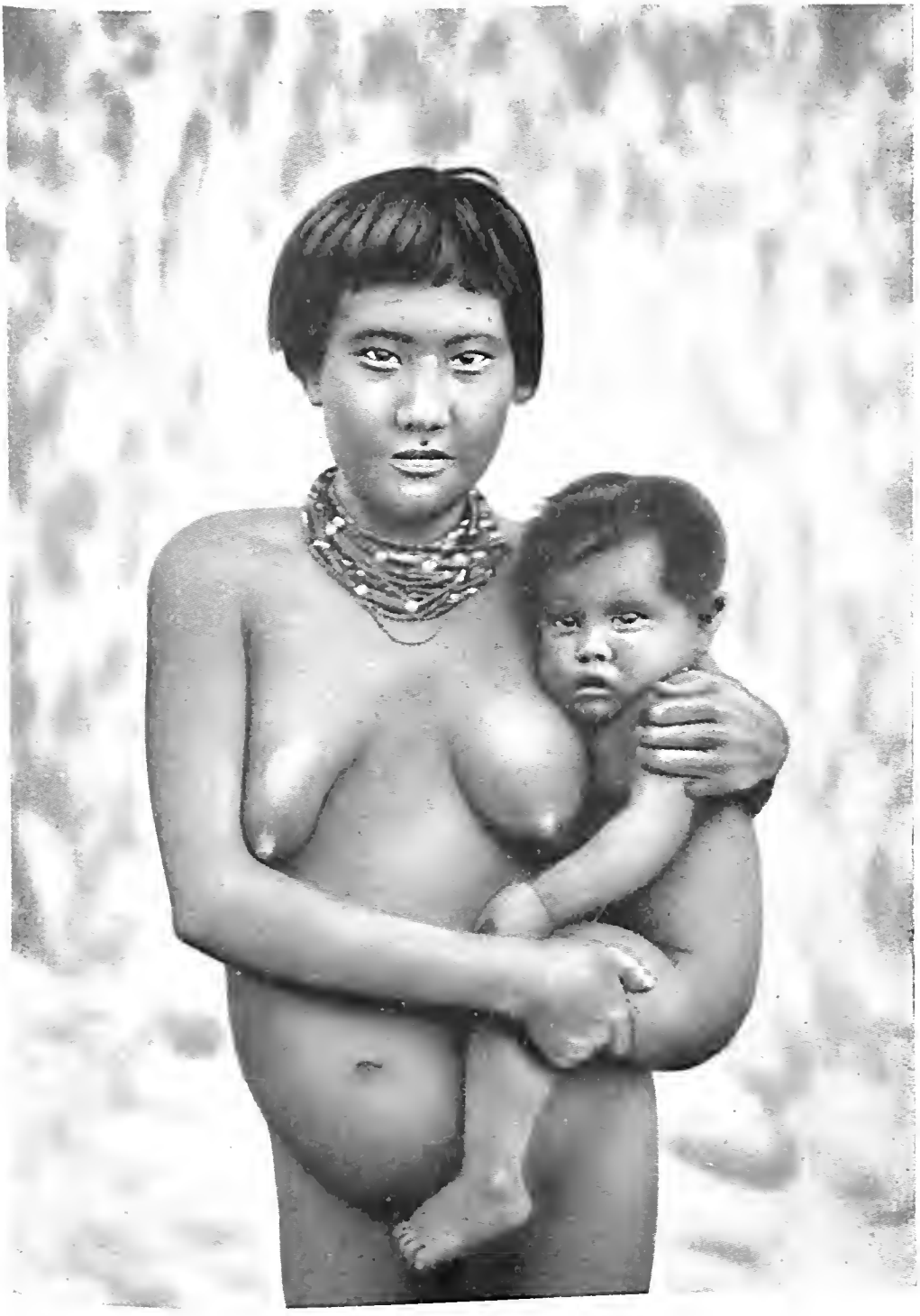
Pois estas modificações, e muitas outras que se poderiam igualmente citar, não consistem, afinal, em caminharem êles para a nossa civilização, em "se incorporarem ao nosso meio", não pròpriamente ao nosso meio das cidades, mas ao *meio brasileiro* do interior do país?

E que estas modificações se dão, quem o poderá contestar a pessoas que têm convivido, durante decênios seguidos, e não por alguns instantes fugidios, com índios de todos os sertões do Brasil; que têm lidado tanto com tribos que pela primeira vez sáiem do fundo de suas florestas seculares, como com as que vivem promiscuamente com os descendentes dos europeus desde os primeiros dias do descobrimento?

Barbosa Rodrigues, que esteve tantas vêzes entre êles, cita as palavras de "*um bom observador*", que disse: "Esta raça só quer o bom exemplo e o bom ensino. A natureza com ela foi pródiga na formação dos seus dotes morais; se decaiu e se aviltou, tôda a culpa recae sôbre os que a educaram e a educam".

A êstes dotes morais refere-se um escritor francês Ferdinand Denis , o qual, aliás, no seu livro *Brasil*, tradução portuguêsa da casa Garnier, trata sempre o índio com visível antipatia e mesmo com dureza. Não obstante, escreveu: "Há na existência social dos índios certas virtudes que não se encontram no mesmo grau entre povos adiantados na estrada da civilização. Nas freqüentes misérias da vida selvagem nunca o fraco era esquecido e o forte se resignava primeiro que êle a sofrer. Não havia convenção feita, com consciência, que pudesse resolver um chefe a apoderar-se dos bens da terra que se reputavam de tôda a tribo. Durante a mingua de alimentos, era o

SciELO



Índia do Amazonas, de tribo recentemente pacificada.

SciELO

escravo servido antes do *mussacat*. Uma das qualidades dos selvícolas, era a sua inviolável boa fé nas transações, particulares ou gerais. Não há talvez exemplo de que fôsse por êles quebrantado um tratado de paz celebrado com os conquistadores. Esta boa fé nos tratados se manifestava em tôdas as relações da vida; e os antigos escritores são todos unânimes acerca da ternura, e mesmo das atenções que entre si testemunhavam, ainda que mais de vinte famílias algumas vêzes sob o mesmo teto habitassem".

Tanto aqui no Brasil como fora do Brasil, chegou-se afinal, à compreensão de que não se tem de procurar compelir o índio a transformar-se sùbitamente em *civilizado*. "É necessário deixá-los, diz o Dr. Barbosa Rodrigues, mesmo depois de aldeados, com seus costumes, para que aos poucos os vão abandonando". E. F. Leupp, descreve nestes têrmos as melhorias que viu adotadas por uma tribo que aceitara instalar-se perto de um estabelecimento do Departamento de índios: "Eu os vi o ano passado. Já comiam os seus alimentos em mesa e não no chão; dormiam em leitos e não em terra; suas casas eram de boa aparência em relação ao asseio médio usado nas tribos. Tudo isto é resultado de absorção e não de educação artificial e forçada".

Idêntica a estas é a observação que regista o autor francês acima citado, em relação aos selvícolas do rio Doce e do Belmonte: "Desde 10 ou 20 anos estas tribos se têm achado num contínuo comércio com colonos brasileiros, e têm sofrido as modificações que deviam resultar dêste contato imediato com homens civilizados. Uma de suas primeiras resoluções foi abandonar, ao menos em parte, o uso do singular adôrno que à sua fisionomia dá tão feia aparência; alguns indivíduos se resolveram a fazer pequenas lavouras; chefes que pareciam irreconciliáveis se congregaram; reina finalmente a paz naqueles desertos. Digâmo-lo com orgulho, tudo isso se deve a um francês, Thomas Guido Marlière, o qual se estabeleceu nas margens do rio Doce desde 1924. Numerosos obstáculos se apresentaram desde essa época ao bem que Marlière intentava fazer. Ignoramos se os referidos obstáculos estão hoje superados; porém é uma vida generosamente sacrificada a do homem que, a respeito dos selvagens, não cessava de dizer aos brasileiros: "*Amor e lealdade para com êles, meus amigos, e temos homens*".

Os que conhecem de verdade o índio, ficam penalizados quando vêm escritores estimados e bem intencionados fazerem-se a injutiça de repetir descabidas acusações, como a de "ser êle indolente e não gostar do trabalho". Em seu *habitat* próprio, e no seu gênero de vida primitiva, o índio dá provas de uma operosidade, de um esfôrço, de

SciELO

uma constância na ação, de uma resistência à fadiga, de um tino em vencer as dificuldades, que bem raramente se encontram entre nós.

Quem já pensou, sem ficar estarrecido, à simples idéia de se ver a isso condenado, no trabalho que é derrubar uma árvore a machado de pedra? No entanto, os índios faziam extensas derrubadas para as suas plantações de milho, de mandioca, de favas, etc. E o trabalho, a arte, a infinita paciência que êles tinham de despender para a preparação dos seus arcos e das suas flechas; para o aperfeiçoamento das pedras em machados e machadinhas; para fixar êsses machados em seus cabos; para as caçadas aos grandes animais, como a anta, o veado, a onça, sem o auxílio de cães? A delicadeza imensa no apanhar vivas as aves, que se guardam como reservas alimentícias para os dias de penúria; a arte e a aplicação no abrir fogo pelo atrito de duas peças de madeira; no conservá-lo pelo maior tempo possível; na fiação de fibras têxteis para confecção de cordas e para tecidos vários, artìsticamente enfeitados com desenhos de fios coloridos, inseridos na urdidura; os artefatos de barro; os enfeites de pena; e admirabilíssimos outros produtos de um gênio industrioso incansável e cheio de recursos; e até os tocantes mimos que eram os brinquedos das crianças, os pequenos arcos, as flechas em miniatura, tudo manipulado através de mil dificuldades por aquêles homens rudes, tão mal julgados ainda hoje?

E as transformações que introduziam em seus utensílios, com os materiais que apanhavam dos civilizados? Os Caingangue paulistas, trabalhando com infinita paciência, cortavam as pás e as enxadas tomadas aos trabalhadores da Noroeste, em lâminas, sem outro instrumento senão lascas de silex, e depois ajeitavam-nas em pontas de flecha, com tanta regularidade e perfeição que dificilmente se acreditava não serem forjadas por um bom ferreiro. Os Botocudo de Santa Catarina, com as lâminas de serra que tomavam aos madeireiros alemães, trabalhando-as só a pedra, faziam temerosas e belíssimas pontas de lança e de flecha, que tanto serviam para a caça dos grandes herbívoros, como para a guerra. Os Caingangue paulistas, nos primeiros dias da pacificação, tendo obtido um guarda-sol velho, inventaram desmontar as suas varetas, despontá-las e utilizá-las para furar os dentes de macaco de que faziam lindos colares, nos quais, antes disso, êsses dentes figuravam engastados num tecido de fibra de cipó imbé. Com as mesmas varetas êles conseguiram furar quanto níquel se lhes dava, para enfiá-los nos colares de suas mulheres.

Êsses homens podiam ser indolentes e refratários ao trabalho? Quantos de nós sucumbiria de fadiga e de fome se tivesse a sua subsistência dependente das longas caminhadas a que êles eram obrigados

SciELO

Índia da tribo dos Uaimaris, Amazonas, pacificada em 1911.

cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

para apanhar a caça de que se tinham de alimentar; para tirar, em troncos de árvores prodigiosas, os favos precisos para o seu hidromel; ou para derrubar a machado de pedra o coqueiro e lhe tirar o palmito?

Como essa, muitas outras opiniões errôneas correm mundo, repetidas como outras tantas verdades. Assim, escreveu o mesmo estimado autor: "o índio tinha o sentimento de *propriedade coletiva* (da tribo), mas não o tinha da *propriedade privada*: o índio não julgava fazer mal roubando".

Isso só é verdade em se tratando da propriedade territorial. A terra, com as matas, os rios e as caças que nela existiam, o índio não concebia que pudesse ser dêste, daquele, ou de alguns indivíduos: tinha-a como propriedade geral da tribo. Mas, a caça uma vez preada; o arco, a flecha; os enfeites; os utensílios domésticos, panelas, vasos de barro, purungos, cestos; os animais mansos; as aves guardadas vivas, como reserva alimentícia; as roças e muitas outras coisas, constituíam propriedade privada e o índio tinha na conta de ação reprovável o apoderar-se alguém de alguma delas, subrepticiamente, sem o consentimento do respectivo dono.

À primeira vista, pode parecer que há contradição entre o que se afirma aqui e o que se encontra registado em muitos autores, como resultado de suas observações, que dão o índio como fortemente inclinado ao furto e ao roubo. No entanto essa contradição é simplesmente aparente e, se existisse, seria da mesma ordem da que nos oferecem os naturalistas, exploradores geográficos ou excursionistas científicos que, não obstante serem pessoas perfeitamente honestas, incapazes de furtarem um alfinete que seja nas cidades e nas moradias civilizadas, quando se vêm numa aldeia de índios, se podem, fazem mão baixa sôbre todos os objetos que encontram; e se não podem, tratam de se apossar dêles logrando velhacamente os respectivos donos, isto é, dando em troca de artefatos preciosos, coisas de mínimo valor. Assim formam-se, ou antes, formavam-se sem dispêndio nenhum, ou quase nenhum, copiosas coleções etnográficas que figuram nos museus de Europa, da América do Norte, etc.

Êsses mesmos naturalistas ou excursionistas científicos, que repeliriam com horror a idéia de violarem túmulos, nos nossos cemitérios, não sentem a menor sombra de escrúpulo em revolver quanta sepultura de índios a sorte lhes depara nos sertões, e consideram-se muito honrados quando se apresentam nas cidades carregados de despojos mortuários obtidos dessa forma.

SciELO

Se perguntássemos a um índio: Que idéia fazes dêstes homens que levaram os teus arcos, as tuas flechas, os teus tecidos, os teus ricos canitares de penas, as tuas urnas funerárias, e tantos outros objetos preciosos do teu uso cotidiano e reliquias sagradas? Certamente que êle nos responderia: um desbragado ladrão, como todos os homens da sua raça. No entanto, nós sabemos que êste juízo e esta sentença do índio são profundamente injustos. O que houve, foi simplesmente que o naturalista e o excursionista científico, não consideraram que fôsse roubo ou furto o apoderarem-se como fizeram daquelas coisas que pertenciam a um outro povo, a uma outra civilização.
Anàlogamente, o índio que se abstem de tomar e guardar para si objetos pertencentes a outro índio, e que tem tal ação por feia e reprovável, encara como ato perfeitamente legítimo o apossar-se por esperteza ou por fôrça dos nossos machados, foices, facas, etc. No entanto, se as relações entre êles e nós estreitam-se e perduram, e se nós lhes damos exemplos de generosidade no trato e de lisura nas transações, ràpidamente desaparecem essas práticas e êles passam a respeitar as nossas propriedades como respeitam a sua própria, e tanto como nós mùtuamente respeitamos a nossa.

A verdade, pois, é que o índio não é mais nem menos inclinado ao furto do que a gente da nossa civilização; êles conhecem a propriedade individual e sabem respeitá-la; o que lhes falta, nos casos em que a infringem, como em outros que para êles são crimes, tanto como para nós, é a idéia e concomitante prática da repressão coletiva. Um ato dêsses, se praticado por um membro, contra outro da mesma tribo, dará lugar a represálias da vítima e quando muito de seus parentes, mas não dará lugar a pena decidida e aplicada pela tribo. Só quando a violência é de membro de uma tribo contra o de outra é que a coletividade se dá por ofendida e se acha no dever de tomar uma desforra também coletiva, fazendo responsáveis pela ofensa todos os indivíduos do povo a que pertence o ofensor.

Dêsse modo de compreender os fatos sociais nós mesmos viemos, e infelizmente ainda não nos achamos tão afastados dêle, que não apresentemos freqüentes casos de dolorosa recaída!

Mas deixemos êstes aspectos, aliás interessantes, da vida do índio, para voltarmos ao discurso que nos vinha ocupando. O selvagem brasileiro, diz êle — "tem todos os defeitos de uma raça inferior".

Ao lermos esta sentença, não nos podem deixar de ocorrer, melancòlicamente, as vêzes em que já a encontrámos formulada contra o povo brasileiro, tomado no seu conjunto. Houve mesmo um estrangeiro bastante petulante para levantar a dúvida se seriamos dignos de ocupar

SciELO

Chefe dos Crenáque, rio Doce, Minas-Gerais — Tribo pacificada em 1911.

SciELO

SciELO

uma terra tão bela e tão rica como a do Brasil, a qual, afinal, é um *patrimônio da civilização*, e precisa ser devida e convenientemente lavrada e aproveitada. Êle empregava contra nós a mesma teoria que, em nosso nome, se empregaria agora contra os selvícolas. No fundo, a razão dêle era a mesma que a nossa: O govêrno do país a que êle pertencia ,possuia mais navios, mais canhões e mais soldados do que o nosso; como nós possuímos espingardas, bombas e metralhadoras que os índios não possuem.

Para consôlo nosso, baste-nos recordar que o mais egrégio dos nossos homens políticos, o Patriarca da Independência, um século atrás, tirava das profundezas do seu magnânimo coração e do seu grande saber, pensamentos como êste "O homem primitivo nem he bom nem he mau naturalmente... Si Catão nascera entre os Satrapas da Persia, morreria ignorado entre a multidão de vis escravos; Newton si nascera entre os Guaranis seria mais um bípede, que pesara sôbre a superficie da terra: mas um Guarani criado por Newton talvez que occupasse o seu logar".

Em outros têrmos, um ilustre estrangeiro, Elisée Réclus, na sua nova Geografia Universal, repete esta magnífica lição contra a falsa teoria da "inferioridade da raça", dizendo:

"Escritores do último século, notadamente Ulloa, negavam tôda inteligência aos naturais da América do Sul: *êles não têm discernimento nem compreensão: são animais, são brutos*".

"Muitos colonos do Brasil chamam os índios de *bicho do mato*. Tais asserções depõem sobretudo contra os que as avançam. O fato é que os americanos do Sul, como os representantes de tôdas as raças humanas, participam de nossas fraquezas e de nossas fôrças; possuem, em graus diversos, nossas faculdades intelectuais e morais; levam-se à realização de grandes ações e recaem em práticas ignobeis; progridem ou decaem segundo as lutas nas quais estão empenhados, o meio ao qual se acomodam e à parte de liberdade de que gozam".

Lê-se no discurso: "Não tenhamos, por espírito de nacionalismo piegas e incompreensível, a veleidade de querer explicar à Nação que é preciso proteger o selvagem".

Em primeiro lugar, o pensamento de proteger o índio não é privativo nosso, nem nos podemos vangloriar de sermos os primeiros a quem êle ocorreu. A honra de tal precedência cabe a uma senhora, e senhora egrégia: é o que se infere da seguinte passagem de um trabalho de Silvestre Rebêlo, publicado na Revista do Instituto Histórico, tomo I:

SciELO

"Na chegada da frota a Sevilha vieram ordens da côrte para se venderem os índios como escravos; contudo, o piedoso coração de Isabel fêz com que esta ordem fôsse contramandada, e que os índios fôssem reenviados a São Domingos, para onde se mandou também outra ordem para que os mesmos índios fôssem aliciados com afagos e carinhos e não perseguidos militarmente e reduzidos à escravidão".

Muitos outros personagens ilustres, que enchem as páginas da história da Humanidade com os fulgores da sua glória, levantaram-se em defesa do índio e manifestaram-se seus amigos.

O chanceler Bacon, por exemplo, num pequeno trabalho escrito para chamar os europeus a sentimentos humanos, em relação às indefesas populações do novo mundo, dizia: "Lembremo-nos de que se somos cristãos, os outros são homens". E noutro tópico: "Guardemo-nos de fazer do nosso Salvador um Moloch, oferecendo-lhe em holocausto o sangue dêsses homens".

O grande Jefferson, quando presidente dos Estados-Unidos, em 1804, não desdenhou a amizade de uma tribo indígena e mandou que o seu ministro da guerra escrevesse-lhe uma carta, exprimindo a satisfação do govêrno de Washington pelas boas relações com o povo aborígene a quem ela se dirigia. Essa carta tinha o seguinte fecho: "O Presidente vos envia uma cadeia de ouro puro, o qual nunca enferruja. Assim queira o Grande Espírito ajudar-nos a conservar resplandecente, por uma longa sucessão de séculos, a cadeia da amizade da qual a cadeia de ouro é um emblema".

Em segundo lugar, se adotássemos o conselho de não proteger o índio, abandonaríamos tôdas as tradições da nossa história e as lições dos nossos maiores patrícios.

O primeiro rejeitado seria José Bonifácio, que compendiou em cinco mandamentos, "os meios de que se deve lançar mão para a pronta e sucessiva civilização dos índios", os quais são:

1.º *Justiça*, não esbulhando mais os índios, pela fôrça, das terras que ainda lhes restam, e de que são legítimos senhores.
2.º *Brandura, constância e sofrimento de nossa parte*, que nos cumpre como a usurpadores e cristãos.
3.º *Abrir comércio com os bárbaros*, ainda que seja com perda da nossa parte.
4.º *Procurar com dádivas e admoestações fazer* pazes com os Índios inimigos.
5.º *Favorecer por todos os meios possíveis* os matrimônios entre Índios e brancos e mulatos.

Depois seriam os nossos mais esclarecidos homens de govêrno, os quais trabalharam sem desfalecimento pela prosperidade do selvícolas, desde os primeiros tempos do descobrimento do Brasil até nossos dias; seria um Caxias, que no Maranhão e no Rio Grande do Sul, em Relatório de abertura da Assembléia Legislativa, 1846, levantou a voz a favor do índio; ou um Inglês de Sousa, que a 15 de junho de 1889, no Instituto da Ordem dos Advogados, formulava a seguinte proposta:

"Proponho que o Instituto represente ao Congresso Nacional sôbre o imperioso dever e alta conveniência de regularizar, no direito nacional, a situação dos aborígenes do Brasil, quer aldeados quer errantes ou nômades, de modo a protegê-los eficazmente contra as violências e depredações de que são vítimas e a incorporá-los ao organismo econômico do país como fôrça produtora, decretando legislação apropriada a êsse duplo fim em bem dos sentimentos de Humanidade e dos interêsses da civilização".

Ou um Barbosa Rodrigues, que reclamava para os selvícolas a proteção do govêrno nos seguintes têrmos:

(Vide *A Pacificação dos Crichanás*):

"É triste vêr os índios expulsos das florestas em que se criaram, onde rêdes se ataram e suas malocas se ergueram.

"Extorquidas as terras, derrubadas as suas matas, revolvidas as suas urnas mortuárias, como viverão êles? E ainda mais, divididos, esparsos e foragidos?... Que o século XIX não assista mais a êste espetáculo. Que se proíba a dispersão dos membros de uma tribo. Que suas terras lhes sejam legalmente doadas, como é de lei, sem direito de alienação. Que se cumpra o aviso, de 21 de outubro de 1850, para que não sejam depois os índios usurpados do que é seu".

Essas são as vozes que falam em nome das melhores tradições do nosso passado, chamando-nos ao cumprimento de um indeclinável dever; e ninguém dirá que para tanto falte autoridade a um José Bonifácio, a um Caxias, a um Inglês de Sousa, a um Barbosa Rodrigues, e a tantos outros que seria fácil citar.

Mas, prosseguindo na leitura do discurso, vamos encontrar o seguinte: "A história do Brasil (*) não apresenta, desde que resolvamos

(*) Nos Estados-Unidos foi instituido um Dia do Índio Americano, e por essa ocasião publicou-se calorosa proclamação na qual se lê: Agora que a glória e as nuvens do passado só se lembram nas páginas dos monumentos históricos, nós não podemos esquecer o presente e o futuro do nosso povo. Cabe-nos promover e adquirir todos os meios que tornam as raças e as nações mais eficientes e mais nobres; pelos quais possamos alcançar uma vida mais larga, através do amor fraternal, e atingir os nobres destinos de nossa pátria, não sò-

SciELO

despir os índios das falsas vestes que os poetas lhe hajam emprestado, um exemplo sequer de selvícola que houvesse contribuído para o nosso progresso".

Recorramos, pois, à história do Brasil, tal como a relatam os que a tiveram de estudar pausada e cuidadosamente.

Em 1788, Domingos Alves Branco, em seu "Plano sôbre a civilização dos Índios do Brasil", entendia que só à incomparável viveza dos selvícolas e aos seus conhecimentos de ervas medicinais, devia-se o bom êxito dos trabalhos de exploração dos cosmógrafos portuguêses, ao longo das costas e no interior do país.

João Mendes de Almeida, nas suas "Notas Genealógicas", escreveu:

"A verdade é que os pobres indígenas do Brasil, que foram os verdadeiros construtores das cidades e das povoações após a descoberta, e sem os quais os portuguêses teriam perdido esta conquista, pois que eram impotentes para a colonização de tão vasto território, e ainda mais impotentes para o defenderem dos franceses, dos holandeses, dos inglêses, a verdade é, dizemos, que os indígenas do Brasil não mereciam dos portuguêses senão o rigor e o mau trato, e, por sôbre-carga, o desprezo dos próprios que dêles descendem e que consentem no apagamento de todos os sinais de sua natural procedência.

"Ainda por mofina, não têm faltado escritores brasileiros que em vez de reerguerem pela verdade histórica o indígena, hão preferido aceitar e afirmar tôdas as apreciações falsas dos européus que os vieram explorar!"

Noutra passagem da mesma obra, volta o autor ao assunto, nos seguintes têrmos:

"Foram com efeito só índios os edificadores das igrejas, dos conventos, dos hospitais, dos palácios, das fortalezas e dos armazéns reais. Os governadores e os capitães-mores não conheceram outros operários nas obras públicas. Mesmo os particulares obtinham, para o seu serviço doméstico, índios *livres*. Inúmeras cartas régias dão testemunho dêsses fatos".

Azeredo Coutinho, nas Obras do bispo d'Elvas, diz: "A conquista do Espírito-Santo foi devida a Tibireçá; a da Bahia, a Tabira; a de Pernambuco, a Itagiba e Piragibe, que foi premiado com hábito de Cristo e tença; a do Maranhão, a Tomagica".

---

mente para nosso próprio bem estar mas para que todo o povo Americano e a Humanidade possam achar-se exalçados vendo-nos cumprir o nosso dever de homens. Que estas coisas, e os meios pelos quais elas podem ser alcançadas constituiam o objeto de nossos pensamentos no Dia do Índio Americano!

SciELO

Menina Crenáque, rio Doce, Minas-Gerais — Tribo pacificada em 1911.

SciELO

E Gonçalves Dias, acrescenta:

"Êles, foram o instrumento de quanto aqui se praticou de útil e grandioso; são o princípio de tôdas as nossas coisas; são os que deram a base para o nosso caráter nacional, ainda mal desenvolvido, e será coroado das nossas prosperidades o dia de sua inteira reabilitação".

Estas palavras do nosso grande poeta lembram-nos uma passagem de Francis Leupp, em que também se faz menção do concurso do índio para a formação do caráter do norte-americano. "Nossos aborígenes, disse êle, trouxeram como sua contribuição para o patrimônio comum do caráter americano uma grande parte, que é admirável e que só precisa ser acertadamente desenvolvida".

Êsse é o depoimento da história verdadeira, a qual poderia aqui falar por centenas e centenas de páginas, se quisesse minudear o concurso do índio na formação da Pátria Brasileira, na dilatação e conquista do seu território para além da linha de Tordesilhas, até ao sopé da Cordilheira dos Andes; na opugnação à conquista holandêsa e até contra a invasão paraguaia, durante a qual a defesa nacional viu desenrolar-se um dos seus mais épicos episódios, na resistência oposta pelos Terena, na passagem do Aquidauana.

O concurso do índio há de ser procurado, não no desenvolvimento das nossas cidades modernas, nas calçadas de suas avenidas gloriosas, no brilho das nossas obras literárias e científicas; mas sim no interior do país, no desbravamento dos sertões e na sua preparação para receber o homem civilizado, o europêu ou o seu descendente.

"Os Tapuias, escreveu E. Réclus, na obra já citada, eram, antes da introdução do vapor no Amazonas, os intermediários de todo o comércio, os guias de todos os viajantes". E quantos rios não há ainda no nosso país, nos quais os transportes e as viagens só se fazem à custa do esfôrço, do trabalho e da habilidade dos índios? Quem poderá desconhecer o valor que representa para a civilização dessas regiões a manutenção de tal serviço?

Quando o General Rondon, ainda no pôsto de capitão, teve de enfrentar as dificuldades da travessia do pantanal, de São Lourenço a Taquari, na construção da linha telegráfica entre Cuiabá e Corumbá, venceu-as graças ao concurso voluntário e decisivo dos índios Borôro, que lhe forneciam turmas de trabalhadores para a abertura de picadas, levantamento e fixação dos postes, esticamento do fio, transportes, caçadas para abastecer de carne os acampamentos e numerosos outros serviços próprios a tão grande cometimento. Antes disso, outros profissionais, de reconhecida e incontestável competência, haviam jul-

SciELO

gado impraticável aquela obra, dada a natureza do solo, os famosos alagados do Paraguai. Não é legítimo admitir-se, com o General Rondon, que o concurso do índio foi o fator que faltou àqueles profissionais, e que a sua introdução representa por muito a mola do sucesso depois verificado, ou antes, que representa tudo quanto podia concorrer para êsse sucesso, além das qualidades individuais do chefe?

Anos depois vamos encontrar êsse mesmo grande brasileiro a afrontar as asperezas, os perigos e os riscos do descobrimento do Juruena e da travessia do sertão, nessa época ainda desconhecido, que se alonga desde a crista da serra dos Parecis até as margens do Madeira. Para tão árdua emprêsa, conta êle com o auxílio dos Pareci, que lhe fornecem, no velho Uazá-Curiri-Gaçu, o guia que o leva ao Juruena, e depois concorrem para salvar a espedição, abastecendo-a de alimentos, quando ela voltava exausta de cansaço e de privações.

No ano seguinte, torna o moderno desbravador de sertões a enfrentar o desconhecido; transpõe o Juruena e descobre a Serra do Norte palmilhando para isso a terra coberta de aldeias dos aguerridos e hostis Nhambiquaras. Um outro pareci, Tolorí, é o guia ou explorador da vanguarda. Tôdas as manhãs parte sòzinho; embrenha-se pelos trilhos ou caminhos de índios, na direção do poente. À tarde volta, trazendo claras e detalhadíssimas informações sôbre os acidentes, os obstáculos e os meios de contorná-los; do terreno que tem de ser palmilhado pelos expedicionários no dia seguinte. Trás, além disso, pesada carga de peças venatórias, que constituem valioso e imprescindível elemento de subsistência para Rondon e seus comandados.

Mais um ano e nova investida contra o sertão: desta vez para atravessá-lo definitivamente, até sair no Madeira. Logo no princípio da expedição, morre Toloirí: perda imensa, que Rondon deplora em palavras sentidas, respassadas de saudade, de reconhecimento pelos serviços que lhe prestou o índio. Levanta-se então um terceiro pareci, o jovem chefe Libânio Coluízorcê, que toma o pôsto em que tanto se distinguiram os seus dois predecessores. Êste termina o reconhecimento do sertão, e vem com Rondon, pelo Amazonas e pelo Oceano, à capital da República, que o teria de rever mais de 10 anos depois, à testa de um troço de guerreiros de sua tribo, trazendo-lhe, no audacioso e empolgante Zicunáti, o concurso do índio aos festejos do Centenário de nossa Independência. Cumprida a mensagem, a morte colhe-o em meio da enorme caminhada de regresso aos seus campos nativos e às suas aldeias.

Por todos os sertões em que o índio vive, nós o encontramos como nos casos acima apontados, prontos a secundar-nos com o seu trabalho,

SciELO

Representantes de três tribos do alto sertão de Mato-Grosso, alumnos de um colégio do Rio de Janeiro.

SciELO

com o seu esfôrço e experiência, e com os seus meios de ação e de subsistência, na verdade parcos, mas eficientes. Ainda agora, a Comissão Rondon, por um dos seus mais perseverantes auxiliares, o Major Nicolau B. Horta Barbosa, acaba de esticar o fio telegráfico, na extensão de 360 km de Campo-Grande a Ponta-Porã, na fronteira do Paraguai, tendo como trabalhadores índios Terena e Caiuá. Os mesmos Terena e os Cadiuéu, forneceram importantíssimos contingentes de trabalhadores para a construção da estrada de ferro Noroeste, na parte que vai de Três Lagoas a Pôrto-Esperança. Os Caingangue Paranaenses prestaram análogo concurso para a construção da estrada estratégica de Pôrto-União à cidade de Palmas, e dêles escreveu distinto oficial, que os teve sob sua direção nessas obras: "Ao lado de trabalhadores alemães, polacos, italianos, russos, argentinos e paraguaios, foram considerados ótimos trabalhadores. Eram os melhores trabalhadores de terra". Sem os Uapichana e os Macuxi, não há navegação no Alto Rio Branco e nos seus afluentes, nem rodeio de gado nas fazendas nacionais e particulares daquelas regiões. São êsses índios os campeiros daqueles rebanhos, atualmente avaliados em mais de 200 mil rezes, assim como são os únicos lavradores e fornecedores de produtos agrícolas à população da chamada güiana brasileira.

A êstes exemplos, quantos outros não se poderiam juntar? Mas também, quanto não ficaria a relação que assim se fizesse, por mais extensa que fôsse, abaixo da realidade? E o que não teria de imperfeito e de superficial, a representação que por ela se quisesse esboçar, do concurso prestado pelo índio para a formação da Pátria Brasileira e para o progresso da civilização no nosso território e desenvolvimento da nossa população?

Por fim, lemos no discurso: "Os antropologistas nos mostram que, raças refratárias ao progresso, povos avessos à civilização, no Brasil e em todo o mundo, ao invés de serem socorridos pelos poderes públicos, devem ser calculada e friamente deixados aos seus próprios destinos".

Preferimos não desvendar, não compreender a significação inteira destas palavras, não penetrar os pensamentos tremendos que por acaso estejam nelas envolvidos e pretendam ser sub-entendidos. Já são tantas e tão inauditas as barbaridades que se têm dito e escrito, as atrocidades que se têm preconizado e praticado contra o desgraçado povo americano, que mais uma não espanta, embora doa. E era de esperar que viesse em nome do "frio e calculista" cientismo, novo Moloch não menos insaciável de sangue e de carne humana do que o seu predecessor.

SciELO

Apela-se para a lição dos antropologistas para aconselhar-se a adoção de uma providência tão horrível como essa. Mas afinal, o que são os antropologistas? Não serão homens como os outros, a manejar teorias abstratas, construídas muitas vêzes sob a inspiração de interêsses subalternos e de preconceitos de raças? Não estarão êles, por isso mesmo, mais expostos do que ninguém a se extraviarem, a errarem e a nos induzirem ao mal em vez de ao bem? Não é contra a sedução do prestígio de forjadores de refalsadas teorias da natureza dessa que nos têm querido precaver os nossos melhores patrícios, quando escrevem, como João Mendes de Almeida:

"Acêrca dos índios do Brasil e em geral do homem americano, os europêus não se cansam, desde o século XVI, de acumular êrros sôbre erros, fábulas sôbre fábulas... O que, porém, mais deve doer ao brasileiro é que, mesmo no Brasil, há muita gente que não conhece os indígenas brasileiros senão pelo que franceses, alemães e inglêses escreveram e ainda escrevem".

O valor de uma ciência mede-se pelo grau de exatidão com que as suas teorias abstratas representam a realidade, refletem os fatos do mundo objetivo, facultam-nos previsões relativas a ocorrências que nos possam interessar, e indicam-nos os meios de as modificar para melhor adaptá-las às nossas conveniências; e um cientista vale pelo emprêgo que faz, ou aconselha que se faça, das teorias que ensina, no sentido de servir a sociedade em que vive e para tornar mais bela, mais cômoda, mais feliz a vida de seus semelhantes. Tornar o homem cada vez mais moralizado, isto é, cada vez mais sociável, é a missão da verdadeira ciência e é a função dos que a cultivam com dignidade. Ora, a sociabilidade consiste, não em suprimir ou deixar extinguirem-se os fracos, os imbeles, os velhos, os doentes, os aleijados, mas sim em proporcionar a cada um dêles os meios de terem garantida a vida, a subsistência e o bem estar.

A civilização não é uma entidade extra-terrena, à qual se devam imolar vítimas humanas; ela não é um fim, mas um meio, um aparelho com o qual criamos, desenvolvemos ou aperfeiçoamos uma ordem artificial que suprima, ou pelo menos, atenue as asperezas da ordem natural. Por ela, torna-se desnecessário, e depois condenável, a eliminação dos infirmes, dos incapazes, dos que não podem trabalhar nem produzir: e isso tanto é verdade em relação aos indivíduos como em relação aos povos de indústria primitiva, de pequena população e baldos de recursos militares.

Se pois, a antropologia ensina coisas que não se acordam com os dados da observação e da experiência, ou que, pior do que isso, se

SciELO

Índio Antônio Vicente Guarani

SciELO

opõem a êsses dados, então será ela, e não os fatos, que se há de rejeitar, por falsa e refalsada fonte de êrro. E se há antropologistas que, falando em nome de ciência tão imprestável e perniciosa, não recuam diante do horror de verem aplicadas as atrozes conclusões de suas teorias, mas, indiferentes aos sofrimentos que vão causar, aconselham "calculada e friamente" que sejam postas em execução, então não devem esperar que homens de coração os tomem como guias e mentores.

A nossa pátria possue, a respeito dos índios, seus filhos de civilização primitiva, uma experiência própria, que não pode ser vencida nem se deve deixar vencer e excluir por afirmações de teoristas e de teorias que à nossa estima e ao nosso respeito só apresentam como título o nome grego atrás do qual se embiocam. Pois não seria ridículo que a longa experiência de um Rondon, de quem Nordenskjöld, citado por Miranda Ribeiro, disse — "êle realizou um trabalho tão importante e grandioso que dentro dêstes 50 anos vindouros será único: o meu trabalho, bem como o de Roosevelt, são seus complementares"; que a longa experiência de um Rondon, forjada ao fogo de mais de 30 anos de convívio com os índios, nos sertões; que a de um Couto de Magalhães; a de um Barbosa Rodrigues; e, mais modernamente, a de um Roquette Pinto e a de um Miranda Ribeiro, para não falar na dos empregados do Serviço de Proteção que diuturnamente andam, há mais de dois lustros, lidando com selvícolas de todos os sertões do Brasil e de todos os graus da respectiva civilização; que tôda essa experiência houvesse de ser rejeitada para se por em seu lugar o que em contrário a ela afirmam antropologistas, só por serem antropologistas?!

"Raças refratárias ao progresso, povos avessos à civilização"! No entanto, quanto observadores, dos que têm privados com êles, participaram da opinião de João de Lery, que se julgava mais seguro entre êles do que em alguns lugares de França; ou de Ives d'Evreux, que os reputava muito mais fáceis de civilizar do que o comum dos campônios franceses.

Refratários ao progresso"! No entanto, um escritor francês o Dr. Amedée Moure, em 1862, publicando uma notícia sôbre "OS ÍNDIOS DA PROVÍNCIA DE MATO-GROSSO", dava o seu depoimento: "Êles parecem correr ao encontro da civilização, que nenhum esfôrço faz para os receber... Bastaria dar-lhes um pouco de proteção e socorros; e ter sobretudo cuidado para que os seus vizinhos, os civilizados, não os explorem, e que os crimes cometidos contra êles sejam reprimidos de modo a imprimir-lhes o sentimento de justiça, de eqüi-

SciELO

dade, que deve reger tôda organização social sábia e liberalmente instituída".

Acusações como essa, de serem avessos à civilização, substituem, para idênticos fins, as que se articulavam outrora por terem prestígio para impressionar os espíritos, e às quais se refere o General Couto de Magalhães nestas palavras: "Para se poder matar o índio, como se mata uma fera bravia, para poder tomar-lhe impudentemente as mulheres, roubar-lhes os filhos, criá-los para a escravidão, e não ter para com êles lei alguma de moral e nem lhes reconhecer direitos, era mister acreditar que não tinham idéia de Deus nem sentimentos morais ou de família".

Arouche Rendon, que escreveu sôbre êles na época cheia de entusiasmos e esperanças da Independência, não os tinha na conta de avessos ao progresso: "muitos servem nos corpos militares, disse êle, muitos querem ser brancos, e alguns já são havidos por tais desde que, por meio do cruzamento das raças, têm esquecido a sua origem. Tais são muitas famílias novas, de curtas genealogias" (*).

E qual a arte, o ofício ou o gênero de atividade que ainda se não conseguiu que aprendessem e exercessem com proveito? Como trabalhadores de machado não encontram quem os iguale entre os machadeiros de tôdas as origens; como canoeiros, navegadores de rios, são inigualáveis; como campeiros de gado, alcançam e excedem os nossos mais reputados boiadeiros do Norte e do Sul; como lavradores, adaptam-se a todos os gêneros de cultura: no Sul o trigo, em São Paulo, o café, no Norte o algodão, e por tôda a parte o milho, o feijão, o arroz, a mandioca, a cana de açúcar, etc. Se lhes fornecemos escolas, como as que o Serviço mantém nas Povoações Indígenas e em certos Postos, com facilidade aprendem a lêr, escrever e contar. As suas mulheres aprendem a coser à mão e á máquina, e êles ajeitam-se aos trabalhos dos motores a vapor, das serrarias mecânicas, dos maquinismos de beneficiamento de cana, de café, de mandioca, de algodão e de cereais. Se o ensejo se lhes oferece, ei-los tripulantes, foguistas e pilotos de embarcações a vapor ou a gasolina. Tornam-se ferreiros, carpinteiros, seleiros, alfaiates, enfim, oficiais de qualquer profissão

(*) Um norte-americano, Arthur C. Parker, ainda recentemente escreveu: — Conheço muitas pessoas que não querem ser tidas como índios. Algumas nunca mencionam seus avós e ninguém pensa em perguntar por êles; outros redondamente negam que tenham sangue índio e afirmam que sua ascendência é francesa ou espanhola... Conhecemos sacerdotes, escritores, advogados, engenheiros, escrivães, funcionários públicos, jornalistas e outros que têm em grau proeminente o sangue indígena e que no entanto não são contados como índios. — Êstes fatos nos levam a supor que o sangue índio está muito mais difundido do que se imagina. — *The quartely journal of the Society of American Indians*, vol. III, 1915.

SciELO

Indios Terena do Pôsto de Proteção de Cachoeirinha — Mato-Grosso.

SciELO

Índios Terena do Pôsto de Proteção do Bananal — Mato-Grosso.

SciELO

elementar que se lhes queira ensinar. Extratores de erva-mate, de óleo de copaíba, de poaia, de castanhas, de cáucho e de numerosos outros produtos florestais, transformam-se em trabalhadores de construção e de conservação de estradas de ferro e de rodagem, ou de linhas telegráficas. Com a mesma facilidade aprenderam a arte de manipular os aparelhos Morse, para receber e expedir telegramas. Na grande Linha de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, o General Rondon já formou 10 telegrafistas, tirados do seio da nação Pareci; dêstes, uns estão empregados como praticantes, outros como profissionais de classe. A Estrada de Ferro Noroeste, na seção de Mato-Grosso, emprega dois telegrafistas terenas; um outro é praticante na linha recém-construída de Campo-Grande a Ponta-Porã. E até como professôres, dactilógrafos e ourives há exemplos dêles se aplicarem com sucesso; a diretoria de índios possue bijouterias de prata, feitas por índios Terena, do Pôsto de Proteção do Bananal.

Enfim, o que falta para provar que os índios formam um povo eminentemente adaptável a todos os progressos e afeito a adotar as diretrizes da nossa civilização? E não se pense que esta conclusão esteja afirmando um fato peculiar, exclusivo aos aborígenes do Brasil: não! o que fica dito aplica-se a todos os povos autóctones do continente de Colombo.

Dos da América do Norte, escreveu F. Leupp, na obra citada: "Quanto mais estudamos o índio, tanto mais nos impressionamos com a forte evidência de parentesco que há entre a maior parte de seus traços e os de nossos remotos antepassados. A conclusão é que aquilo que chamamos o problema índio, é mais um problema humano do que uma questão de raça".

E noutra passagem, levando mais longe o paralelo: "... não obstante a analogia que há entre os costumes de tôdas as raças no seu estágio primitivo, o índio possue uma individualidade distinta, e nada patenteia isto de modo mais convincente do que a maneira pela qual ele sobreviveu aos sofrimentos por que teve de passar como vítima da conquista.

"Suponha-se que, um século atrás, um povo absolutamente estranho à nossa civilização, aos nossos hábitos e à nossa língua, tivesse invadido as nossas costas marítimas e tocado diante de si os colonos brancos para distritos cada vez mais isolados; tivesse destruído as indústrias de que subsistiam êsses colonos, e coroado tudo pelo desarmamento e encerramento dêles em vários tratos de terra nos quais êles não se pudessem alimentar, vestir e cuidar à sua própria custa: Qual a condição a que etariam reduzidos os norte-americanos brancos de

hoje? Não obstante a vigorosa seiva da sua ascendência, certamente êles teriam caído em fraqueza de espírito, de corpo e caráter, e estariam afogados na miséria. Nenhuma raça da Terra poderia vencer, por fôrças nascidas do seu próprio seio, o efeito de semelhante tratamento. Que os índios não tenham ficado totalmente arruinados por êles, eis a melhor prova que podemos dar do forte traço do caráter que lhes é próprio".

Estas, sim: são palavras de sadia e verdadeira sabedoria, da sabedoria que convém ser cultivada entre nós e inculcada à gente brasileira, como fonte necessária e exclusiva daquela política eminentemente humana que José Bonifácio nos prescrevia e para a qual nos criou um lugar no concêrto das nações livres: a sã política, é filha da moral e da razão.

Foi nos sentimentos que a inspiram, que o poeta patrício encontrou o conselho com que nos adverte no nosso descabido orgulho de civilizado:

> Foram qual hoje o rude americano
> O valente romano, o sábio argivo;
> .....
> Nós que zombamos dêste povo insano,
> Se bem cavarmos no solar nativo,
> Dos antigos heróis dentro às imagens
> Não acharemos mais que outros selvagens.

E foi também por êsses sentimentos que um nosso grande coevo fês jus à admiração do mundo civilizado, justa antecipação da glória e do respeito que hão de cercar o seu nome pelos séculos vindouros a dentro. Tais sentimentos são que desabrocham em obras como essas que dão lugar a se dizer, noutras plagas: "o General Rondon passou a ser conhecido como o Willian Penn do Brasil, pela sua penetração pacífica do sertão desconhecido de Mato-Grosso, no qual ganhou com imenso sucesso a confiança dos aborígenes pelo tratamento admirável e pela proteção humana que lhes dispensou".

Tais são as tradições e as aspirações gerais da elite, não só de nossa pátria, mas também de todo o mundo civilizado; as falsas opiniões em contrário estão essencialmente condenadas à morte e ao esquecimento, e muito foi que tivessem aparecido algum dia à luz meridiana da tribuna e da imprensa.

SciELO

Ministerio da Agricultura Industria e Commercio

ESCOLA DE APRENDIZES ARTIFICES DO ESTADO DO PARANA

Certifico que dos assentamentos do alumno ANTONIO VICENTE GUARANY consta ter o mesmo concluido seu curso como aprendiz do officio de Selleiro- Tapeceiro, em 29 de Novembro do anno de 1921, obtendo as seguintes approvações:

		Desenho	Instrucção Primaria
1.º Anno	gráo 7,5	gráo 3	gráo 4
2.º "	" 9	" 6	" 4
3.º "	" 10	Não fez exames	
4.º "	" 9,7	" " "	

Dado e passado nesta Directoria da Escola de Aprendizes Artifices em Curytiba, 12 de Junho de 1921.

Manteve durante seus annos de estudo exemplar comportamento.

O Director

Paulo Adolpho P. Braga

A COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS ESTRATÉGICAS DE MATO-GROSSO AO AMAZONAS E O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÌNDIOS NA EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO

A INAUGURAÇÃO DOS SEUS MOSTRUÁRIOS, ONTEM REALIZADA, COM A PRESENÇA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Os discursos dos Srs. General Rondon e Ministro Calmon. Visita à Exposição

AS IMPRESSÕES DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No Palácio das Grandes Indústrias da Exposição do Centenário, efetuou-se ontem, às 11 horas da manhã, com a presença do Sr. Presidente da República, a inauguração dos mostruários organizados pelas comissões das Linhas Telegráficas de Mato-Grosso e do Serviço de Proteção aos Índios, chefiados pelo Sr. General Rondon.

Todos os trabalhos expostos patenteiam, conforme acentuou no seu discurso o Sr. Dr. Miguel Calmon, Ministro da Agricultura, o esfôrço, a dedicação e o patriotismo com que o Sr. General Rondon e os seus incomparáveis companheiros, se têm empenhado nessa grandiosa obra de desbravamento dos nossos sertões, em prol do melhor conhecimento e aproximação das vastíssimas zonas do nosso grande noroeste e das populações indígenas que habitam aquelas paragens.

O Sr. General Rondon, após os cumprimentos da pragmática, pedindo vênia ao Sr. Presidente da República, proferiu o seguinte discurso, que resume tôda a obra até hoje realizada pelas comissões que têm sido dirigidas por S. Ex.:

"Exmo. Sr. Presidente da República. Os mapas, os livros, as fotografias e os artefatos indígenas reunidos nestes mostruários e cuja exposição à curiosidade pública V. Ex.ª quiz honrar com a sua presença, lembram resumidamente, 32 anos de contínuos trabalhos no interior do país, a serviço de uma causa, de um ideal, de um veemente desejo de contribuir para o engrandecimento da Pátria Brasileira.

Êsses trabalhos começaram em 1890, quando o atual chefe da Comissão Telegráfica, como ajudante do então Major Antônio Gomes Carneiro, e na qualidade de Tenente do Estado Maior de 1.ª classe, viu abrir-se diante de si a árdua carreira de sertanista e de explorador geográfico.

SciELO

Foi a primeira oportunidade que se lhe ofereceu para a realização do projeto que fromulára, quando ainda aluno da Escola Militar, de construir um dia a Carta do seu Estado natal.

Em 13 meses de trabalhos assíduos e esforçados, o futuro herói da Lapa tinha concluído a sua obra, em conseqüência da qual a linha telegráfica estendia-se de Cuiabá à margem esquerda do Araguaia, através de um sertão nesse tempo só habitado por tribos da Nação dos Borôro.

Eram 580 quilômetros de linha assentada e o levantamento de 600 quilômetros de estrada que a Comissão chefiada pelo grande soldado republicano apresentava como resultado de sua curta mas brilhante campanha sertanista.

Foi essa a minha escola; foi êsse o meu único Chefe e essa a primeira fase da carreira em que se havia de empenhar tôda a atividade de minha vida e o meu inquebrantável entusiasmo pelo serviço da Pátria e da República.

De 1892 a 1898, como Chefe do 16.º Distrito Telegráfico de Mato-Grosso, reconstrui por completo a linha de Cuiabá ao Araguaia e retifiquei o levantamento da região leste, numa faixa de mais de 60 quilômetros de cada lado do fio.

Foram então levantados os dois divisores do rio das Mortes, um principal, com o São Lourenço e outro secundário, com o das Garças.

O ano de 1899, passei-o no Rio de Janeiro, ao lado de minha família, como auxiliar técnico da Intendência Geral da Guerra, sob a direção do General Francisco de Paula Argolo.

Aproveitei essa circunstância para construir o mapa da região compreendida entre os rios Cuiabá e Araguaia, com os detalhes que acabava de colher pessoalmente, durante sete anos de contínuas explorações daquele trecho do território nacional.

Em 1900 voltei ao sertão, como Chefe da Comissão Construtora da Linha Telegráfica do Sul de Mato-Grosso, cujos trabalhos se prolongaram até 1908 e atingiram as fronteiras do Paraguai e Bolívia, abrangendo Bela-Vista, Pôrto-Murtinho, Coimbra, Corumbá e São Luiz de Cáceres, com o desenvolvimento de 1656 quilômetros de linha assentada.

Essa quarta fase de minha atividade, agora na campanha do Sul e parte do Oeste, durou sete anos e foi mais profícua do que as anteriores, pela multiplicidade dos trabalhos empreendidos, já pròpriamente telegráficos, já especialmente topográficos e já astronômicos.

Em 1907 iniciava-se a quinta fase da minha ação de sertanista, com os trabalhos de construção da linha telegráfica do Noroeste de Mato-Grosso, com ramais para a antiga Vila-Bela, Barra dos Bugres e Guajará-Mirim, na extensão de 2.686 quilômetros de linha assentada.

Esta fase estendeu-se até 31 de dezembro de 1914.

Nesse período teve lugar a expedição Roosevelt, que, partindo da foz do rio Apa, penetrou no sertão do Norte, pelo rio da Dúvida, que de então para cá se

SciELO

Índios Terena do Pôste de Proteção do Bananal — Mato-Grosso — Da turma de índios que trabalhou na construção da linha telegráfica de Campo-Grande à fronteira do Paraguai.

ilustrou com o nome do ardoroso estadista americano; saiu no Amazonas e atingiu a cidade de Manáus, com um percurso de mais de 3.000 quilômetros, dando lugar a uma preciosa colaboração científica em trabalhos diversos.

Foi êste o período de mais ricas messes dentre todos quantos constituem a vida das Comissões Telegráficas nos sertões de nossa Pátria.

Foi então que iniciámos os estudos de História Natural, autorizados e animados pela esclarecida e firme iniciativa do Ministro da Viação, no fecundo período governamental do benemérito Presidente Penna, criador da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas.

A exploração metódica dos sertões e o estudo da natureza de Mato-Grosso foram levados a têrmo com esplêndido resultado pela plêiade de brilhantes oficiais do Exército e de engenheiros civis e militares, a serviço da Comissão e por dedicados professôres do nosso Museu Nacional e do Serviço Geológico, os quais prodigalizaram a essa obra tôdas as energias do seu saber e do seu grande amor pátrio.

Como resultado dos trabalhos de penetração no Brasil desconhecido, surgiu a idéia republicana de proteção aos índios, até então abandonados e entregues à sua triste sorte de raça vencida e espoliada.

O modo por que conduzimos as expedições através do Noroeste matogrossense despertou a atenção do Govêrno e fêz brotar o projeto de novo tentâmem para o levantamento do índio ao nível da nossa civilização, da qual êle se conservara arredio e como que repelido desde os tempos da conquista, depois de passado o breve fulgor das primeiras tentativas jesuíticas.

Quis o criador do Ministério da Agricultura que eu organizasse e dirigisse o novo serviço, como prova do apoio e dos aplausos que merecera do Govêrno da República a diretriz que seguíramos no tratamento das tribos indígenas do vasto sertão que acabávamos de abrir à atividade pacífica e fecunda do homem civilizado.

Tal diretriz não se traçara ao acaso de uma imposição de momento; ao contrário disso, foi ela o fruto de um dever maduramente aceito como produto necessário de convicções e de sentimentos que nos conduziram a respeitar as indefesas populações fetichistas nas suas propriedades, nas suas pessoas e nas suas instituições políticas, sociais e religiosas.

Os meus abnegados companheiros de desbravamento do sertão e de explorações geográficas, aceitaram e sempre praticaram o lema inflexível que constituiu a bandeira destas expedições: "Afrontar todos os perigos, até a morte; matar — nunca!".

E foi assim que transformámos em amigas as nações de gênio belicoso dos Nhambiquara, dos Barbado, dos Quêpi-quiri-uáte, dos Pauatê, dos Tacuatêpe, dos Ipotê-uate, dos Urumi e dos Ariquême, como em 1893 conseguíramos em relação aos Boróro do rio das Garças; e foi assim que implantámos no coração

dos Pareci, dos Bacairi, dos Jaru, dos Urupá, dos Caripuna a inabalável confiança na lisura das nossas intenções e no desinterêsse de nossos projetos. E assim tem o Serviço de Proteção aos Índios, filho dileto da Comissão de Linhas Telegráficas, conseguido chamar ao campo de sua ação benfazeja inúmeras tribos umas ainda guerreiras, outras já pacíficas. Os nomes de muitas dessas tribos estão aqui representados nestes artefatos e nestas fotografias; alguns são nomes que ainda ressoam como notas de clarim e clamores de batalhas; os Caingangue, os Botocudo, os Parintintim, lembram fulgores de vastos incêndios de duração secular, ainda mal extintos...

— A 1.º de janeiro de 1915, inaugurou-se a linha-tronco de Cuiabá a Pôrto-Velho, onde a ponta do fio ainda se acha à espera do verbo vivificador que o faça recomeçar a sua marcha através do Amazonas, em busca do Acre e de Manaus, para completar o programa do eminente estadista mineiro e o projeto patriótico do atual Diretor dos Telégrafos.

— De 1915 a 1919, última fase da grande campanha sertanista inaugurada com o descobrimento do sertão do Juruena empregámos os nossos esforços no levantamento geográfico de pontos e regiões importantes de Mato-Grosso.

Estudámos então o vale do Araguaia com travessia para o Xingu; do Tapajós com transposição para o Sucunduri e Canumã. Completámos o leventamento dos vales do Madeira e do Paraguai; traçámos o divisor das águas do Paraná com o Taquari e o Aquidauana.

Levantámos as cabeceiras dos rios Correntes, Itiquira, Garças e São Lourenço, como complemento de levantamentos anteriores dos cursos dêsses rios. Igualmente levantámos os cursos do Arinos, do Teles Pires, antigo São Manuel; delineámos os divisores dêstes rios e do Xingu com o Cuiabá e rio das Mortes. Amarrámos o nosso extenso nivelamento barométrico das regiões percorridas às estacas de nivelamento da Comissão do Planalto Central, partindo de Goiaz, à da Construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Pôrto-Esperança, através do sertão intercalado entre aquela Capital e a de Mato-Grosso e pelos rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai.

Voltámos ao setor compreendido entre o Gi-Paraná, Guaporé e o Madeira para levantar o divisor do Machadinho com o Anari; dêste com o Jaru; dêste com o Urupá e os seus respectivos cursos; bem assim às cabeceiras dos rios Branco e Prêto do Jamari; Prêto do Gi-Paraná; Juruàzinho; Jamari, Canaã, Pardo, Quatro Cachoeiras; Urupá, Cautário, Cautarinho, São Miguel e Ricardo Franco, assinalando neste último trecho o divisor do Gi-Paraná com o Guaporé.

Caracterizámos então as diferentes serras dêsses divisores e a extremidade norte da cordilheira dos Perecis, determinando por interseção a ponta oriental da Serra Pacaá-Novo, as quais definem a grande garganta dos campos dos Urupás, nódulo geográfico importante, de onde promanam águas que vão para o Gi-Paraná, Madeira e Guaporé.

SciELO

Índios Terena do Pôsto de Proteção do Bananal — Mato-Grosso — Construção da linha telegráfica de Campo-Grande à fronteira do Paraguai

Mais para o sul patenteámos importantes contrafortes daquela cordilheira, aos quais demos os nomes: Uôpiane, Aleixo Garcia, Pires de Campos, Pascoal Moreira e Antunes Maciel; regiões habitadas pelos índios Cabixi do norte, Uômo, Aruá, Purus-Borá e Macurape.

Êstes estudos orográficos completaram a descoberta de 1908 a 1909, da origem da Serra do Norte, onde nascem os rios Nhambiquaras, 12 de outubro e Iquê, contribuintes do Camararé, e onde vivem os Nhambiquara-Anunzê.

— De 1920 a 1922, finalmente, retificámos os levantamentos realizados no divisor do Arinos e Paranatinga com o Cuiabá; explorámos o Culuêne, formador do Xingu.

Estudámos a cabeceira principal do Paraguai e o varadouro que liga a estação telegráfica de Vilhena à foz do Cabixi, que foi levantado, estabelecendo desde então a navegação dêste rio, pelo qual começámos a prover o alto sertão do Noroeste mato-grossense com víveres e mercadorias importados de Manaus pelo Amazonas e Madeira, Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e rios Mamoré e Guaporé.

Construímos a linha telegráfica de Aquidauana a Ponta-Porã, por Campo-Grande, Campos da Vacaria, Brilhante e Caiuás, com o desenvolvimento de 508 quilômetros de linha assentada, completando assim o estabelecimento de linhas telegráficas nas fronteiras de Mato-Grosso.

Para aproveitar o imenso cabedal topográfico, astronômico e corográfico, acumulado desde o advento da primeira Comissão Telegráfica, instalámos nesta Capital um Escritório Central com uma Seção Cartográfica e de Desenho, cujos trabalhos se resumem com eloqüência nestes diferentes mapas.

Construindo primeiramente as plantas dos Reconhecimentos, Explorações e Levantamentos diversos, formulámos depois o projeto de iniciar a construção da Carta de Mato-Grosso com os elementos até então adquiridos e pacientemente colecionados, na escala de 1:100.000 em projeção policônica da Carta do Mundo e que está sendo impressa no Serviço Geográfico do Exército francês, inestimável colaboração de boa camaradagem do exército da grande nação ocidental.

Para divulgação, reduzimos essa Carta à escala de 1:300.000, em impressão na litografia Ipiranga de São Paulo.

Além dessas, construímos mais a Carta Sintética, na escala de 1:2.000.000, impressa no Gabinete Fotográfico do Estado-Maior do Exército; carta essa que serviu para indicação dos trabalhos sertanejos e descobertas realizadas pela Comissão e que foi aproveitada na construção do Mapa do Brasil, mandado publicar pelo Govêrno Federal em comemoração do Centenário.

Com o mesmo intuito desenhámos cartas para ilustrar os trabalhos de Botânica, Zoologia, Geologia e de Etnografia, dos quais possuímos preciosas memórias escritas pelos distintos profissionais e cientistas que se encarregaram de tão valiosas pesquisas.

Está também em construção a Carta de Navegação do Brasil.

SciELO

Para completar os nossos estudos cartográficos de Mato-Grosso, pesquisámos dentro e fora do país, tudo quanto as intituições científicas e bibliotecas possuíam da cartografia daquele Estado, dos tempos coloniais.

Um dos resultados práticos dêsse imenso labor foi a revelação das minas de sulfureto de ferro nas cabeceiras do São Lourenço; o descobrimento das de ouro e diamante nas cabeceiras do Cabixi e Corumbiara; de manganês nas origens do rio Manuel Correia, Serra Pires de Campos e vale do rio Sacre; de gipsito nas cabeceiras do Cautário; de mica no córrego do Campo, contribuinte do Pimenta Bueno; de ferro no vale do baixo-Garças; assim como o assinalamento da existência abundante da ipeca cinzenta no vale do Pimenta Bueno e margens do Gi-Paraná até Urupá, nos vales do Jaru e Jamari, do Urupá, do Cautário e do São Miguel, muito ao norte da região onde essa rubiácea foi primeiramente conhecida e industrialmente explorada, na célebre mata da poaia do alto-Paraguai. Do mesmo modo foram marcadas as regiões em que a Hevea, a Bertholetia e a Castillôa vivem em grandes associações no território ao norte do paralelo de Diamantino, e entre os rios Araguaia e Guaporé.

Tão grande soma de trabalhos não podia, infelizmente, ser levada a têrmo sem que pelo caminho ficassem caídos muitos dos esforçados pelejadores.

A estrada a percorrer era longa e de árduo acesso; forçoso era que muitos tombassem para acender ao longo dela o facho do martirio, a cujo clarão a posteridade há de rever a sombra dos sacrifícios a que voluntàriamente se votaram os novos exploradores dos ínvios sertões.

É na invocação dessas memórias imortais que revemos a cada hora o travo das privações passadas, o pêso das grandes fadigas, a agonia das saudades infinitas e também os intantes gloriosos dos triunfos conquistados.

Elas tinham, pois, de comparecer aqui, onde neste momento a Nação, pelos olhos do seu Chefe e natural representante, vê e aprecia a natureza e o valor da obra realizada.

Em primeiro lugar, vede a imagem do imortal Gomes Carneiro; ela evoca a lembrança, não só dos iniciadores das construções telegráficas pelo interior de Mato-Grosso e de nossa Pátria, como também a memória dos grandes obreiros da civilização dos nossos antigos sertões, desde os Capanemas, os Pimenta Buenos, os Taunays, os Couto de Magalhães, os Levergers e tantos outros, até Ricardo Franco de Almeida Serra, o tipo mais acabado do sertanista generoso e desinteressado, do explorador inteligente, esclarecido e infatigável dos tempos coloniais.

Eis agora, o saudoso repúblico mineiro, o clarividente Affonso Penna, em tôrno de cuja efígie grupam-se as memórias de todos os homens de Estado que, furtando-se à fascinação das grandes cidades do nosso litoral, dedicaram um pensamento e uma parte do seu esfôrço em beneficio do nosso *hinterland* e dos nossos sertanejos.

SciELO

Um indio parici telegrafista e dois praticantes. —Estação da Linha Telegráfica de Mato-Grosso ao Amazonas.

SciELO

Por fim, levanta-se a figura que representa a plêiade brilhante dos que tombaram dentre as fileiras dos lutadores desta extensa campanha de 32 anos, que tem por teatro tôda a vasta região do nosso território, donde promanam as águas das nossas duas grandes bacias fluviais do Sul e do Norte.

É o Capitão Cândido Cardoso, modesto e pertinaz colaborador desta obra ingente, à qual começou a servir quando ainda simples sargento, desde 1890, e na qual foi conquistando vagarosamente os seus gloriosos galões até caír morto, em 1913, em pleno sertão, em meio de férvida peleja.

Pela sua humilde origem, pela sua inquebrantável constância, pelo pôsto a que se elevou no sertão, êle conquistou o privilégio inestimável de representar com tôda a propriedade o conjunto dos mortos das Comissões Telegráficas de Mato-Grosso. Vendo-o, nós lembramos os que foram, com êle os humildes obreiros, sem cujo braço e sem cujo devotamento não nos teria sido possível lançar nem a primeira pedra dêste edifício; a turba ativa, operosa, indispensável e anônima das praças de *pret*, dos trabalhadores nacionais e dos empregados dos telégrafos, à qual nos reconhecemos devedores de profunda gratidão.

Mas também, como oficial, êle nos lembra êsse punhado de nomes brilhantes, de cooperadores inteligentes, esclarecidos, dedicados, que tão alto elevam o merecimento da obra a cujo serviço se sacrificaram, desde essa grande esperança que foi o Alferes-aluno Francisco Bueno Horta Barbosa até Marques de Sousa, Botelho, o ardoroso Lyra, o geólogo Cícero de Campos, o inspetor dos telégrafos Salathiel Cândido de Morais Castro, o canoeiro Simplício, e o incomparável cacique Toloíri (*).

Associamos a êsses vultos nacionais, como homenangem à solidariedade humana, a figura enérgica do grande amigo do Brasil, o ex-Presidente americano Coronel Theodoro Roosevelt, em tôrno do qual se grupam os colaboradores estrangeiros da obra realizada no território nacional: a exploração do solo em benefício da ciência e da civilização levada a efeito pelos Saint-Hilaires, Castelneaux, Chandlers, von den Steines e por tantos outros ilustres geógrafos e naturalistas que perlustraram os sertões do Brasil e especialmente os de Mato-Grosso.

Foram êsses os obreiros, Exmo. Sr. Presidente da República!

É esta a obra!

Nós almejamos, como recompensa máxima de nossa vida, que a Nação nos reconheça dignos de uns e de outra, depois de haver reconhecido uns e outra dignos de figurarem como simples ornamento da grande construção para a qual, há cem anos, José Bonifácio e os seus colaboradores edificaram a liberdade política da nossa Pátria.

(*) Sem esquecer outros valorosos colaboradores que tombaram em postos que exigiam não menores sacrifícios a bem da Pátria, como essa grande individualidade que foi o major Pedro Ribeiro Dantas, devotado levantador do Araguaia e explorador do rio das Mortes, cuja carreira de serviços ao Brasil terminou em virtude dos padecimentos a que se expôs na Comissão de Limites com o Peru.

SciELO

A vós, Exmo. Sr. Presidente, dizer, pela Nação, se nos cabe esperar tal recompensa".

As últimas palavras do Sr. General Rondon foram cobertas por prolongada salva de palmas.

O Dr. Miguel Calmon, Ministro da Agricultura, em resposta, disse que tôdas as coisas que estavam patentes na exposição que se ia inaugurar, bem como a síntese admirável que o Sr. General Rondon acabava de fazer dos trabalhos da comissão de que era chefe, não constituiam motivo de admiração para as pessoas que, como êle, orador, bem conheciam o esfôrço, a dedicação e o patriotismo com que o General Rondon e os seus incomparáveis companheiros se têm dedicado a esta grandiosa obra de desbravamento dos nossos sertões. É preciso assinalar a importância capital que têm êsses trabalhos, que revelam a grande capacidade dos brasileiros para a tomada da posse efetiva do extenso território de sua pátria.

As entradas dos bandeirantes, as conquistas de territórios por êles realizadas, ficaram sem seguimento, por parte dos brasileiros, durante todo o século passado. Surgiram então os estrangeiros à frente de comissões científicas, destinadas a descobrimentos geográficos e etnográficos e, em nome dos seus governos e interêsses, exploraram o nosso interior. Entre tais comissões se destacam a de Martius, a do Príncipe Ludendorf e a do Príncipe Maximiliano da Prússia, da qual fêz parte Bismark — que foi depois chanceler do Império Alemão.

Cabe a Rondon a glória de ter retomado êsse trabalho de exploração da terra brasileira, em nome dos interêsses e dos ideiais da nossa nacionalidade. Êsse é, por certo, um dos aspectos mais interessantes dessa obra e, por isso mesmo, precisa ser devidamente realçado pela sua significação patriótica.

O General Rondon, continua o orador, procurou realçar com grande insistência, o espírito de devotamento com que os seus companheiros aceitaram o programa de sacrifícios que lhes foi impôsto na frase, já hoje histórica: "Sofrer até a morte; matar, porém, nunca.

O orador, por sua vez, pode prestar o seu depoimento de que Rondon foi o primeiro a dar o exemplo de submissão pessoal a êsse programa de sacrifícios e abdicações.

S. Ex.ª era Ministro da Viação, por cuja pasta corriam os trabalhos das expedições de penetração de Rondon nos sertões dos Parecis e Nhambiquaras. A fama, não só de guerreiros, mas até de antropófagos de que gozavam os membros desta última tribo, fazia com que todos temessem pela sorte dos destemidos expedicionários. A espôsa de Rondon, participando dos mesmos receios e vendo que o seu marido se expunha aos maiores perigos, procurou o Ministro no intuito de lhe pedir uma providência qualquer que compelisse Rondon a adquirir e a usar uma cota de malha, enquanto se encontrasse entre aquêles índios guerreiros.

SciELO

Rondon declarou que só aceitava o alvitre, se o mesmo se pudesse adotar para todos os seus auxiliares — oficiais e soldados. Para tanto seria necessário fazer uma despesa avultada, superior às fôrças do orçamento destinado ao serviço. Portanto, na impossibilidade de comprar cotas de malha para todos, Rondon não aceitou a que lhe era oferecida para o seu uso pessoal, apesar dos insistentes esforços do Ministro. E Rondon continuou a passar nos sertões pelos mesmos trabalhos, privações e perigos que passavam os seus mais modestos auxiliares.

Terminando a sua oração, o Sr. Ministro Calmon felicitou o Sr. General Rondon, em nome do Govêrno da República e da Nação, por todos os grandes trabalhos realizados pela benemérita comissão de Linhas Telegráficas e Serviço de Proteção aos Índios. O discurso do Sr. Ministro da Agricultura foi vivamente aplaudido pelo numeroso e seleto auditório.

Em seguida, o Sr. General Rondon, depois de apresentar ao Sr. Presidente da República os seus auxiliares, passou a percorrer com S. Exª. e os Srs. Ministros, os mostruários da comissão, já no que se refere ao Serviço de Proteção aos Índios, já no que se refere aos mapas e outros dados relativos às Linhas Telegráficas. De começo o Sr. Presidente teve ocasião de ver a maquete do monumento que se projeta erigir no noroeste de Mato-Grosso para nêle serem recolhidos os despojos dos mortos da Missão Rondon, que jazem esparsos pelos sertões e em sepulturas provisórias. Êsse sarcófago (*) será representado por uma pirâmide de granito, de sólida base, onde serão gravados, com caracteres de bronze os nomes dos 204 mortos que tombaram em pleno sertão. No pórtico uma estátua de bronze representará um índio, significando a origem e a razão de ser do monumento.

Na seção do Serviço de Proteção aos Índios o Sr. Presidente da República teve explicações sôbre o uso e procedência dos muitos e curiosos artefatos indígenas que alí se encontram em grande profusão, desde os adornos de penas, co-

(*) O artista nacional Sr. Eduardo Sá, autor dêsse projeto, dá dêle a seguinte descrição: O monumento destinado a encerrar os restos mortais dos auxiliares da Comissão Rondon se comporá de um sóco formado por três degraus e de uma pirâmide de base quadrangular, apresentando um conjunto simples e severo. — O sóco guardará os despojos dos humildes companheiros animais: cavalos, cães, bois, etc., sacrificados no desbravamento dos sertões; e a pirâmide será a urna funerária, abrigo último dos cooperadores da grande obra de abnegação, desde o mais modesto cidadão até o que mais assinalado se tornou entre os obreiros da nobre causa da incorporação dos indígenas na Pátria brasileira. — Três placas onde figurarão esculpidos os nomes dos mortos no serviço da Comissão cobrem as faces laterais e posterior da pirâmide, em cujo lado dianteiro, alto relêvo simbolizará o sacrifício consciente dos que se dedicaram à proteção nacional devida aos índios, seguindo, no proceder derradeiro, o lema da Comissão, que se lerá gravado na pedra — "Afrontar todos os perigos, até a morte: matar, — nunca !" — Encimando as placas, baixos relêvos representarão vultos dos precursores da obra civilizadora e também o escudo da Bandeira Nacional com a divisa da política moderna — Ordem e Progresso. — Sôbre os degraus, na frente do monumento, a estátua de um índio caçador, em atitude de atenção simpática, mostrará aos nossos irmãos das selvas o sentimento de respeito com que devem apreciar o monumento, até que os nossos pósteros melhor destino dêm às reliquias que ao presente cumpre guardar com saudade e como estímulo a outros sacrifícios se porventura dêles precisar a causa nacional. O monumento será de granito, tendo as placas e a estátua de bronze.

SciELO

lares de dentes de animais e outros produtos de sua indústria primitiva, até os variados e bem acabados objetos, já fabricados com os recursos da nossa indústria ocidental, como chapéus, cestas, arreios, sandálias, e outros.

Tudo foi demoradamente examinado pelo Sr. Presidente da República.

Pelos documentos expostos sôbre uma mesa, o Sr. Presidente da República se inteirou do número e de outras informações sôbre as escolas, oficinas, culturas existentes nos vários estabelecimentos montados e dirigidos, no interior do Brasil, pelo Serviço de Proteção aos Índios.

A seção cartográfica, a cargo do Sr. Capitão Jaguaribe de Matos foi também cuidadosamente examinada pelo Chefe da Nação, que recebeu informações minuciosas e interessantes dos vários trechos de territórios que os respectivos mapas representam.

Terminada a visita, o Sr. Dr. Arthur Bernardes manifestou a sua impressão. Disse (*) S. Ex.ª que percorrera com cívica emoção tôda aquela sala onde em cada objeto, livro ou mapa, se via um testemunho eloqüente, do quanto pode fazer pela Pátria e pela República um punho de patriotas congregados e dirigidos por um chefe, todo dedicação e pertinácia, ao serviço de uma nobre e patriótica missão. Ao terminar o seu exame sentia-se bem em felicitar o soldado-cidadão, General Cândido Mariano da Silva Rondon e seus dignos companheiros, pela grandeza da obra realizada, podendo a todos assegurar o seu apoio, quer oficial, quer particular.

Depois, S. Ex.ª abraçou o Sr. General Rondon, pedindo-lhe que transmitisse a seus subordinados as suas felicitações.

O Sr. Ministro Calmon, despedindo-se do Sr. General Rondon, disse-lhe que se retirava dali ainda mais brasileiro do que entrara.

(*) O Sr. General Rondon deu do pequeno discurso do Sr. Presidente da República o seguinte apanhado: Não vim aqui, disse o Exmo. Sr. Dr. A. Bernardes, trazido por um simples movimento de curiosidade; vim movido pelo sentimento de um dos deveres do meu cargo, o que exige de mim que pessoalmente conheça o valor dos homens públicos de minha Pátria e das obras que êles estão realizando a serviço da Nação e da República Brasileira. Por tudo que aqui vi, fico de agora em diante conhecendo os trabalhos executados no interior do País pelo General Rondon e seus dedicados auxiliares e é baseado nesse conhecimento que tomo a resolução de hipotecar o meu apoio ao prosseguimento e engrandecimento de obra de tão subido valor para o patrimônio prático e moral da Pátria Brasileira.

SciELO

Índios Terena do Pôsto de Proteção do Bananal — Mato-Grosso.

EM DEFESA DO ÍNDIO (*)

Diário do Congresso de 27 de dezembro de 1922, página 8592. — Fala um deputado pelo Distrito Federal:

"Porque nos obrigam — diz êle — a votar aquela verba *suntuária* que se repete anualmente, destinada ao serviço de proteção aos índios?

Quais os benefícios que ao país tem proporcionado êsse dispendioso serviço?

Como obra *suntuária* êle aí está para mostrar que o Brasil, à beira da bancarrota, ainda tem recursos para *catequizar* indígenas incultos.

Na seção do Serviço de Proteção aos Índios o Sr. Presidente da República forcejando debalde por adaptá-los *à civilização que os repele.*

Repto a V. Exª. (dirige-se a outro deputado) a mostrar que serviço tenha produzido a comissão de proteção aos índios. Êsse serviço conta com verbas *tão faustosas* que chegam a causar-nos irritação nesta época de verdadeira penúria.

Não tenhamos, por espírito de *nacionalismo piegas e incompreensível* a veleidade de explicar à nação que é preciso proteger o selvagem porque êle é útil à nossa cultura e necessário *às conveniências nacionais.*

A história brasileira não apresenta, desde que resolvemos despir os índios das falsas vestes que os poetas lhes hajam emprestado, *um exemplo sequer* de selvícola que houvesse contribuído para o nosso progresso.

Os antropologistas nos mostram que povos avessos à civilização, ao invés de serem socorridos pelos poderes públicos, devem ser calculada e friamente deixados aos seus próprios destinos. No entanto, senhor presidente, quando a juventude doente da metrópole brasileira, quando o analfabetismo das cidades sobem de ponto à míngua de dotações orçamentárias, vota-se na Câmara um orçamento de mais de mil contos para serviços fictícios...

(*) Ao autor dêste trabalho, destinado originàriamente à imprensa jornalística, agradeço o consentimento que me deu de o inserir nesta publicação. — H. B.

SciELO

Parece-me incrível apenas que nenhuma voz verdadeiramente bem intencionada jamais se fizesse ouvir, para mostrar ao país que êsse serviço de proteção aos índios não passa de escandaloso *bluff*".

Excetuando-se os grifos, que são meus, e alguns cortes, que fiz por abreviação, sem alterar em nada o pensamento do orador, o mais é txtualmente do discurso apontado, o qual não tem a clássica nota de não ter sido revisto pelo autor, antes, pelo contrário, tem a de ter sido reproduzido por haver saído anteriormente com incorreções.

Não quero — é óbvio — com a transcrição acima fazer propaganda das respectivas idéias; quero, em vez disto, mostrar, não por *dilettantismo* ou impertinência, mas por amor dos nossos indígenas que tais idéias são errôneas.

Preliminarmente contesto que seja suntuária a verba destinada ao Serviço de Proteção aos Índios. Essa verba varia de 900 a 1.000 contos e já tem sido de 500 e 600. A dêste ano é de 1.060:550$000.

Quem poderá em boa fé achar suntuosidade num serviço que gasta apenas 1.065 contos para manter quatro povoações indígenas, 31 postos de proteção com as suas obras e aberturas de estradas, e medicamentos, e material de expediente, e todo seu pessoal, necessàriamente numeroso?

Que arrojado blasfemador dirá que a nação dá com generosidade, suntuàriamente, dando 1.065 contos para proteger uma população de 500 mil almas, que a tanto montam os nossos índios?

Um ligeiro cálculo aritmético logo nos mostra que essa população sái a 2.130 réis *per capita* e por ano; 246 réis menos do que a etapa (só a etapa) de um soldado aqui na margem do Taquari, onde ela não é grande coisa, tanto assim que os homens desarranchados custam a se acomodar com a comida que por êsse preço conseguem!

Assim, o pobre índio gasta por ano muito menos do que o soldado por dia, pois o soldado além da etapa, tem a roupa, o calçado e o sôldo.

E ainda acham que êle é caro, quando tôda a gente diz, e com razão, que o soldado é barato!

Quais os serviços que ao país tem proporcionado êsse dispendiosíssimo serviço? — interroga o vigilante censor.

Quais? Em primeiro lugar êsse serviço tem evitado a morte por assassínios e misérias a milhares de criaturas tão nascidas para viver como outras quaisquer.

Essa é a sua principal benemerência. Em segundo lugar êle tornou habitáveis grandes e ubérrimas zonas agrícolas dantes abandonadas aos índios bravos.

SciELO

Indios do Pôsto de Proteção do Bananal — Mato-Grosso.

Índios Terena do Pôsto de Proteção do Bananal — Mato-Grosso.

Isto se deu em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo, no Espírito-Santo e no Amazonas. Creio que se deu também em Mato-Grosso e no Maranhão.

Tomando o caso mais vizinho do Rio de Janeiro, o de São Paulo, posso de momento, e daqui onde me faltam recursos de tôda a espécie, dar o seguinte atestado de benefícios do Serviço de Proteção aos Índios:

É sabido que havia em São Paulo uma região inteiramente desabitada por motivo da presença dos Caingangue.

Esta valorosíssima tribo defendeu e guardou, até 1912, uma porção tão grande de território do Estado, que se eu lhe pusesse aqui o tamanho, arriscaria a minha palavra a ser desacreditada não só do orador, como de muitos outros homens.

Isto pôsto, vou mostrar, conforme certidões passadas pelo Sr. Júlio Coelho Vilhena, escrivão de paz interino do Distrito de Penápolis, a diferença de preços das terras em questão antes e depois da pacificação dos Caingangue, feita laboriosa e corajosamente pelo serviço com tão descabido ardor impugnado e deprimido.

Bento da Cruz e sua mulher — reza uma certidão — "vendem uma gleba de terra na fazenda Moreiras, medindo *viute e dois alqueires pelo preço certo e ajustado de trezentos mil réis*". Isto foi em 1910, dois anos antes da pacificação dos índios.

O cálculo dá para cada alqueire 13.636 réis. Outra certidão do mesmo Júlio Coelho Vilhena, relativa a 1914, dois anos depois da pacificação dos índios, reza assim: A The S. Paulo Land & Lumber Company vende uma gleba de terras na fazenda de Baguaçu, medindo *cinqüenta alqueires*, "pelo preço certo e ajustado de *cinco contos de réis*".

Cada alqueire custou, pois, 100.000 réis, o que dá sôbre 13.636 réis uma diferença que o próprio arguidor achará bem sensível. Essas terras são hoje, com efeito, as mais valiosas do Estado.

Um outro cidadão, o Sr. Jesuíno Vianna de Camargo, escrivão de cartório do primeiro ofício da mesma comarca de Penápolis, certificou uma venda feita em 1919 de *cinco alqueires* e benfeitorias pela importância de *um conto de réis*. Duzentos mil réis cada alqueire!

Eu poderia transcrever outras certidões de vendas feitas em 1916, 1917, 1918, não vale a pena, porém, diante das tão expressivas que aí estão.

Passemos, por conseguinte, adiante. — O Brasil — continua o Sr. deputado — à beira da bancarrota ainda tem recursos "para catequizar indígenas que a civilização repele".

SciELO

Há nesse trecho mais de um engano. O serviço de proteção aos índios — e isto já se tem dito centenas de vêzes — não cura absolutamente de catequese e sim de proteção, como o indica o seu próprio nome.

A quem até agora não entendeu a diferença profunda que há entre catequese e simples amparo; entre catequizar selvagens, isto é, procurar convertê-lo a algum credo em matéria religiosa, política ou outra de natureza espiritual e proteger selvagens, isto é, defendê-los da opressão e abrigá-los da miséria; a quem não percebeu ainda essa diferença, é inútil apresentar mais explicações.

Quanto a dizer que a civilização repele os indígenas, é outro engano. — Quem os repele são os homens sem coração, e nem todos.

A civilização apenas habitua-se com o desprezo e o sacrifício dos índios como se habituou outrora com a escravidão dos africanos. Quando, porém, percebe o mal que está fazendo, joga-o de si.

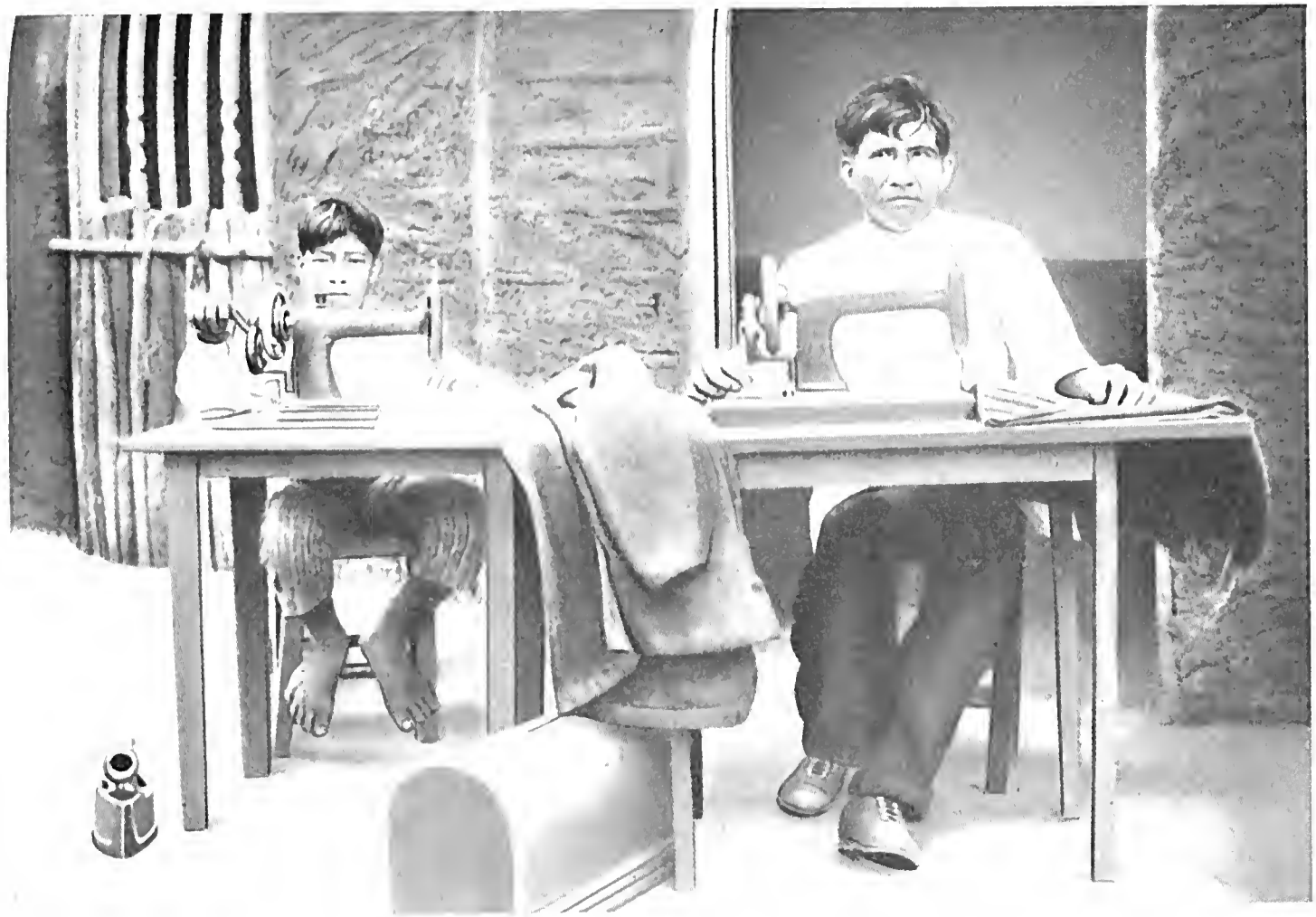
Estou seguindo os passos do orador.

Chegado a êste ponto repta êle a um seu colega para que lhe diga quais os serviços que tenha produzido a "comissão de proteção aos índios", que "conta com verbas tão faustosas".

O interpelado confessa que não está em condições de responder. Mas que culpa tem o Serviço de Índios de não quererem as pessoas, com um simples passeio ao Ministério da Agricultura, receber informações relativamente ao mesmo serviço?

As coisas boas que tem feito essa instituição patriótica são numerosas. Para não alongar êste artigo cito apenas algumas, além das já mencionadas: Implantou a paz entre os colonos alemães de Blumenau e os Caingangue catarinenses; abriu diversos rios ao tráfico e exploração dantes vedados. Fez do Araribá em São Paulo, e de São Jerônimo, e organizou em São Lourenço (Mato-Grosso) e no Erechim bem administradas que já lhe querem tomar e acabarão tomando São Jerônimo, e organizou em São Lourenço (Mato Grosso) e no Erechim (R. G. do Sul) duas outras, que em breve serão objeto das mesmas cobiças. Certa vez libertou em plena mata amazônica cinco moças que os Cuniba, por vingança, haviam raptado e que, apesar de serem os índios tão mal falados, nenhum vexame ou violência dêles sofreram. Levantou da progressiva decadência em que jaziam as fazendas nacionais do Rio Branco, hoje reputadas as melhores e mais bem cuidadas daquela região por pessoas estranhas e insuspeitas como sejam o Dr. Luciano Pereira da Silva, ex-deputado pelo Amazonas, o Dr. Calvet e o Sr. Joaquim Gondin, cujas opiniões estão impressas em livros e documentos públicos.

SciELO



Indios Terena do Pôsto de Proteção de Cachoeirinha — Mato-Grosso.

Se eu aqui de tão longe, e apenas de memória, posso dar tão boas informações, imagine-se o que poderia fornecer a Diretoria do serviço!

Diz o Sr. deputado que a história brasileira não apresenta "um exemplo sequer de selvícola que houvesse contribuído para o nosso progresso".

Mas será possvel que o orador ignore os serviços prestados à Pátria, e portanto ao nosso progresso, por Felipe Camarão, por Jaguarari, por Tibireçá, por Ajuricaba, por Ararigboia, Tabira, Piragibe, Itagiba, Caiubi e tantos outros?

O Bispo d'Elvas, pessoa sumamente entendida em história e muito dada a assuntos políticos e financeiros, escreveu no seu Ensaio Econômico (Tomo I das Obras) que a conquista do Espírito-Santo foi devida a Tibireçá, a da Bahia a Tabira, a de Pernambuco a Itagibe e Piragibe, a do Maranhão a Tomagica. Simão de Vasconcelos, diz, com outras palavras, mais ou menos as mesmas coisas.

Dentre nós quem se poderá blasonar de benemerência que se compare à de qualquer dêsses pobres selvícolas tão injustamente esquecidos?

Eu estou bem certo que ninguem. Mas ainda que essa infeliz raça nada houvesse feito seria motivo para abandoná-la aos seus assasinos e à penúria em que na sua maior parte vive por culpa do civilizado, que lhe faz concorrência na caça e na pesca?

É o que desejaria o orador quando afirma que é "nacionalismo piegas e incompreensível" proteger o selvagem com a alegação de ser êle "útil à nossa cultura", e "necessário às conveniências nacionais".

Para apoiar a sua decidida opinião acrescenta que "os antropologistas nos mostram que povos avessos à civilização, em vez de serem socorridos pelos poderes públicos, devem ser calculada e friamente entregues aos seus próprios destinos".

Vão ver que quem assim fala, é dos tais que se compadecem dos cães que sofrem e os levam para casa louvavelmente penalizados.

Mas se os cães merecem tal piedade porque não a merecerão homens, só por serem de civilização diferente ou inferior?

Por mim não faço verdadeiramente grande cabedal do que dizem os antropologistas, mas dado que o fizesse, quando algum dêles me deparasse uma tal lição eu o mandaria, sem dúvida alguma, cuidar de outra vida.

E ficaria pensando que, quando os homens dizem coisas como estas, dizem-nas da bôca para fora, no intuito, aliás vão, de parecerem enérgicos, originais ou coisa semelhante. Estão, como se dizia na gíria escolar do meu tempo, estão "fingindo pedra".

SciELO

O árdego censor fêz, segundo afirma, tôda a sua crítica, tomando a "esmo" uma das nossas instituições suntuárias e inúteis.

Eu só o acreditarei quando o vir dar para trás nas subvenções para catequizadores que escravizam e difamam os nossos índios; ou então quando ler o seu voto contra os presentes régios com que o Congresso, dando o que não lhe pertence, aumenta os haveres de quem não precisa dessas achegas para viver faustosa e suntuàriamente.

Como era de esperar, terminou o orador tocando a tecla do analfabetismo. Antes, na sua opinião, êsses mil contos do Serviço de Proteção aos Índios fôssem gastos em combater o analfabetismo.

É mais um engano seu.

Nem sempre é um bem ensinar a lêr. Se Napoleão Bonaparte não soubesse ler, não teria passado de cabo de esquadra e com isto imensas desgraças ter-se-iam poupado à Humanidade, além de que a situação atual do mundo seria certamente melhor.

Se não tivessem ensinado a ler a muitos de nós, pode-se afirmar que à sorte da República do Brasil teria sido bem mais fagueira.

Enfim, se êsse, com certeza estimável cidadão, não tivesse aprendido a ler, provàvelmente não teria ensejo de dizer tantas blasfêmias contra os nossos infelizes índios, já tão sobrecarregados de alheias injustiças.

Margem do Taquari, 2 de fevereiro de 1923.

Alípio Bandeira.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

PUBLICAÇÃO N.º 88 DA *"COMISSÃO RONDON"*

O PROBLEMA INDÍGENA DO BRASIL

Conferência realizada no Atheneu de Montevidéo,
a 1.º de abril de 1925 por

L. B. HORTA BARBOSA

1ª. edição: em 1926.

2ª. edição autorizada pelo C. N. P. I., em 1945 com acréscimo de outra conferência, realizada a 19/XI/913, pelo mesmo autor, em S. Paulo, sôbre a "Pacificação dos Índios Caingangue".

IMPRENSA NACIONAL - RIO DE JANEIRO - BRASIL - 1947

SciELO

DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA
BIBLIOTECA 18546
Secretaria da Agricultura

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

PUBLICAÇÃO N.º 88 DA *"COMISSÃO RONDON"*

O PROBLEMA INDÍGENA DO BRASIL

Conferência relizada no Atheneu de Montevidéo,
a 1.º de abril de 1925 por

L. B. HORTA BARBOSA

1ª. edição: em 1926.

2ª. edição autorizada pelo C. N. P. I., em 1945 com acrêscimo de outra conferência, realizada a 19/XI/913, pelo mesmo autor, em S. Paulo, sôbre a "Pacificação dos Índios Caingangue".

IMPRENSA NACIONAL - RIO DE JANEIRO - BRASIL - 1947

SciELO

DEPTO DE ZOOLOGIA
BIBLIOTECA
Secretaria da Agricultura

18546

Ao Sr. Dr. Pedro de Toledo, sob cuja administração dos negócios da pasta da Agricultura, Comércio e Indústria realizou-se a pacificação dos Caingangue Paulistas e a cuja patriótica ação deve o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais os brilhantes e decisivos resultados colhidos durante o triênio de 1911 a 1913, não só no Estado de S. Paulo como em todo o território da República,

Como sinal de sua cívica gratidão

Oferece e dedica
O AUTOR.

São Paulo — 4-12-1913.

SciELO

A PACIFICAÇÃO DOS INDIOS CAINGANGUE

N.º 11 — *Vista do acampamento do Ribeirão dos Patos (Estado de São Paulo). À esquerda, a árvore que servia de pôsto de vigilância e de onde falavam os intérpretes aos índios que rondavam o acampamento.*

SciELO

N.º 12 — *Fydia Caingangue com seus filhos.*

SciELO

I

O PROBLEMA INDÍGENA DO BRASIL

cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

Dilcto amigo Erasmo Braga.

Ao teu fecundo gênio de obsequiar os amigos devo eu os dias felizes de março e abril de 1925 que vivi em Montevidéu e em Buenos Aires no meio dos distintíssimos membros do Congress on C. Work in South America. *Ali, as vivas simpatias que incessantemente se manifestavam por tudo quanto é do Brasil, acabaram dando-me a coragem de expor de viva voz o que na nossa Pátria se tem feito, e se está fazendo, em prol dos indígenas.*

Realizada a exposição, o acentuado favor que lhe dispensaram os meus novos amigos não se limitou aos aplausos e cumprimentos, mas foi até alcançar de mim a promessa de que a reduziria a escrito e a faria imprimir. É do cumprimento de tal promessa que hoje, afinal, me desobrigo, e o faço tornando explícito que êste impresso tem, para mim, o simples significado de modesto tributo de gratidão aos bons amigos daquele Congresso.

Eu os recordo todos, com a nitidez das imagens insculpidas em nossos corações pelo mais vivo afeto. Mas, para dar à minha manifestação a fôrça e o relêvo das evocações pessoais, eu traço aqui os nomes, a todos os títulos respeitáveis, dos Srs. Robert E. Speer, S. G. Inman e Dr. H. C. Tucker, como sendo os dos amigos em quem personifico as homenagens de que me reconheço devedor aos preclaros membros do citado Congresso.

A ti, caro amigo, reservo a missão de interceder a meu favor para que maior ainda seja a benevolência que certamente me virão dispensar os nomeados amigos ao lhes ser apresentado êste sinal do meu eterno reconhecimento.

E, com isto, ainda mais obrigarás ao teu

ex-corde

L. B. Horta Barbosa

Rio,

13 de Descartes de 138.
20 de outubro de 1926.

SciELO

Exmas. Senhoras.

Meus senhores.

Que temeridade louca me arrastou a esta tribuna e me arrancou da alma a consciência do meu desvalor e da minha falta de títulos para vir tomar o vosso tempo e ocupar a vossa atenção? Certamente que tão grande afoiteza se não teria engendrado se não fôsse a minha esperança no ilimitado poder da vossa benevolência, a cuja sombra protetora me agasalho como quem dela carece mais do que do próprio ar que respira.

Mas, de duas outras forças também nasceu o impulso poderoso, que me eleva a esta altura onde se concentram os vossos olhares. Foi a primeira o veemente desejo de pôr o meu coração e a minha mente de brasileiro em inteiro contacto e comunhão de sentimentos e de pensamentos com a vossa alma de uruguaios, alma insigne à qual devemos essa indeslembrável lição de fraternidade internacional de restituir ao Paraguai os sacrílegos troféus da guerra que constitue o crime inexpiável das nossas Pátrias. Foi a segunda a ânsia de vos mostrar que também na terra do Brasil brotam e medram iniciativas generosas, inspiradas por alto e sadio idealismo, dêsses que desabrocham, não em quimeras vazias de préstimo, mas sim em obras pejadas de benefícios para vastas populações e em fortes instigações endereçadas aos povos que as realizam, para que mais sublimem a sua alma na esperança de torná-la consoante com a própria alma da Humanidade.

Vou atingir o alvo que assim me proponho, esboçando em largos traços o quadro da proteção fraternal que a Pátria Brasileira instituiu, e vem praticando desde 1910, em proveito da parte autóctone da sua população, e em reparação dos tremendos erros e desvarios contra ela praticados pelos nossos ascendentes de origem européia.

* * *

Aos olhos dos rudes navegadores do século XVI o Brasil apresentou-se como vasto território, de extenso litoral oceânico,

SciELO

habitado por povos de civilização rudimentar, que só conheciam e só empregavam instrumentos de pedra e de madeira, divididos e subdivididos em pequenos agrupamentos entre si hostis e em perpétua guerra, pràticamente indefesos e imbeles diante de homens que, em fortes agremiações militares, manejavam o ferro e as armas de fogo. Diante de tão formidável superioridade de meios de ataque e de destruição, não tardaram os vindicios europeus a transformarem-se de hóspedes, carinhosamente acolhidos e agasalhados, em espantosos tiranos que depressa desceram e ultrapassaram a escala de abjeções a que pode conduzir o abuso da fôrça bruta a serviço da cobiça, da luxúria e de todos os desmandos das más pairões largadas a si mesmas, sem freios morais e sem tropeços materiais.

Daí nasceu, com tôda a sua dolorosa complicação, o problema indígena do Brasil, único de que me vou ocupar aqui, embora não exceda êle os limites de simples aspecto do vastíssimo incêndio que devorou as terras e os povos do Continente de Colombo.

Os primeiros colonizadores que aportaram ao Brasil, logo depois da viagem de descobrimento de Pedro Álvares Cabral, não cuidaram senão de fundar feitorias para exploração das riquezas naturais da terra. Nenhuma atenção lhes mereceu a sorte das populações autóctones que os acolhiam como amigos e se sôbre elas agiram foi para as submeter à mais deletéria ação desorganizadora, fonte viva de dissolução dos laços da fraca e incipiente ordem social que entre elas existia.

Tal situação perdurou até a chegada dos primeiros jesuítas, pelos fins ainda do século XVI, os quais traziam a preocupação de conquistar as almas para a fé que professavam e de derramar entre elas os benefícios da civilização de que eram, na época, os mais cultos representantes e os mais esforçados defensores.

Idêntica preocupação havia levado aos confins do Oriente outros membros da mesma ordem, entre os quais avulta a figura gigantesca de S. Francisco Xavier. Mas, enquanto lá a obra planejada se apresentava despida de complicações adventícias, aqui ela teve de desdobrar-se em duas ações bem distintas, a primeira destinada a proteger os indígenas contra os estragos e malefícios da cobiça, da concupiscência e da desmoralização dos conquistadores, e a segunda pròpriamente votada a modificar e desarraigar as primitivas crenças e opiniões dêsses povos e a dar-lhes novas práticas, novos costumes e novas instituições.

SciELO

Ao conjunto dessas duas ações deu-se o nome de catequese, embora só à segunda êle se adapte com perfeita e lídima propriedade. Semelhante confusão de linguagem torna bem patente a prioridade e a dominadora supremacia que na época se atribuia ao movimento de transformar os povos em prosélitos da fé monotéica, o que se acreditava ser exeqüível por mutação instantânea que determinaria nos homens modificações profundas, radicais e duradouras.

Na verdade êsse seria o tempo áureo das conquistas decisivas da catequese, caso pudesse ela produzir as maravilhas que ingênuamente prometia. Entre os povos americanos vigoravam ainda instituições e costumes extremamente bárbaros que urgia serem extirpados como ponto de partida de qualquer ação civilizadora a exercer-se sôbre êles. Ao número de tais instituições pertencia a do sacrifício dos prisioneiros e o banquete antropófago que se lhe seguia.

Para sermos justos com êstes povos, devemos lembrar que os monumentos históricos da nossa Espécie deixam fora de dúvida que tais hábitos não lhes foram privativos. Ao contrário, a antropofagia foi praticada por todos os povos da Terra e o sacrifício dos prisioneiros, primitivamente em massa, e mais tarde de alguns indivíduos escolhidos, vigorou até os tempos históricos. Entre os gregos temos o exemplo dos dois príncipes persas imolados como vítimas propiciatórias da batalha de Salamina, e entre os romanos o destino de todo chefe inimigo aprisionado nunca diferiu do que César impôs a Vercingetorix.

A instituição americana, na época do descobrimento, já se encontrava em fase que não era mais a simples antropofagia alimentar. Ao contrário disso, ela apresentava-se com os característicos de uma grande cerimônia, efetuada com enorme pompa, na qual a própria vítima, sempre um guerreiro tomado em luta, figurava como personagem ativa e em grande parte voluntária. De involuntário nêle só havia, realmente, o ato inicial, do aprisionamento. Mas depois, transportado para a aldeia dos seus adversários, o prisioneiro era deixado em liberdade, tinha os seus movimentos livres como se estivesse na sua própria habitação e no meio dos seus. Embora lhe estivessem assim abertas tôdas as facilidades e todos os ensejos para furtar-se, pela fuga, ao tranze final, êle o aguardava resoluto, e enquanto isso participava da vida do povoado como se fôsse um dos seus membros. Nessa espera passavam-se dias e meses, empre-

SciELO

gados na preparação das bebidas fermentadas necessárias ao banquete e, principalmente, no expedir convites e esperar que se congregassem as populações das aldeias amigas e aliadas, vindas às vêzes de paragens longínquas.

Tão complicados e demorados arranjos passavam-se sob os olhos daquele que tinha de ver nêles os preparativos do seu próprio funeral e que, pelas fases a que iam atingindo, podia avaliar de quanto já se aproximava o instante fatal. No entanto, a sua resolução conservava-se inabalável: não lhe vinha a tentação de escapar ao passo derradeiro, ou, se vinha, afastava-a como idéia importuna e mesquinha. Com a serenidade, e talvez com o interêsse de um ator que acompanha a preparação da cêna em que se terá de apresentar como figura central de uma ação empolgante, heróica e bela, êle seguia de ânimo inquebrantável o evoluir dos diversos aprestos e media a aproximação do momento em que se viria abatido, não como vítima imbele e miseranda, mas sim vencido em combate, desafiando a ira imensa da chusma de inimigos, aglomerada para participar da glória da sua morte.

Uma prática desta natureza, assim aceita por todos, sem excluir os que tinham de nela figurar como vítimas, já pertence a uma instituição transformada, mais evoluída e mais nobre do que a pura antropofagia de fim estritamente alimentar. De depoimentos de abalizados escritores do século do descobrimento, que conviveram com essas tribos quando ainda vigorava em tôda a sua pujança estas bárbaras usanças, pode inferir-se que elas estavam a caminho de desaparecer, ou pelo menos de passarem por novas transformações que muito as haviam de restringir. Entre outros indícios que autorizam tal juízo figura o de ser notável o número de pessoas a quem repugnava, até provocar náuseas e vômitos, a ingestão dessas carnes, embora reduzida a partículas mínimas, tanto quanto se pode imaginar que um só corpo poderia fornecer a milhares de convivas.

Parece, pois, fora de dúvida que o sacrifício dos prisioneiros e o banquete que a êle se seguia eram, entre os índios americanos, ou pelo menos entre os do Brasil, uma instituição de caráter especial, provàvelmente resultante da atenuação, e da tendência a desaparecer, das matanças primitivas destinadas a fornecerem alimento aos matadores. Alguma crença teria concorrido para justificar e consolidar tal transformação, a qual teria tido pelo menos a vantagem de excluir as mulheres de figurarem como vítimas, e de tornar de uso restrito, só exeqüível de longe em longe, em circunstâncias

SciELO

N. 9 — Fé, Esperança e Caridade. Jovens indias caingangues com as vestes que recebem assim que se apresentavam ao Acampamento do Ribeirão dos Patos.

difíceis e excepcionais, o que dantes era de uso corrente e banal, como a apreensão de qualquer caça e a ingestão de qualquer alimento. Mas essa crença, sobrevivendo ao seu próprio destino, sustentava e prolongava o hórrido festim além de tôda medida e já agora sem a justificativa de servir para evitar prática ainda mais bárbara.

Infelizmente não podemos, neste terreno, sair do campo das puras conjeturas. Os homens que se acharam em situação de sondar a alma dessas populações primitivas, e de nos indicar os sentimentos e os pensamentos inspiradores das suas instituições, viram-se desviados, pela doutrina que abraçavam, do caminho que os levaria a nos prestar tão valioso serviço. Limitaram-se a descrever, de tais criações, os movimentos visíveis, a parte material e exterior, e em lugar de se aplicarem a descobrir e pintar o estado de alma que as gerara, que nelas se traduzia e retratava, deram-se por inteiramente esclarecidos atribuindo-as ao demônio.

Forçoso é, no entanto, reconhecer que independia de qualquer pesquisa no sentido indicado a adoção do projeto de exercer desde logo a mais viva e incessante ação para conduzir êsses povos a abandonarem o nefando uso. E de fato os jesuítas dirigiram neste sentido os seus primeiros esforços, mas não tardaram reconhecer quanto êles eram impotentes para produzirem a transformação desejada. A experiência desmentia as esperanças fundadas na virtude da aceitação da fé monotéica e da prática dos sacramentos redentores por ela instituídos. O que se via não eram as prometidas mutações instantâneas que deviam apagar no neófito as chamas das paixões e dos hábitos antigos, e em seu lugar fazer surgir o homem novo, produto de nova geração, votado a novos estímulos, a novas preferências e a novo destino. Ao contrário disso, o que a observação mostrava era a persistência dos usos condenados, era a sobrevivência da alma primitiva, que mais depressa transformava e deformava o novo ensino até pô-lo ao nível da sua velha percepção, do que a si mesma se transmudava até amoldar-se às exigências da nova existência.

Desde que isso verificou, a catequese sentiu-se vencida, porque todo o seu plano de ação, todo o seu impulso baseava-se na crença peremptória de ser possível operar-se uma verdadeira regeneração da alma humana, e de realizar-se ela instantaneamente como resultado irresistível e conseqüênte à prática de certos atos de intenção divina. Recorreram então os catequistas à eficácia dos meios

SciELO

puramente temporais, às repressões materiais fornecidas pela fôrça militar dos governadores. E êstes promoveram e permitiram tão extensas e desumanas devastações que dentro em pouco as tribos, as que não foram exterminadas, se viram reduzidas à impotência, impossibilitadas de entre si se guerrearem. Atingindo êste resultado, estava automàticamente extirpada a bárbara usança dos banquetes antropófagos, por se lhes ter estancado a fonte donde lhe vinha o indispensável elemento de vida: — o prisioneiro. Mesmo em tribos que viveram até êstes últimos tempos arredadas de comércio com os civilizados, como a dos Nhambiquara, dos Quêpi-quiri-uáte, dos Parintintim, e outras, e que por iso conservaram em sua primitiva pureza as instituições e os hábitos primitivos, não mais se encontram vestígios nem memória da condenada cerimônia. Por tôda parte havia ela desaparecido do território brasileiro, não como produto de mudanças de opiniões e de sentimentos, provocados pela catequese, mas sim como resultado das profundas modificações introduzidas na vida e nas relações das tribos pelo fato de se acharem elas dominadas por um poder militar infinitamente superior ao seu, que as dizimava e dispersava pela imensa vastidão dos sertões desconhecidos.

Nunca o princípio teológico da intervenção divina para determinar mutações sensíveis e irrecusáveis na alma humana havia sido submetido a prova tão rude como essa; mas também nunca teve êle desmentido mais claro e mais categórico. Por isso mesmo, a ação dos jesuítas, embora sempre designada pela denominação de catequeses, só impressionou os contemporâneos e só se fixou na história pelo que teve de protetora das populações indígenas contra os desmandos e usurpações dos colonizadores.

Infelizmente, porém, o plano de ação delineado e invariàvelmente seguido pelos jesuítas, encerrava o duplo inconveniente de ser o que de mais contrário e de mais prejudicial se podia imaginar contra os interêsses daquelas populações, e o que melhor se prestava às interpretações malévolas de que afinal os padres nada pretendiam senão monopolizar em proveito da Ordem o trabalho forçado do índio.

Semelhante plano consistia em proceder a grandes concentrações de tribos em lugares prèviamente escolhidos pelos missionários, de acôrdo com as conveniências das suas ligações e comércio com os centros civilizados. Atraídos por promessas ou compelidos pela fôrça, os índios abandonavam as suas aldeias, os seus campos,

SciELO

as suas matas e os seus rios, onde tinham a sua vida organizada e a subsistência garantida pelos produtos da caça e da pesca, e vinham aglomerar-se em tôrno da casa dos padres, onde tudo lhes era estranho, indiferente ou infenso, e onde lhes faltavam os estímulos das coisas que, por falarem ao coração e à mente, alimentam no homem a chama da existência.

Assim despovoavam-se as terras do interior; mas com os seus habitantes só se conseguiam formar centros populosos de vida precária e efêmera. Novas levas tinham de descer dos sertões para encher os claros abertos nas precedentes pelas doenças, pela fome, pela tristeza, o que tudo desfechava afinal na morte inexorável e impiedosa.

Foi calamitosa fatalidade a transplantação das tribos de suas aldeias para as reduções dos missionários. A conservação, delas exigia, ao contrário, que fôssem mantidas no seu *habitat*, no meio que lhes era adequado, no ambiente a que as prendiam as velhas raízes do passado, formadas e fortalecidas pelas tradições, pelos hábitos e costumes transmitidos de pais a filhos através de largas gerações. É evidente que todo projeto de transformação dêsses povos, devia antes de mais nada subordinar-se ao pensamento de zelar pela sua conservação: a obra a realizar era fazê-los subir na escala da civilização os degraus que os separavam dos invasores das suas terras, não era exterminá-los. No entanto foi no que ela redundou; foi êsse o fruto inevitável da erradíssima política de arrancar o índio ao seu sertão, de carregar, por assim dizer, o catecúmeno para a casa do missionário, em vez de ir êste ao seu encontro e de na sua própria terra, na sua própria habitação, solicitá-lo à adoção dos sentimentos, dos ideais e das práticas que se lhes pretendiam inculcar. Nunca semelhante plano de ação fôra executado entre outros povos, e na mesma época em que isso se fazia no Brasil, e, em geral, na América, noutras paragens, da Índia, da China e do Japão, a boa regra de ir o missionário ao encontro do catecúmeno, em suas aldeias e povoados, estava sendo seguida por membros dessa mesma Ordem que aqui fundava as reduções.

O outro grave inconveniente dêsse plano resultava da necessidade, a que não podiam fugir os missionários, de proceder a grandes trabalhos de lavoura, e outros, para o fim de angariar meios de subsistência indispensáveis à manutenção das tribos concentradas nos seus estabelecimentos. Tais estabelecimentos apresentavam desde então, por êsse lado, o aspecto de feitorias agrícolas de fins

SciELO

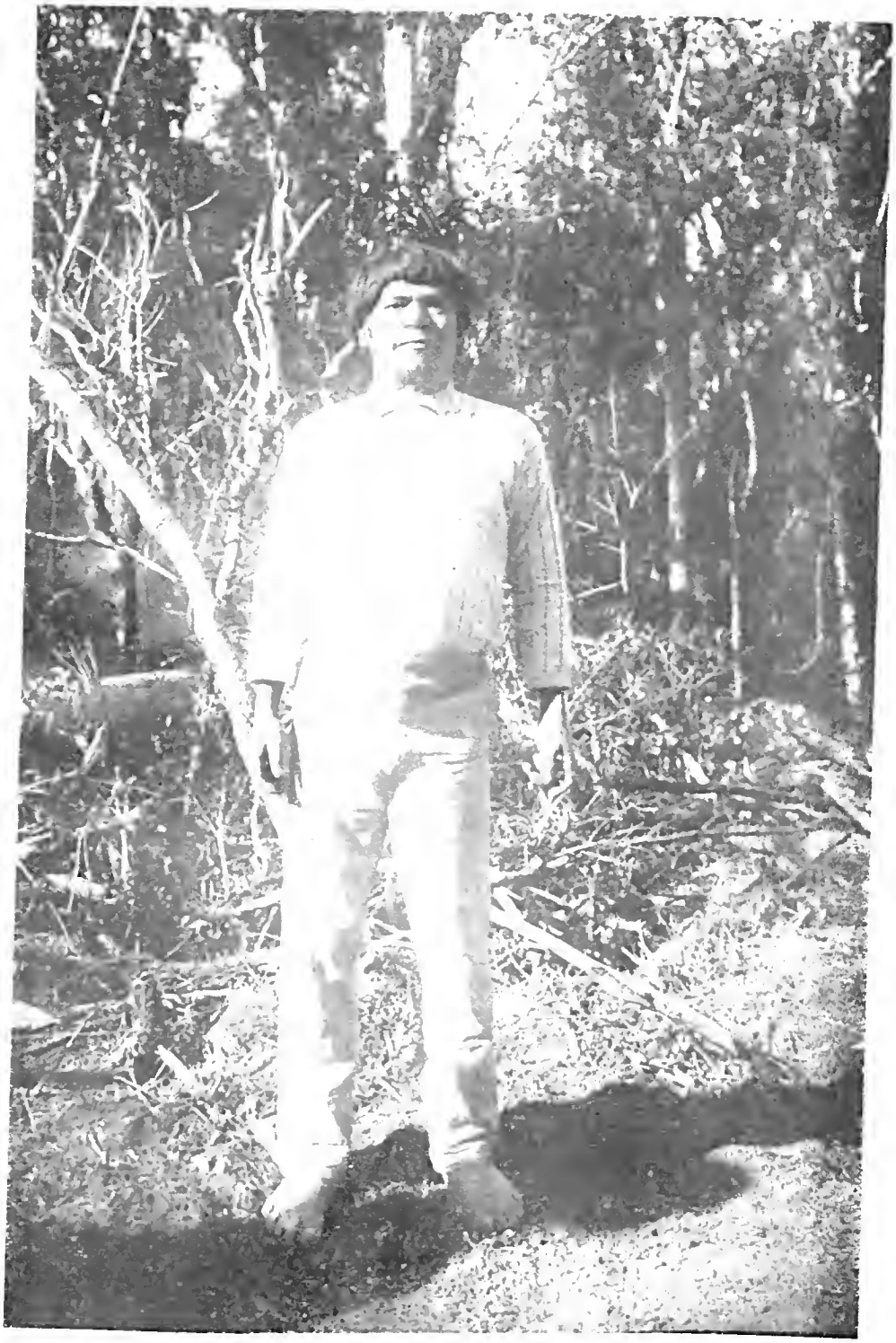
idênticos aos das propriedades dos colonos e tudo concorria para fazer acreditar que outro não era o objetivo dos padres senão granjear riquezas e poderio sob disfarce de obra religiosa e a custa do braço do índio. Não lhes faltaram acusações neste sentido e por tôda a parte levantaram-se contra êles ódios e prevenções dos que só viam nêles competidores privilegiados, que monopolizavam em proveito próprio o trabalho da mísera população escravizada. Daí as contestações e lutas formidáveis entre a Ordem e os colonos, lutas que desfecharam afinal no aniquilamento total da tentativa jesuítica.

Examinada à luz dos resultados positivos, os esforços dos jesuítas, tanto no sentido da catequese, como no da proteção, redundaram em completo insucesso. Quanto aos primeiros, a história não regista, de fato, o nome de um único povo brasileiro que tivesse abraçado a fé católica e por ela tivesse vindo ao seio da civilização e da comunidade brasileira. Quanto aos segundos, para reconhecer a que ponto fracassaram, basta ter presentes as proporções a que atingiu o despovoamento do nosso solo. Tribos inteiras desapareceram, exterminadas até o último homem; das grandes multidões que povoavam o nosso litoral e os nossos rios só restam o nome e a memória dos sofrimentos entre os quais expiraram; de muitas, nem isso subsiste. E das poucas que escaparam à sinistra fogueira, o que se vê são informes destroços recalcados para o fundo dos longínquos sertões, para as cabeceiras quase inatingíveis dos grandes cursos de água, onde vivem em triste e desamparado isolamento.

* * *

Assim as encontrou o glorioso movimento que, em 1822, fundou a independência política da Pátria Brasileira. O imortal criador de obra de tão grande vulto, o sábio José Bonifácio de Andrada e Silva, retomou o estudo do secular problema e numa memória intitulada *Apontamentos para a civilização dos índios bravios do Império do Brasil*, indicou o caminho que havia a seguir para dar-lhe cabal solução. O plano de ação que então traçou, baseou-o o grande estadista em cinco princípios gerais, dos quais os dois primeiros prescreviam: *Justiça*, não esbulhando mais os Índios, pela fôrça, das terras que ainda lhes restam e de que são legítimos senhores, e *brandura, constância e sofrimento de nossa parte*, que nos cumpre como a usurpadores e cristãos.

SciELO



N.º 10 — *Um robusto e altivo tipo de índio Caingangue, da tribo pacificada em* 1911 *pelo Serviço de Proteção aos Índios.*

SciELO

Examinado à luz dêsse documento, e de outros da mesma época, o pensamento político do Patriarca da Independência do Brasil apresenta-se como abrangendo a totalidade dos problemas sociais que a tempestuosa e desregrada colonização européia da América implantara em nossa Pátria. De tais problemas, dois eram de solução urgente, pois entendiam com a própria formação do povo para o qual se projetava levantar o edifício da unidade política: eram êles o da civilização dos índios e o da emancipação dos trabalhadores de origem africana, criminosamente transportados para o nosso Continente e nêle reduzidos ao estado de escravidão. Compreendeu o sábio estadista que enquanto êsses problemas subsistissem, não estaria na verdade fundada a Pátria Brasileira, mas sim um aglomerado de três povos desirmanados, os quais, embora co-habitantes do mesmo solo, permaneceriam, em tudo mais, separados e divergentes, solicitados por sentimentos antagônicos e interêsses opostos. Tornava-se, pois, necessário, antes de mais nada, estabelecer as condições propícias ao surto e desenvolvimento da fraternidade entre os elementos constitutivos do povo brasileiro e foi nesse espírito e para isso conseguir, que o estadista da Independência tratou de promover ao mesmo tempo a civilização geral dos índios e a libertação dos escravos africanos. O seu pensamento neste último sentido, ficou registado noutra memória, a que deu o título de *Representação à Assembléia Geral Constituinte* e *Legislativa do Império do Brasil sôbre a escravatura*.

Nessa memória, o excelso patriota, guiado pelo seu belo aforismo de que — *a sã política é filha da moral e da razão*, — propõe medidas para o estancamento imediato do tráfico de africanos, para a repressão dos rigores e abusos dos senhores contra os escravos, e, afinal, para a gradual e rápida extinção do nefando regímem.

Desgraçadamente a efervescência das paixões políticas incumbiu-se de inutilizar tão generoso esfôrço, de abafar tão magnânimo pensamento. A assembléia constituinte foi dissolvida; José Bonifácio, seus irmãos e amigos, expatriados. Com isso, a marcha dos negócios públicos do Brasil teve outra direção, surgiram homens dominados por outras preocupações e por um tempo o silêncio sepultou no olvido o doloroso problema e a solução que para êle propusera o gênio fecundo do clarividente estadista.

Uma geração teve assim de transcorrer antes que os acontecimentos e a situação geral da consciência do mundo nos forçasse a adotar a abolição do tráfico, e ainda outra geração teve de passar

SciELO

para dar tempo a que se formasse o sentimento popular que acabou sublevando o Brasil inteiro contra a criminosa instituição e forçando o govêrno a baixar a lei redentora de 13 de maio de 1888 que, num só artigo peremptório, declarou extinta a escravidão.

Estava, pois, realizada, ao cabo de 66 anos de independência política, uma das partes do programa formulado por José Bonifácio para — "formar em poucas gerações uma Nação homogênea, verdadeiramente livre, respeitável e feliz"; — a outra parte, porém, a relativa à civilização dos índios, continuava à espera do pulso poderoso que a tirasse da região dos sonhos e a instalasse no mundo das vivas realidades. Isso não ocorreu no tempo do Império, embora houvesse êle podido, em seu berço, ouvir o éco da obra grandiosa de Guido Marlière e tivesse visto surgir, ao longo da sua cansada existência, um Arouche Rendon, um Machado de Oliveira, um Couto de Magalhães, um Barbosa Rodrigues e outros generosos lutadores da causa do Índio. Veio a República, e através do vulto gigantesco do seu glorioso fundador, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, tornaram-se mais ouvidos os conselhos e os apelos que à consciência nacional dirigiam os Apóstolos da Humanidade, discípulos de Augusto Comte, para que se retomasse o programa de José Bonifácio e se o executasse com a amplitude dos novos horizontes abertos às iniciativas humanas, pelo conhecimento das leis naturais que regulam os fenômenos políticos e morais.

Um homem houve que, retemperada nessa forja de portentosos ideais a sua bela alma de brasileiro, foi, por um benigno Destino, colocado em situação de poder executar quantas inspirações lhe brotavam da mente esclarecida e do forte coração a favor da pobre raça desprotegida e proscrita. Nessa obra veio êle despendendo os dias da sua existência durante mais de 30 anos de convívio ininterrupto com as agruras do sertão e no trato íntimo com as tribos dos mais variados graus de civilização, desde as que já se encontravam em promiscuidade mais ou menos estreita com os moradores das fazendas, dos povoados ou das cidades, até as que ainda viviam isoladas no fundo de suas florestas primitivas, em longínquas paragens quase inacessíveis, onde, com a pureza dos constumes e das instituições herdadas dos seus maiores, conservavam a vida e o recato de suas mulheres e filhas, assim preservadas de contactos infames e deletérios com os maus elementos da nossa gente e da nossa civilização.

Em tão longo e incessante tirocínio, pôde êsse homem, êsse emérito brasileiro, o General Rondon, despertar por fim a cons-

SciELO

ciência nacional e chamar para o problema indígena a atenção dos que na sua Pátria tinham a investidura dos altos cargos públicos. Ocupava então o pôsto de mais destaque na magistratura do país o Dr. Nilo Peçanha, alma de verdadeiro republicano, que sentiu ser a índole e o destino dêsse regímem político fundar e fomentar a fraternidade entre os filhos da mesma terra; e era um dos seus principais auxiliares outro sincero republicano, o Ministro Rodolfo Miranda.

Encontrando-se assim reunidos num mesmo e feliz instante da vida política da sua Pátria, êsses três brasileiros deram-se as mãos e conjugaram os melhores esforços de suas naturezas, no afã de transformarem em fúlgida realidade a parte ainda não executada do grandioso programa de José Bonifácio.

Foi assim que, antes de terminada a terceira geração das que no Brasil transcorreram sob o regímen criado pelo Patriarca da Independência, abordou-se a solução racional do multissecular problema de incorporar à nossa civilização os núcleos ainda existentes da população autóctone da nossa terra. Consiste essa solução, no que ela visa de mais essencial e de mais urgente, em cercar as tribos de garantias que as desoprimam das ameaças e dos atos de extermínio ditados pela cobiça e pelas más paixões dos civilizados. Por isso, a primeira e a mais premente ação, tem de exercer-se sôbre os elementos da população de origem européia, para o fim de obstar que êles prossigam no movimento de invasão tumultuária e violenta dos sertões habitados por índios. Só depois de criadas nessas longínquas e rudes paragens as condições de calma e de segurança no que de mais elementar se exige para ser possível manter-se e expandir-se a vida humana, é que, com proveito, se deve iniciar a obra de aproximação que porá em contacto os representantes das duas civilizações, com visos de a mais adiantada prevalecer e substituir a mais atrasada. O sentimento que sustenta e guia tôda esta ação é que semelhante obra colima atingir e melhorar a situação da parte mais fraca, sem outro cálculo senão o de servi-la, sem outra remuneração senão o de erguê-lo do profundo abatimento e da infinita miséria em que a lançou o devastador incêndio que foi a conquista e a ocupação das suas terras. Não é o suposto interêsse da civilização o que se visa: mas sim o interêsse real, definido e palpável das pobres populações, a cujo serviço se quer pôr essa civilização. Não é a ambição, pouco menos do que pueril, de conquistar entre mentalidades apenas balbuciantes a sombra de prosélitos para nossas doutrinas e crenças; mas sim a vontade de tirar dessas doutrinas e cren-

SciELO

ças as normas e os incentivos da nossa própria conduta em proveito dêsses a quem queremos servir. Não é a cobiça de aumentar a riqueza do país pelo aproveitamento do esfôrço de tanta gente em trabalhos cujos produtos alcançam valor venal nos mercados do mundo: mas antes o desejo de pôr tôdas as riquezas e todo o poder das nossas indústrias ao serviço dessa gente, para que se lhe mitiguem as asperezas da vida presente e as dores da miséria passada. É, em uma palavra, obra de reparação, obra de restauração, tal como convém a filhos de usurpadores que anseiam emendar as faltas de seus maiores, estendendo a mão poderosa, que tudo pode dar e de nada precisa, aos filhos dos antigos oprimidos e que com êsse gesto de fraternal inspiração esperam fazer penetrar um raio de luz no negrume do passado sombrio.

Guiado por êste pensamento, o govêrno do Brasil criou em 1910 o Serviço de Proteção aos Índios, destinado a velar pelas tribos nos sertões em que elas se encontram, de modo a livrá-las das perseguições e esbulhos que as vinham flagelando desde os tempos do Descobrimento; a assegurar-lhes a posse das terras que ocupam e de que precisam como fundamento de sua própria existência; a proporcionar-lhes meios de melhorar as condições da vida e do trabalho, pela introdução entre elas do nosso modo de construir as residências, do manejo dos utensílios domésticos, do emprêgo das ferramentas e instrumentos de uso rudimentar, da criação e utilização dos animais domésticos de grande e pequeno porte; a aplainar-lhes o caminho nos progressos de ordem moral e intelectual mediante, não só a vigilância e a disciplina das suas relações com os civilizados, mas também pela implantação de um ensino, tão ativo, quanto possível, de artes, ofícios e primeiras letras.

Da ação orientada por êste plano geral deve resultar, se ela fôr sustentada e prosseguida pelo tempo necessário, não só a conservação do que resta do primitivo e flagiciado povo americano, mas também o seu encaminhamento na trilha das sucessivas transformações morais, intelectuais e práticas, que o farão atingir por fim o nível em que se acham as massas de trabalhadores rurais que constituem o grosso da população brasileira. Alcançado êsse ponto, já não haverá motivo, nem modo, de se distinguirem separações entre os filhos de nossa terra: todos unidos, formando um só corpo, beberão, ao som da mesma língua, o ensino comum que lhes insculpirá nos corações e nas mentes o ideal único para cujo serviço foi argamassada a Nação pela mão poderosa de José Bonifácio.

SciELO

Para o desempenho da incumbência que lhe coube, teve o Serviço de Proteção aos Índios de distribuir a população aborígene em três grandes grupos, càracterizados pela natureza das relações em que se encontram com a nossa civilização. Os trabalhos a realizar e o modo de nos conduzirmos com êles, dependem das características gerais de cada um dêsses grupos.

O primeiro dêles é formado pelos índios que vivem promìscuamente com os civilizados: falam português, trabalham em fazendas, sabem lidar com dinheiro e possuem uma idéia da nossa organização social no que ela tem de mais fundamental e de mais evidente. Contudo, ainda conservam os laços da antiga existência *tribal,* embora afrouxados e tornados inconscientes em pontos essenciais; praticam os velhos ritos da sua religião primitiva, mais ou menos desfigurados e acrescidos de práticas tiradas do que vêem nos povoados e vilas do interior, ou do que outrora lhes tentaram ensinar sôbre o culto católico; usam dois nomes para cada indivíduo, um da sua língua, destinado às relações internas da tribo, outro da nossa onomástica vulgar, destinado às relações com os civilizados; entre si, nas suas comunicações internas, nos seus cantos, nas suas festas, empregam o seu idioma original, a tal ponto que as crianças só muito tardiamente aprendem o português e das mulheres algumas o ignoram sempre.

Do conjunto destas e de outras circunstâncias menos salientes, resulta que tais agrupamentos já não são mantidos nem fortalecidos pelas fôrças de coesão e de disciplina que existiam na decaída organização *tribal,* mas que também ainda não receberam suficiente amparo da ordem social em cujo seio vivem, por ainda não terem atingido a inteira e indispensável assimilação da mentalidade correspondente.

Daí, os variados e dolorosos padecimentos morais e práticos que os afligem; a desorganização das famílias, a degradação das mulheres, o alcoolismo, as doenças mortíferas e repugnantes, a miséria física e por fim a morte. E para agravar tão triste situação, ninguém, nem mesmo as autoridades públicas, se considera obrigado a deveres quando trata com êles: os comerciantes ultrapassam os limites da faculdade que se atribuem de fraudar nos preços, nas medidas e na qualidade das mercadorias; os patrões nunca se pejam de lhes marcar salários irrisórios e de nem mesmo de êsses serem exatos pagadores; e as autoridades não lhes ouvem as queixas, mas sempre recebem como provado o que contra êles alega qualquer

SciELO

civilizado. Para os amparar, os princípios e as leis sôbre que se fundam a liberdade individual, o pudor feminino, a aquisição e a conservação da propriedade, principalmente imobiliária, nunca se aplicam; são disposições mortas, inexistentes.

A ação protetora a favor dêstes grupos faz-se em grandes propriedades territoriais para as quais êles voluntàriamente afluem, à medida que vão conhecendo as vantagens que nelas o govêrno lhes oferece a título gratuito. Ali êles têm as terras de que precisam para as suas lavouras, casas de moradia, cuidados higiênicos, tratamento médico, escolas, auxílios de tôda natureza em seus trabalhos no sentido de serem êstes ampliados e tornados mais produtivos, mais proveitosos, e assistência em suas relações com as autoridades, com os negociantes, com os civilizados, visando acobertá-los de injustiças, violências e fraudes.

Do ambiente que assim se lhes proporciona resulta, não só a melhoria imediata das condições materiais da vida, mas também a possibilidade de surgirem progressos de ordem moral e intelectual, como expressão final do bem estar presente, da segurança no futuro, e do incentivo de verem cercados de estima, de respeito e de carinhos as suas pessoas, as suas famílias e as suas instituições.

O segundo grupo é constituído por tribos que admitem relações pacíficas, de intercâmbio comercial, com os civilizados, mas vivem em longínquos sertões, para os lados das cabeceiras de rios de difícil acesso, em pontos que lhes facilitam evitar a assiduidade dos contactos desorganizadores e deletérios da nossa gente e dos nossos povoados. Entre os índios dêsse grupo a organização tribal subsiste ainda com vigor bastante para manter de pé o primitivo edifício social. Entre êles domina, pràticamente incontrastado, o idioma original: às vêzes, no meio dêles nenhum compreende o português. A instituição da família e o uso das velhas práticas fetichistas conservam-se quase inalteráveis, como as viram nascer e as deixaram as antigas gerações.

A ação protetora a favor dêste grupo consiste, antes de mais nada, em assegurar-lhe a propriedade legal das terras em que habita, na intenção de prevenir e afastar as futuras perturbações que lhe adviriam dos cúpidos invasores de sertões que nunca tardam a afluir para onde alguma possibilidade de riqueza desponta. Em seguida, semelhante ação desdobra-se em esforços para desenvolver, intensificar e tornar plenamente profícuas, as relações entre as duas populações; aplica-se em aproximá-las uma da outra, com os cui-

SciELO

dados para que de tal aproximação só resultem benefícios para ambas e evitem-se os males cuja irrupção o penoso e esterilizante isolamento de dantes só conseguia adiar.

O terceiro e último grupo é constituido das tribos inteiramente selvagens, que, não só vivem insuladas em sertões fechados ao acesso do homem civilizado, mas também repelem, de armas na mão, as tentativas de nossa gente no sentido de quebrar êsse insulamento. São essas as tribos que conservam mais puros os costumes, instituições e idiomas primitivos. Algumas foram encontradas pelo General Rondon em tão completo alheamento a tudo quando respeita à nossa civilização, que ainda se achavam em plena idade da pedra, e ignoravam a existência dos instrumentos de ferro.

Do ponto de vista da ação nossa sôbre elas, há necessidade de se as distinguir em dois grandes grupos determinados pelas condições em que se encontram os sertões que habitam. Ou êstes se acham tão afastados dos núcleos civilizados que de todo não há contactos entre os seus habitantes e a nossa civilização, ou, pelo contrário, os nossos estabelecimentos já se aproximaram tanto dêles que êsses contactos se tornam inevitáveis e são cada vez mais numerosos e mais intensos.

O primeiro caso não é o que reclama com maior urgência a nossa intervenção, nem é também o que nos dará mais trabalho e nos oferecerá maiores perigos quando soar a hora de o abordarmos. Tais índios não têm contra nós outra prevenção, nem outra desconfiança, senão a que resulta de lhes sermos desconhecidos e estranhos; mas em compensação, está em nosso poder oferecer-lhes vantagens tão grandes, com os nossos instrumentos de ferro, o nosso meio simples e facílimo de fazer fogo, a abundância e a variedade de nossos alimentos, os nossos agasalhos, e de exercer sôbre a sua imaginação tanta fascinação com as nossas fiadas de contas vistosas e com a nossa música de gramofone ou de harmônica, que nenhuma dificuldade encontramos em desvanecer tais prevenções e desconfianças, e de fazermos surgir em seu lugar os laços da amizade e a fôrça da ascendência livremente aceita e reconhecida.

Ao contrário dêsse, o segundo caso apresenta-se-nos inçado de dificuldades e perigos; reclama soluções urgentes e não admite as delongas que seriam exigidas por trabalhos preparatórios claramente indicados por um sadio conhecimento do problema. Tão más condições resultam do fato de já se haver pronunciado o movimento de invasão das terras dessas tribos por elementos da nossa

cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

civilização, nos quais a perspectiva da prêsa opima abafa e extingue todo sentimento de justiça e todos os reclamos da Humanidade a favor dos míseros despojados. Anda então acesa a guerra entre os que defendem os seus domínios, e com êles a vida de suas mulheres e filhas, e os que os pretendem tomar e nesse intuito levam tudo a ferro e fogo. As prevenções aqui são grandes e quase irreparáveis, tanto de um lado como de outro. Nenhuma palavra de clemência, nenhum apêlo ao bom-senso, nenhum movimento de calma encontra guarida num e noutro campo. Mùtuamente perseguem-se, exterminam-se e temem-se, e o terror, recrudescendo cada vez mais, exacerba o ódio e a recíproca crueldade.

É no meio dessa fogueira que o Serviço Federal de Proteção aos Índios tem de lançar-se, com a presteza e a desenvoltura de movimentos requeridos pela gravidade do caso que ameaça desfechar no total aniquilamento das tribos. O seu primeiro esfôrço é sempre no sentido de suprimir as provocações e os assaltos de iniciativa dos civilizados, e atrair para um ponto escolhido a atenção dos selvícolas, e de tal forma apoderar-se dela e absorvê-la que de todo os faça esquecer as antigas preocupações e os lugares em que andavam pelejando.

Mas isso não basta: é preciso mais entrar em relações amistosas com êsses índios; é preciso ter com êles contactos imediatos e contínuos, para exercer sôbre os seus espíritos uma ação direta e progressivamente modificadora; é preciso conquistar-lhes a amizade e a confiança, e sôbre elas edificar um sólido prestígio moral que no-los permita afastar definitivamente do sentimento guerreiro de ódio e de vingança contra os seus adversários. É preciso, em uma palavra, apaziguar os sertões, e isso tem de ser conseguido pelo Serviço de Proteção só com o emprêgo de meios brandos, inspirados e inspiradores de sentimentos de fraternidade, com exclusão total, e enímoda do uso de qualquer violência, de qualquer compressão física, direta ou indireta; de tôda idéia, vã e contraproducente, de ferir a imaginação do selvícola pela demonstração da superioridade dos nossos recursos militares. Como isso se consegue; como isso tem sido conseguido pelo Serviço de Proteção em paragens selváticas de todos os Estados do Brasil, eu o explicarei descrevendo o que se fêz num dos primeiros casos que fomos chamados a resolver e que, por muitos motivos, teve grande repercussão em todo o país.

Na parte oeste do Estado de S. Paulo havia, ainda no quarto lustro do regímem republicano, uma vasta região que, partindo da

SciELO

margem esquerda do Paraná e estendendo-se terras a dentro, entre o Tieté e o Paranapanema, até compreender o curso inteiro de dois outros rios consideráveis, o Aguapeí e o Peixe, se inscrevia nos mapas geográficos sob o título: território desconhecido, habitado por índios. Assim era porque ali tinha os seus domínios invioláveis uma das tribos mais belicosas de quantas existiram em terras do Brasil. O público dava-lhe a denominação de tribo dos Coroados, mas a seu respeito nada mais sabia senão que era irreprimível e temerosa na represália e desforra contra qualquer mal que se lhes fizesse. Uma ou mais tentativas de abordá-la, falharam por completo, deixando de si triste e dolorosa lembrança. Haviam sido mal projetadas, sôbre bases falsas e hipóteses errôneas; haviam sido, na prática, ainda mais mal conduzidas: era fatal, portanto, que tivessem o fim que tiveram.

Não o entendeu, porém, assim o público. Contra tôda a justiça, tirou dêsses fatos a conclusão de que os *Coroado* constituiam uma raça à parte, à margem da Humanidade, caracterizada por excepcional instinto de insociabilidade que nunca lhes permitiria entrar em relações pacíficas e de amizade com os demais povos e com a nossa civilização. Para fortalecer tão falsa quanto perniciosa opinião, buscou-se o prestígio da ciência, torturando-a nos seus objetivos e nos seus fundamentos, e pela voz de um doutor estrangeiro afirmou-se que ela ensinava terem êsses e outros índios do Brasil índole feroz e serem por isso irredutíveis a sentimentos de sociabilidade com a nação civilizada, motivo pelo qual cumpria ao Govêrno dirigir contra êles a fôrça militar até exterminá-los e varrê-los da superfície da Terra.

Já por êsse tempo iam adiantados os trabalhos de construção da estrada de ferro que, de S. Paulo, seguia em demanda de um ponto da margem esquerda do Paraguai, no estado de Mato-Grosso. Lançava-se ela através da região desconhecida, habitada pela tribo dos *Coroado*, e, rasgando a floresta secular, aproximava-se dia a dia do Paraná, além do qual só encontraria o chão fácil dos vastos descampados. Mas enquanto lá não chegava, tinha ela que se haver com enormes tropeços decorrentes do fato de se achar em terras dos temerosos guerreiros.

Sucediam-se os assaltos e as represálias de lado a lado. Por tôda a parte pairava a morte e a devastação dos incêndios. A ameaça impedia a cada instante sôbre tôdas as cabeças; o mêdo tolhia os movimentos; o pavor do desconhecido, pois só a imaginação

SciELO

pode ver o que vai por detrás da cortina do infinito arvoredo, desorganizava o trabalho e paralizava as obras.

Foi nesta ocasião que o Serviço de Proteção, ensaiando ainda os seus primeiros passos, pois acabava apenas de ser chamado à vida pelos seus beneméritos fundadores, teve de comparecer para fazer cessar naqueles sertões as lutas e estancar o sangue dos morticínios; para extinguir o fragor das batalhas e emudecer os brados de ódio e de vingança, e em seu lugar fazer ouvir os apêlos aos sentimentos de Humanidade de ambos os lados.

Coube a glória de arcar com as dificuldades e os imprevistos desta súbita improvisação, e de galhardamente vencê-los, a um distinto oficial do exército brasileiro, o tenente, hoje Capitão Manuel Rabelo, patriota de magnânimo coração e de espírito aberto às generosas inspirações da verdadeira ciência, alicerce das boas e sadias construções do nosso altruísmo. Êle aplacou o ímpeto do incêndio que lavrava por tôda a vastidão daquele território e manifestava-se, não só ao longo do traçado da via férrea, numa frente de quase 300 quilômetros, mas também muito distante dali, para os lados do Paranapanema, na zona que só mais tarde seria cortada pela linha que hoje liga Salto Grande a Pôrto Tibiriçá. Com êsses e outros grandes trabalhos de sua iniciativa, tornou êle possível ao seu substituto e continuador conseguir em menos de seis meses aquilo que todos proclamavam ser inatingível: o estabelecimento de relações pacíficas e amistosas com a tão malsinada tribo dos Coroado.

Tão belo resultado alcançou-se pelo seguinte processo:

Baseado em prévia exploração da floresta nos pontos em que mais freqüentemente se manifestava a atividade dos índios, decidiu-se fundar um acampamento destinado a atrair a atenção dos selvícolas e proporcionar-lhes os meios de descobrirem as intenções pacíficas e benévolas dos seus novos amigos. O lugar escolhido para tal instalação foi à margem de um riacho, no passo para onde convergiam vários caminhos vindos de aldeias longínquas. Aí derrubou-se a mata secular, abrindo-se uma clareira retangular de 200 metros de largo por 300 de comprido. No centro dêsse quadrilátero, desembaraçado a fogo da galhada e troncos das árvores caídas, consruíram-se pequenos ranchos de estipes de coqueiros lascados ao meio, cobertos de palha e sem divisões internas. Serviam de residência ao chefe do serviço e aos seus auxiliares, num total que nunca excedeu de dôze pessoas; de arrecadação de víveres,

SciELO

brindes e outros artigos, cozinha, refeitórios, etc. O perímetro dêsse quadrilátero era cercado a arame farpado, além de protegido pelo intrincado dos ramos de muitas árvores abatidas. À noite era iluminado a lampeões de querosene, que se traziam sempre acesos, enquanto o centro jazia em profunda escuridão. O objetivo de tais cuidados era afastar, tanto quanto possível, as probabilidades de um assalto dos índios, o que certamente se alcançaria tirando-lhes os ensejos de executarem alguns dêsses passes de surprêsa em que são exímios e sem os quais os seus guerreiros, armados de arco e flecha, nunca nos molestariam.

Êles traziam o acampamento sob estreita e incessante vigilância, espiando noite e dia, com paciência infindável, o momento em que um nosso descuido lhes propiciaria a desejada oportunidade de desferirem o golpe da sua infalível estratégia. A luz do dia era-lhes desfavorável: forçava-os a embrenharem-se na mata e a só de longe observarem-nos, às vêzes por seus espias enrodilhados na copa de algum coqueiro. Mas a noite fazia-os ousados e empreendedores: vinham até próximo da nossa cêrca, a princípio sorrateiramente, enquanto esperavam surpreender-nos; depois ameaçadores, soltando brados enormes e fazendo troar a mata com pancadas dos seus tacapes temerosos, os formidáveis guarantãs, contra os troncos das árvores. É que nos encontravam sempre vigilantes e atentos: ao menos era essa a impressão que lhes causavam as vozes, os cantos, as músicas que incessantemente ouviam sair do centro escuro do acampamento. O que certamente os pasmava, era que nós nem descontinuávamos a nossa vigilância, nem deixávamos transparecer a menor sombra de mêdo, mesmo nas ocasiões das mais impetuosas ameaças. Tão grande efeito custava-nos no entanto, ao contrário do que pensavam, muito pequeno esfôrço; era só um de nós que ficava a fazer funcionar o gramofone, no qual se sucediam chapas adrede escolhidas para darem a impressão de haver muita gente acordada, rindo e folgando despreocupadamente.

Ao bom efeito que sôbre êles causava o fato de não nos amedrontarmos e de não repelirmos a tiros as suas ameaças, juntávamos os presentes que íamos de dia pôr ao alcance de suas mãos, no interior da floresta. Para êsse fim seguíamos por um dos caminhos até encontrarmos lugares em que não lhes fôsse possível suspeitarem alguma cilada ou má intenção de nossa parte. Nesses lugares fazíamos alguma construção ligeira, um girau, ou uma pequena coberta de fôlhas de coqueiro, e nela colocávamos os presentes, arranjado tudo de tal forma que arraigasse em todo e qualquer en-

SciELO

tendimento humano a compreensão de se tratar de brindes voluntária e muito calculadamente oferecidos, e não de objetos deixados por acaso ou esquecimento. Tais brindes constavam de machados, facões, tecidos, contas e outras quinquilharias. Entre êles, porém, não devia figurar nenhuma substância alimentícia, porque o selvícola não se serviria dela, mas ficaria suspeitoso de que o queríamos envenenar.

No entanto não podíamos descurar de meio tão eficaz de captar a boa vontade dessas populações como é êsse de lhes proporcionar alimentos fáceis e abundantes. A dificuldade estava em descobrirmos o meio de fazer-lhes oferta de tal natureza dando-lhes ao mesmo tempo a segurança de que a nenhum risco se expunham aceitando-a. Foi o que conseguimos alargando mais a nossa derrubada para na terra assim desbravada plantarmos milho e abóboras, dispostas as coisas de tal arte que fôsse fácil aos índios compreenderem a nossa benévola intenção. Em fins de janeiro de 1912 já essas plantações começavam a produzir os seus frutos mais preciosos, porque de tôda a parte afluíam os moradores das aldeias atraídos pela tentação de aproveitarem aquela imprevista vantagem de abastecerem-se à vontade de milho verde, alimento que lhes é familiar, como a todos os autóctones do Brasil, onde são nativas três variedades dessa gramínea, que se distinguem pelas côres, branca, roxo-escura, quase negra, e rubro-"grenat", das respectivas espigas.

A experiência acabou convencendo-os de que nada teriam de recear de nossa parte. Os mais corajosos vieram, pois, instalar-se, com suas famílias, nas proximidades da roça a fim de se aliviarem do penoso trabalho do transporte das suas colheitas para as longínquas paragens das aldeias. Contudo, não cessava a espionagem em tôrno do acampamento, nem as movimentadas vigílias noturnas. A nossa coragem e a firmeza da nossa resolução de nunca usarmos da violência, de não cedermos às ameaças, mas também de não revidarmos a elas, eram constantemente postas à prova, com tanta pertinácia e ímpeto que nem todos nossos companheiros de acampamento conseguiam dominar-se. Era então que o gramofone nos prestava os mais assinalados serviços, enchendo os ares de sons de ruidosas gargalhadas e de cantos alegres que, ouvidos de longe por pessoas ignorantes do artifício, valiam como evidentes atestados do desprêzo que a tantos perigos votavam os que se achavam cercados.

As matas levantam-se diante de nossos olhos como grandes e impenetráveis muralhas atrás das quais o mistério nos espreita. A

SciELO

N.º 1 — Vista geral do acampamento do Ribeirão dos Patos, localizado a poucos quilômetros da Estação de Hector Legru, hoje Promissão, na E.F. Noroeste do Brasil.

SciELO

N.º 2 — A velha e dedicada india Vanuire, Caingangue do Estado do Paraná, a cuja ação muito se deve o êxito alcançado com a pacificação dos Caingangue de S. Paulo.

SciELO

nossa imaginação excita-se e povoa de fantasmas e de pavores a região que a nossa vista não pode devassar. Os enormes troncos sombrios parecem comparsas silenciosos, inflexíveis, do frio drama em que nos sentimos envolvidos e que prestes nos vai aniquilar.

Fôsse outro o gênio da floresta, quisesse ela desvendar-nos os seus segredos, e veríamos que naquele momento as ameaças de assalto, que incessantemente recrudesciam, visavam outro efeito: — o que pretendiam já não era o massacre, mas tirar a limpo a nossa fidelidade aos princípios pacíficos que a nossa conduta vinha inculcando. Naquelas horas, em que tudo em tôrno de nós parecia respirar ódio e concentrar-se na sêde de vingança, não podíamos suspeitar que distância enorme separava o que víamos do que na realidade se passava entre os índios. É que também lá se haviam, por fim, formado dois partidos: um que aceitava as nossas manifestações de amizade e interpretava-as como promessas em que todos se podiam fiar, de terem boa e fraternal acolhida de nossa parte; outro, que entendia serem enganadoras as nossas atitudes e não visarem outro fim senão o total e impiedoso extermínio da tribo. Os homens dêste último partido nada mais almejavam do que um ato nosso que lhes desse razão, e para que o praticássemos redobravam as provocações. Os do outro, queriam confirmar-se no seu pensamento, e punham a prova a nossa paciência e a firmeza da nossa resolução.

Havia, felizmente, do lado dêste partido uma velha muito acatada pelo alto valor profético que todos reconheciam existir nos seus sonhos. E essa boa velhinha sonhou que os seus irmãos vinham ao nosso acampamento, eram recebidos como amigos, entre festas e alegrias, e retiravam-se carregados de coisas preciosas: machados a cujos golpes qualquer árvore tombava sem custo; contas de tôdas as côres, mas sobretudo brancas, muito brancas, que em colares de infinitas voltas realçavam a beleza das mulheres e davam às moças graças infinitas.

Não era necessário mais, talvez mesmo nem tanto, para dar à questão o golpe que a tinha de resolver definitivamente. E foi o que aconteceu, quando à plena luz do sol de 19 de março de 1912, a pe-
de coisa que muito ambicionava.
daquele arroz insôsso. Foi quanto bastou para os índios também comerem, e o fizeram com o alvorôto de quem afinal se apropria quena guarnição daquele acampamento perdido na solidão da mata virgem, viu, quase maravilhada, apresentarem-se no descampado da roça, e depois encaminharem-se para o recinto cercado, nove

homens, inteiramente desarmados, mãos livres, corpo despido e liso da cabeça aos pés. Eram os primeiros mensageiros da paz, havia tanto tempo esperados e, a custo de tantos trabalhos, sobressaltos e perigos, buscados e solicitados para aquêle instante feliz.

Dizer entre que transportes de alegria foram êles recebidos é impossível; descrever como se portaram, o que admiravam, dentre tantas coisas que viam pela primeira vez, seria longo e fastidioso. Bastam duas referências, uma para pintar a circunspeta prudência dêsses homens, e outra para dar idéia do valor que para êles têm os produtos da nossa indústria, mesmo nos artigos que nos são mais familiares e de que nos servimos desatentos.

No afã de os obsequiar e de lhes mostrarmos a grandeza da nossa alegria, transformávamos tudo que tínhamos no acampamento em objetos de dádivas, e com êles os brindávamos. Não nos esquecemos de comidas: mandamos vir feijão, arroz e mandioca, simplesmente cozidos em água, sem sal nem gordura. Êles, porém, não os quiseram aceitar. Vendo isso, teve alguém a intuição de que a recusa traduzia apenas a desconfiança de que se achassem envenenados os alimentos. Era necessário desvanecer tal suspeita: à vista de todos, tomou uma colher e pôs-se a comer daquele feijão e

O outro traço entende-se com o indescritível interêsse que lhes causou o fósforo. Quando viram a facilidade que temos em produzir a chama viva e crepitante, mostraram-se deslumbrados. Estendiam as mãos calosas, espalmadas, para que víssemos os vestígios que nelas havia do enorme trabalho que para êles era tirar uma incerta e fugitiva centelha do atrito reiterado, sôbre uma peça de madeira, da ponta de uma varêta que fazem rolar entre as duas palmas, em incessante e rápido movimento de vai-vem. Por isso, dos presentes que lhes fazíamos, a nenhum prezavam mais do que as caixinhas de fósforos, e, inexperientes no modo de usá-los, catavam os que, por já riscados, atirávamos ao chão, pensando que ainda serviriam. Quando, mais tarde, conheceram o dano que lhes causava a humidade, deram para envolver as caixinhas em fôlhas sêcas e fibras vegetais com tão apurado cuidado que mesmo caindo na água ficavam os palitos intactos e enxutos.

Convém aqui dizer que entre os índios encontramos em germem as instituições que em ponto grande e desenvolvidas existem na nossa sociedade. Assim, vemos lá a separação dos ofícios: — há uns, e são os mais pesados e os mais arriscados, da competência dos homens e só êles os exercem; outros cabem às mulheres. Quanto

SciELO

ao fogo, por exemplo, pertence aos homens o trabalho de fazê-lo surgir do atrito das duas peças de madeira; é da alçada das mulheres alimentá-lo e conservá-lo, o que fazem com vistas de afastar o mais possível as ocasiões de êle extinguir-se. Há a regularização das relações matrimoniais com a previsão de interditos para os casos que entre nós são considerados incestuosos. Há a família em estado de organização já muito adiantado e plenamente desenvolvidos os sentimentos e as relações entre os esposos, pais e filhos, irmãos, tios e primos. Há a noção e o estrito respeito da propriedade privada para todos os objetos de uso individual, como os arços, as flechas, os ornamentos, as tangas e mesmo para os artigos de uso familiar, como as panelas, os balaios, as provisões de bôca, conservadas pelo processo do moquém, e outros.

A essa visita inicial, de 19 de março de 1912, seguiram-se outras. Do nosso acampamento saíram também alguns moços destemidos e ardorosos para irem às aldeias retribuir as visitas de paz e por tôdas elas lançar a semente da boa vontade e da amizade que havia nascido entre os dois povos. E essas relações amiudaram-se, estreitaram-se, tornaram-se sólidas e são hoje, ao fim de treze anos de duração inalterável, tão inabaláveis como as melhores construções brotadas do gênio benfazejo da Humanidade.

* * *

E ali temos, num exemplo estrondoso pela notoridade com que nêle se juntavam e culminavam as dificuldades do problema que resolveu, mas que não ficou isolado porque idêntica solução se reproduziu em casos difíceis como o dos Uaimiri, dos Botocudo, dos Barbado, dos Parintintim e de outras tribos guerreiras, como o Serviço republicano de Proteção aos Índios alcança modificar os selvícolas dêste grupo e colocá-los em situação de receberem os benefícios da nossa civilização. Se o amparo de tal assistência não se descontinuar, nem se extraviar por veredas divergentes do primitivo roteiro, puro e nítido, por êle serão essas populações trazidas afinal, sem dores nem descaídas, ao nível mental e moral em que se encontra o meio social onde se engendra a prole inteira que povoa as terras do Brasil e nesse dia estará terminada a fusão e o caldeamento das raças com que sonhou José Bonifácio quando, em 1822, lançou os fundamentos da nacionalidade brasileira.

É no seio dessa nacionalidade que se forjam os grandes ideais de fraternidade universal que nos fazem desde já simpatizar com

tudo quanto de grande e belo vemos nesse sentido brotar, crescer e florir entre os povos nossos irmãos dêste Continente, do Ocidente e da Terra inteira. De tão beneméritos pioneiros da mais alta sublimação da idealidade humana nenhum excedeu ainda a vós outros, uruguaios, pelo muito que já realizastes e estais realizando. Ainda ontem eu ouvia, embevecido de entusiasmo, a palavra arrebatadora de um dos vossos homens eminentes, o ex-Presidente D. Baltazar Brum, pregar a política de paz entre os povos da Terra e ensinar o caminho que temos de seguir para estreitarmo-nos todos nos laços de sincera e duradoura fraternidade; ouvi-o, em seguida, descorrer sôbre as instituições sociais que concretizam em realizações tangíveis as encantadoras inspirações da alma altruística do povo uruguaio. Compreendi então, mais vivamente do que nunca, que vós, uruguaios, e nós, brasileiros, pelo coração, pela fôrça e pela capacidade de amarmos e querermos o bem, encontramo-nos em mais estreita comunhão de aspirações do que nenhum outro elemento da grande família humana.

A nossa obra republicana de Proteção aos Índios, tal como pàlidamente vo-la acabo de descrever, pode ser considerada como um esfôrço do povo brasileiro para acompanhar e secundar os esforços dos povos irmãos, e principalmente do Uruguaio, de implantar no mundo uma política guiada pelos altos interêsses da sociabilidade humana, inspirada pelos mais sublimes ditames da bondade e do amor universal.

Que vós todos que me ouvis, dando vida à minha pálida palavra e tirando-a da triste forma de crisálida sob a qual vô-la apresentei, leveis daqui, bem nítida, impressa em vossos corações, a convicção de que o Brasil está cumprindo o seu dever de resgatar a imensa dívida que herdou de seus maiores, em relação à raça oprimida dos primitivos habitantes do Continente de Colombo.

SciELO

II

A PACIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS CAINGANGUE PAULISTAS

HÁBITOS, COSTUMES E INSTITUIÇÕES DÊSSES ÍNDIOS

CONFERÊNCIA REALIZADA NO SALÃO DA BIBLIOTÉCA NACIONAL EM 19 DE NOVEMBRO DE 1913, PELO SR. L. B. HORTA BARBOZA, INSPETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS EM S. PAULO

SciELO

PACIFICAÇÃO DOS CAINGANGUE

N.º 13 — *O chefe guerreiro Rerim e sua mulher. Ao lado a velha india intérprete Vanuire.*

INTRODUÇÃO

Senhores:

O meu aparecimento nesta tribuna, já tantas vêzes ilustrada por oradores de talento e de vasto saber, exige de mim que comece explicando, com tôda a lealdade, que, por me faltarem hábitos e dotes artísticos, não poderei nunca corresponder à espectativa daqueles que, por ventura, aqui tenham vindo com a esperança de ouvir uma conferência literária, abrilhantada por paradoxos fulgurantes, imagens imprevistas e sutilezas de estilo.

Nada disso poderei dar e nem mesmo aspiro a mais do que fazer uma honesta e chã exposição de como alcançaram os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios captar a confiança e a amizade dos Caingangue, que enchiam de pavor os sertões do Estado de S. Paulo, compreendidos entre o curso inferior do Tieté, o vale do Rio Feio ou Aguapeí e do Rio do Peixe, até mesmo as margens do Paranapanema.

Direi também o que temos observado dos hábitos, da índole e da civilização dêsses selvícolas, com a firme esperança de que fazendo-os assim conhecidos, modifique-se a falsíssima opinião que dantes se havia arraigado no espírito de muitos dos nossos letrados, de ser êsse povo dotado de gênio excepcionalmente feroz, a ponto de o tornar incapaz de merecer dos civilizados outro tratamento que não fôsse o extermínio completo a tiros de carabina.

Uma compensação, porém, haverá para a falta de interêsse literário desta exposição: é a farta documentação de tôdas as afirmações que forem aqui avançadas, pelas belíssimas projeções luminosas que se irão fazendo das fotografias apanhadas em pleno sertão pelo dedicado e incansável fotógrafo do Serviço, o Sr. Sofian Niebler.

Dadas estas explicações, necessárias para prevenir-vos, senhores, de que para o desempenho da tarefa que me impuz, preciso de tôda vossa benevolência, que encarecidamente solicito, começarei expondo a distinção que há a façer entre as diversas tribos de índios existentes no território de nossa Pátria.

SciELO

OS ÍNDIOS E OS NOSSOS SERTÕES

Vulgarmente pensa-se, nesta Cidade, como nos demais centros civilizados, que os indígenas brasileiros acham-se todos no mesmo gráu de selvajaria, vivendo embrenhados nas florestas e procurando evitar relações com os descendentes do invasor europeu, aos quais assaltam e trucidam sempre que os apanham ao alcance de suas flechas.

Esta opinião é tão radicalmente falsa quanto muitas outras que por aí correm, como verdades inconcussas e muito sabidas, a respeito de nossos sertões e de seus habitantes.

A realidade, porém, é que os indígenas brasileiros distribuem-se em duas classes; destas, a mais numerosa é constituída pelas tribos ou nações que podemos chamar de civilizadas; a outra é formada pelos selvagens pròpriamente ditos, únicos, aos quais se poderá aplicar, mais ou menos, a idéia genérica que nas cidades se liga à denominação : ÍNDIO.

Quanto aos indígenas da primeira categoria, a que acabamos de chamar de civilizados, ainda é preciso dividí-los em dois grupos: um dos que vivem em promiscuidade com os brancos, falando corretamente o português, trabalhando em estabelecimentos agrícolas e pastoris, conhecendo e adotando os hábitos e costumes dos nossos cabôclos, dos quais não se diferenciam à primeira vista ; e o outro, o dos que vivem afastados dos brancos, em tribos ainda organizadas, conservando a linguagem e os costumes primitivos, mas procurando freqüêntemente as nossas povoações para venderem os produtos de suas indústrias e lavouras ou para se empregarem em certos serviços, como os de canoeiros, por eremplo, e assim poderem adquirir roupas, ferramentas, etc.

Dos que vivem em promiscuidade com os brancos, citarei os Guarani, de S. Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul ; os Caiuá, habitantes da região Sul de Mato-Grosso, arrendada à Companhia Mate-Laranjeira, cujos trabalhos de colheita e preparação da herva são quase todos feitos por êles; os Terena, Cadiuéo e outros, magníficos campeiros cujos serviços são muito disputados pelos proprietários das grandes estâncias de criação de Mato-Grosso ; os Mauê do Amazonas, conhecidos como os melhores fabricantes de guaraná, mercadoria cujo larguíssimo consumo em Mato-Grosso, dá margem a lucros consideráveis ; os Timbira do Maranhão, e outros que seria fastidioso citar.

SciELO

Dos que fazem vida à parte, mas procuram constantemente os brancos para com êles comerciar, citarei os Amanagé e Tembé do Pará, que se aplicam na extração do cedro e do óleo de copaíba; os Paricí de Mato-Grosso, que anteriormente à ação do Coronel Rondon troxeram para o mercado quantidade incalculável de poaia e de borracha; os Borôro do Rio das Garças, que se empregam em trabalhos de lavoura; os Carajá, excelentes canoeiros do Araguáia e muitíssimos outros.

Conquanto trabalhadores extrenuos, êstes índios civilizados, sempre arrastaram uma vida de misérias. Os que viviam em promiscuidade com os brancos, condenados a uma escravidão mal disfarçada, graças ao conhecido truque das dívidas eternas para com os patrões, degradavam-se pelo abuso das bebidas alcoólicas e pela prostituição; os outros tinham de deixar em mãos dos "regatões", ou negociantes que os iam procurar, em épocas certas do ano, produtos do seu trabalho (cedro, óleo de copaíba, borracha, guaraná, castanhas do Pará, etc.) em quantidades que valiam muitos contos de réis, recebendo por troca alguns facões, peças de chita, aguardente e outras ninharias, cujo valor mal alcançava a algumas dezenas de mil réis.

E' evidente que, com semelhante regime, essas míseras populações nunca poderiam progredir e a nação só tinha que perder com tal prática, que consiste em extenuar sistemàticamente o trabalhador e a terra, para pôr nas mãos dos poucos proprietários dos hervais, dos campos, dos seringuais, etc., somas enormes, que êles se apressam em ir gastar desregradamente nas cidades do país ou do estrangeiro.

Dos grandes capitais arrancados anualmente aos nossos sertões, pelo trabalho indefeso dos índios e dos nacionais, não se tira um real sequer para a melhoria dos métodos de exploração, das vias de comunicação, das habitações e nem mesmo dos meios de garantir a subsistência dos pobres trabalhadores.

Lutando contra esta asfixiante situação, que já havia dolorosamente impressionado o espírito dos nossos grandes sertanistas, como os Generais Couto de Magalhães e Gomes Carneiro, o Coronel Rondon esforçava-se, numa ação tôda pessoal, por libertar os índios da esmagadora dependência em que definhavam, garantindo-lhes, para isso, os frutos de suas lavouras e de outros trabalhos, em terras cuja propriedade lhes era atribuída. Foi assim, por exemplo, que os Paricí, antes misérrimos descobridores de so-

SciELO

berbos seringais do planalto matogrossense, viram, ràpidamente, melhorar, primeiro, as condições materiais de sua vida, e logo depois a moralidade e o bem estar de suas famílias.

Esta grande obra de vivificação dos sertões brasileiros, conquanto se limitasse aos simples esforços de iniciativa de um homem, ainda mesmo dotado da prodigiosa atividade e dedicação do Coronel Rondon, estava ameaçada de perecer, logo que outros deveres o obrigassem a ausentar-se daquelas regiões; isso mesmo já se havia dado com os Borôro, do rio S. Lourenço, com alguns grupos de Terena e de outros índios dos pantanais, os quais, desde que lhes faltou a presença direta do Coronel, tiveram de ceder à compressão dos elementos hostis, entre os quais se encravavam as terras que lhes haviam sido doadas, e retrogradaram até a desorganização e dispersão de que êle os havia tirado.

Não só para manter ininterrupta esta benéfica influência, como também para difundí-la por todo o território da República, fazendo-a abranger a totalidade das populações dos sertões, foi criado em 1910, na Presidência do Sr. Dr. Nilo Peçanha, e sendo Ministro da Agricultura o Sr. Rodolfo Miranda, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Para dar uma idéia do modo de agir dêste serviço, dos fins a que êle colima e dos resultados que vai obtendo, bastará lançar-se um rápido golpe de vista sôbre a situação dos Guaraní de S. Paulo, tal como era em 1910 e como é atualmente.

Deve notar-se, em primeiro lugar, que os Guaraní paulistas apresentam o mesmo grau de civilização que os nossos caboclos; falam correntemente o português; são monógamos; casam-se na igreja católica; batizam os filhos e os inscrevem no Registro Civil; enterram os seus mortos nos cemitérios públicos e usam os mesmos métodos de trabalho.

A diferença que os separa dos caboclos, é que êles entre si só falam a língua guarani; ao batismo e ao nome católico sobrepõem uma cerimônia e um nome dos antigos usos indígenas; ao culto, aos santos e ao padre da igreja, antepõem os ritos do maracá, o culto do sol e da lua e a veneração pelos pagés, que êles chamam em português de "rezadores".

SciELO

N.º 15 — *Grupo de índios aldeados nas proximidades do Acampamento do Ribeirão dos Patos são visitados pelo Inspetor Luiz B. Horta Barbosa e pelo auxiliar José Cândido Teixeira.*

SciELO

Da antiga organização política nada mais resta, e a influência dos "capitães", última sombra dos caciques e murubixabas de antanho, ficou inteiramente absorvida e anulada pela influência do Govêrno — uma espécie de entidade tôda poderosa e severa para a qual êles voltam as suas esperanças e respeitam com fervoroso temor.

Dêsses índios existiam em 1910 vários grupos exparsos e arrastando uma vida misérrima, em Jacutinga, município de Bauru, em terras da fazenda de Itaporanga, em Piraju, e nas cercanias de Itanhaem.

A primeira ação da Inspetoria do Serviço de Proteção aos índios, em S. Paulo, teve de dirigir-se no sentido de debelar as epidemias de varíola e de impaludismo que devastavam os grupos de Itaporanga, Piraju e de Jacutinga, criando-se para isso, por ordem imediata do Coronel Rondon, um hospital em Miguel Calmom e outro em Itaporanga.

Depois de atendidas essas e outras necessidades urgentes, aplicou-se a Inspetoria em criar para êsses Guaranis uma situação favorável ao seu desenvolvimento material e conseqüente melhoria moral. Para êste fim, o Govêrno Estadual reservou as terras da fazenda do Araribá, abrangendo a área de 800 alqueires de florestas virgens.

Para aí conduziram-se os índios de Itaporanga, Pirajú, Salto-Grande e do município de Bauru, os quais desde logo começaram a abrir estradas e fazer derrubadas para plantações de milho, arroz, feijão, mandióca, batatas, canas, árvores frutíferas; criação de porcos, galinhas, patos, etc..

A concentração dos Guarani no Araribá, começada em meados do ano passado, deu os seguintes resultados: em dezembro tinham-se derrubado e plantado perto de 200 alqueires de terra; existiam 700 porcos; mais de 800 galinhas; 35 cavalos e muares; cabras, carneiros e outras criações. Já se tinham plantado mais de 200 árvores frutíferas.

A moralidade dos índios melhorou em grau muito maior do que o esperado pelos cálculos mais otimistas; com facilidade espantosa conseguiu-se, quase em absoluto, suprimir o abuso das bebidas alcoólicas e até hoje não se deu o menor conflito, nem mesmo algumas dessas pequenas rixas tão comuns entre populações pouco numerosas e rústicas.

SciELO

No entanto, a população do Araribá é constituída de cêrca de 300 indivíduos, provenientes de grupos que se olhavam com fundas prevenções, geradas por conflitos e rixas antigas.

Os miseraveis ranchos em que êles viviam, substituiram-se por casas, com as divisões internas exigidas pelos bons hábitos e pela moral doméstica.

O regime adotado na povoação consiste em se dar aos índios absoluta garantia de propriedade sôbre todos os frutos de seus trabalhos. Das plantações que fazem em suas roças e de suas criações, êles dispõem inteira e livremente ; quando trabalham em serviços promovidos pela Inspetoria. o que só fazem por livre vontade, sem menor sombra de coação material ou moral, recebem um jornal como qualquer trabalhador contratado.

Os empregados da Inspetoria só existem para manter a ordem material, providenciar sôbre necessidades de alimentação, tratamento de doentes, ferramentas, transportes, etc. ; evitar as invasões de intrusos e principalmente para zelar os materiais pertencentes ao Estado; além disto, procuram com os seus conselhos incentivar os trabalhos, melhorar as plantações, conservar o asseio e a higiene das habitações e das pessoas. Mas, em caso nenhum êles intervêm na vida intima das famílias ou dos indivíduos ; nas crenças, festas e cerimônias religiosas.

Os resultados colhidos em pouco mais de um ano são tão consideráveis, que nos animam a esperar para dentro de cinco anos. no máximo, vermos a atual povoação indígena de Araribá transformada em centro agrícola de trabalhadores nacionais. Êste processo só depende de não se descontinuar, nem desmerecer a ação do Govêrno, de modo a ser possível o estabelecimento definitivo do ensino das primeiras letras, a criação do aprendizado prático da agricultura, dos ofícios de carpinteiro e de ferreiro, bem como a introdução dos instrumentos próprios ao aperfeiçoamento da arte de tecelagem, a que são muito dadas as índias e para cujo desenvolvimento já se fês uma regular plantação de algodão.

Tendo assim dado uma idéia do que são os indios que chamamos "civilizados", e da espécie de proteção que o Govêrno Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, atualmente lhes dispensa, devemos agora passar a considerar os que denominamos de "selvagens".

SciELO

INDIOS AMONTADOS

Conquanto muito menos numerosos do que os outros, são êstes indígenas os que mais preocupam o espírito público, e isso porque algumas tribos, habitantes de restos de florestas, já premidas por estabelecimentos de civilizados, vivem em estado de guerra constante com os invasores de suas terras. Acresce que para agravar a impressão de terror que nas cidades anda ligada ao nome de índio, os jornais e os livros, que nunca deixam de comentar longamente as cruezas de seus assaltos, guardam sempre o maior silêncio sôbre as batidas que, em geral, as precedem e provocam e das quais resultam terríveis massacres de populações inteiras!

E' inutil dizer-se e repetir que êsses selvagens atacam para defender-se, e quase sempre em desforra a uma sangrenta provocação dos civilizados. Nós, nas cidades, vamos registando as mortes que êles praticam e continuamos a ignorar os horrores que sofrem ; nós não sabemos, por exemplo, que há bem poucos anos, em Campos Novos do Paranapanema, Estado de S. Paulo, completava-se a exterminação de uma nação inteira, a dos Oti, índios absolutamente inofensivos, que nunca souberam opôr a menor resistência aos seus inumanos matadores.

As nações de selvícolas de que ainda restam algumas relíquias, são exatamente as que se defenderam, opondo os seus arcos e flechas às nossas carabinas de repetição ; e por se terem defendido, nós muitas vêzes as classificámos de ferozes e exigiamos ao Govêrno que as mandasse exterminar.

No entanto, a observação e a experiência demonstram que os índios habitantes de florestas, nunca foram subjugados pelos meios violentos. Êsses meios só podiam surtir efeito quando empregados contra os dos campos, em cujos descampados a flecha de nada vale em comparação com as armas de fogo.

Os Borôro do rio das Garças sustentaram guerra contra Cuiabá durante quase um século. Em vão o Tenente Duarte, por ordem do Govêrno da então província de Mato-Grosso, manteve contra êles uma campanha sem tréguas ; a guerra só terminou quando se deu a intervenção da índia Rosa, de cuja benéfica ação nos foi conservada a memória num trabalho encantador da esposa do General Melo Rego.

Também os Borôro de S. Lourenço, que de primitivos aliados dos Portuguêses tiveram de se transformar em inimigos, para

SciELO

evitar o cativeiro, desde os fins do século XVIII até nossos dias sustentaram, com vantagem, a guerra que lhes movíamos para desafogar a estrada de Cuiabá, e não sustaram as hostilidades senão depois que o Coronel Rondon, prosseguindo na obra esboçada pelo General Gomes Carneiro, fês cessar as batidas e substituiu-as por manifestações de benevolência e bondade.

Ainda êstes processos de brandura, já agora empregados por funcionários do Serviço de Proteção aos Índios, conseguiram, logo no princípio de 1911, terminar a guerra dos Aimoré que vinha desde o tempo de D. João VI, os quais agora se acham pacìficamente tratando de lavouras, em postos criados pela Inspetoria do Espírito-Santo, sob a deligentíssima direção do Tenente Antônio Estigarríbia ; idênticos resultados colheu a Inspetoria de Goiaz, com os Javaé, da ilha do Bananal, também classificados de ferozes ; como o Coronel Rondon já o havia alcançado com os Nhambiquara, talvez a mais numerosa de tôdas as nações indígenas do Brasil, e como o acaba de realizar com os Barbado, índios também de Mato-Grosso.

De todos os casos, porém, que se poderiam aquí citar, comprobativos da excelência e do acerto do método preconizado pelo Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, o que nos deve preocupar mais especialmente é o dos Caingangue, de S. Paulo.

OS CAINGANGUE

A celêuma que se levantou em torno do nome dêstes índios, não se justifica, nem pela importância numérica de sua população, que é uma das mais resumidas, nem tão pouco por algum requinte de crueldade, de que resultasse para êles um lugar à parte na triste história das lutas dos selvícolas brasileiros contra os civilizados.

A explicação da enorme retumbância que tiveram os assaltos dos Caingangue, parece-me residir, principalmente, em dois fatos : primeiro, o dêles se realizarem no Estado de S. Paulo, e segundo, o do lamentável desfecho que teve a tentativa de catequese do Padre Claro.

Sacerdote estimado e respeitado entre as classes cultas de São Paulo, pelas suas altas virtudes e saber, o Padre Claro decidiu ir quase sòzinho, ao encontro dos Caingangue, com o fito de os pacificar e conduzir para o grêmio da igreja católica. Para isso fês construir, nas cabeceiras do Feio, três canoas que tripulou com

SciELO

Guaranis e nelas descendo o rio, ia deixando pelas ribanceiras, onde encontrava vestígios dos índios, espelhos, facões e outros brindes.

Por êsse tempo ainda se acreditava que o Feio fôsse um tributário do Tieté. O Padre Claro, que partira com essa idéia, tendo navegado até às imediações da barra do Presidente Tibiriçá, e notado que o curso do rio, até alí, conservàva-se paralelo ao Tieté, concluiu que êle ia diretamente desaguar no Paraná, e, provàvelmente, por falta de víveres, resolveu daí regressar para o ponto de partida.

No dia imediato ao em que começou a subir o Feio, foi a flotilha inopinadamente assaltada pelos Caingangue, que contra ela atiraram uma nuvem de flechas. Um dêsses tiros acertou no padre; outros mataram e feriram alguns tripulantes das canoas.

A notícia desta tristíssima morte causou a mais penosa impressão na população de S. Paulo. Daí por diante, todos os espíritos se inclinavam a aceitar as mais odiosas opiniões sôbre a ferocidade excepcional dos Caingangue, pois que, raciocinando com muito bons sentimentos, mas com nenhuma clarividência, concluiram que era preciso não existir naquelas almas nada de humano, para assim maltratarem um homem que nunca os molestara e que tantos sacrifícios afrontava só movido pelo desejo de lhes fazer o bem.

O que, porém, não sabiam, nem podiam saber os moradores das cidades, é o que agora contam os índios, explicando o motivo do seu ato.

Dizem êles que, entre os brindes deixados pelo Padre Claro numa ribanceira, figurava uma carabina ou espingarda, engenho cujo maquinismo êles, nesse tempo, ignoravam completamente, a ponto de acreditarem que êle disparava por si mesmo, automàticamente. Daí concluiram que aquela arma havia sido alí deixada com a intenção de matar os que dela se aproximassem, atraídos pelos outros presentes.

Esta suposição conduziu-os logo a considerar os expedicionários, cujos passos vinham desde o princípio observando cuidadosamente, como inimigos perigosos, que mereciam e precisavam ser imediatamente debelados.

Como se vê, o triste desfecho da tentativa de catequese do Padre Claro resultou não da suposta ferocidade dos Caingangue,

SciELO

mas sim da profunda ignorância em que êles viviam a respeito das coisas da nossa indústria, e mais da desconfiança que nutriam pelos civilizados, em conseqüência das terríveis batidas contra êles incessantemente organizadas por moradores de Campos-Novos do Paranapanema, e pelos que iam, mais recentemente, fundando estabelecimentos nas cabeceiras do Feio e em águas da margem esquerda do Tieté.

Esta luta impiedosa e bárbara já vinha desde os primeiros anos da segunda metade do século passado, e quanto mais durava mais se amiudavam, de um lado e do outro, os assaltos e os morticínios, acompanhados de crueldades cada vez maiores.

Em vão colocou o Govêrno estadual as suas esperanças na catequese, subvencionada desde 1903 até hoje, que devia ser organizada pelos frades capuchinhos, em Campos-Novos; a situação continuava a piorar de ano para ano. O reconhecimento e o levantamento dos rios Feio, Aguapeí e Peixe, pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado, teve de fazer-se à mão armada, e ainda assim não se conseguiu evitar o sacrifício de vidas em ambos os campos.

A E. F. NOROESTE E A AÇÃO DO CORONEL RONDON

A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, correndo pelo divisor das águas do Feio e Tieté, constituiu uma nova fonte de hostilidades; às *batidas* dos bugreiros, sucediam-se os assaltos, cada vez mais violentos, dos índios contra os trabalhadores da estrada, e o pavor imperava por todo o sertão, onde ninguém se encontrava sem uma carabina de repetição, de que usava dia e noite, em descargas a esmo, para afugentar o "bugre".

Em fins de 1910, quando apenas se começava a organizar o Serviço de Proteção, a situação da Noroeste era tão premente, que o empreiteiro oficiava ao Ministério da Viação, avisando-o de que estava na iminência de suspender as obras de construção, por impossibilidade de conter os selvícolas e fazer parar as suas correrias.

Os Tenentes Rabello e Dantas. — O Coronel Rondon, tendo notícia, pelos reconhecimentos preliminares dos Tenentes Pedro Dantas e Manuel Rabelo, da excepcional gravidade do problema, cuja solução ainda era mais dificultada pelas disposições hostís com que os moradores da região, todos armados e em pé de guerra, recebiam os empregados do serviço, resolveu partir para lá, afim de

SciELO

N.º 3 — *A Estação de Hector Legru, hoje Promissão, da E. F. Noroeste do Brasil. A menos de uma légua ficava situado o acampamento do Ribeirão dos Patos.*

N.º 18 — *A árvore que servia de pôsto de vigilância e de onde falavam os intérpretes para os índios que se aproximavam do Acampamento.*

SciELO

N.º 4 — *Grupo de índios Caingangue recem-chegados ao Acampamento do Ribeirão dos Patos, poucos instantes após serem vestidos com fardamentos do Exército. O chefe Rerim distingue-se por estar envôlto na bandeira do Brasil.*

SciELO

estudar a questão em suas fontes diretas e alí mesmo dar a traça que conviria seguir para conquistar a amizade dos temidos Caingangue, e assim estabelecer a paz e a ordem em todo aquêle vasto sertão.

Estudada a região, não só ao longo da estrada como também lateralmente até ao Tieté, o benemérito diretor do Serviço de Proteção aos Índios assentou, com a maestria que todos lhe conhecem, o plano da pacificação e escolheu para o realizar o Tenente Rabelo, tendo como principais auxiliares os Tenentes Cândido Sobrinho e Sampaio.

No plano estabelecido, o Coronel Rondon aproveitava com admirável habilidade a circunstância de se poder contar com os serviços de alguns Caingangues tirados do grupo já civilizado do Estado do Paraná, por meio dos quais podíamos comunicar aos selvícolas as nossas intenções pacíficas, não só por meio da palavra, como também por certos sinais peculiares a essa nação, feitos com o auxílio de businas e de uma espécie de hieroglifos, muitíssimo originais, construidos com pauzinhos e pequenos ramos de árvores.

Êstes elementos, que deviam representar na campanha que se ia iniciar uma ação decisiva, foram logo depois acrescidos dos índios escravos de uma fazenda de Campos-Novos do Paranapanema, cujo proprietário, famoso bugreiro, os havia aprisionado por ocasião de devastadores assaltos que costumava dar às aldeias do rio do Peixe.

Vanuire — Com êles vinha a velha índia Vanuire, que entre todos se destacou depois pelo inexcedível zêlo e verdadeiro amor com que se devotou àquela obra, que ela compreendia ser a salvação das últimas relíquias de seu povo.

Uma grande dificuldade, porém, ainda estava para ser resolvida, a da escolha do ponto onde conviria iniciar-se a entrada na floresta e instalar-se o serviço.

De fato, os Caingangue, nesse tempo, faziam irrupções quase simultâneas, numa linha de frente superior a 250 quilômetros; de modo que era bastante difícil descobrir-se o lugar de onde êles irradiavam, e para onde era necessário dirigir-se a ação dos expedicionários, afim de se ter a certeza de entrar logo em contacto com êles e nunca mais os perder de vista.

Os Tenentes Rabelo e Sobrinho — Ainda estavam, o Tenente Rabelo e os seus ajudantes, nessa perplexidade, quando se

SciELO

deu o assalto contra a turma 21.ª de conservação da via-férrea, o que determinou a vinda do Tenente Cândido Sobrinho para a estação de Heitor Legru, então fortemente ameaçada.

Feito o acampamento ao lado dessa estação iniciou logo o Tenente Cândido Sobrinho a exploração da mata que a circundava, resultando daí a descoberta de que se achava num lugar muitíssimo freqüentado pelos índios e por isso mesmo muito próprio para a fundação do projetado centro de atração.

Seguindo por um dos trilhos mais batidos, foi o Tenente Sobrinho esbarrar a 2 quilômetros da estação com o Ribeirão dos Patos, num ponto de passagem dos selvícolas, de onde divergiam para todos os lados numerosos caminhos com sinais evidentes de serem muito trafegados.

Para aí resolveu êle transferir imediatamente o seu acampamento, fazendo para isto a necessária derrubada do arvoredo secular; depois substituiu o abarracamento inicial por um arranchamento de páu a pique e cobertura de fôlhas de coqueiro, destinado a servir de centro das operações que se haviam de desdobrar para o interior da misteriosa floresta, que se estendia ininterrupta para os lados do Feio, transpunha-o e daí se derramava até o Feio e o Paraná.

Para prender a atenção e o interêsse dos índios em tôrno dêsse acampamento e assim evitar que êles continuassem a espalhar o terror e a desorganização dos serviços ao longo da estrada de ferro, derrubaram-se 4 alqueires de mata e fêz-se uma grande plantação de milho e feijão.

Todos êsses trabalhos se prosseguiam no meio de tremendas ameaças dos selvícolas, os quais noite e dia cercavam o acampamento, ora tirando de suas buzinas lúgubres mugidos, que significavam guerra e extermínio, ora dando nas árvores com seus terríveis porretes pancadas que provocavam, no silêncio da noite, sons pavorosos, que deixavam as almas transidas de medo à lembrança de que a cacetadas tais nunca havia escapado com vida uma única vítima dos assaltos daquêles temerosos guerreiros.

E a tôdas essas ameaças, no meio de tantos terrores, respondiam os assediados com palavras de paz, com os cantos de festa da incomparável Vanuire, e com os sons alegres de benevolência e de boa amizade derramados por sôbre a soturna floresta, pela buzina que sopravam os intérpretes paranaenses, do mangrulho construído no alto de uma árvore.

SciELO

E o Tenente Sobrinho, continuando impávido a grande obra, embrenhava-se na floresta para os lados do Feio, seguindo o trilho principal que de lá vinha em demanda do Ribeirão dos Patos, e quando encontrava os pequenos ranchos de caçada dos índios, nêles deixava-lhes presentes de roupas, machados e quinquilharias.

Depois êsse trilho foi transformado em estrada, numa extensão de 30 quilômetros, até alcançar o rio em cuja barranca foi forçoso fazer-se novo acampamento à espera de que se terminasse a construção de uma ponte, sob a direção imediata do Tenente Rabelo.

Concluída a ponte, continuou a expedição para além do Feio, alcançando em princípio de dezembro de 1911, depois de percorridos perto de 20 quilômetros a contar daquêle rio, a primeira aldeia dos Caingangue, a qual, soubemos mais tarde, pertencia ao grupo chefiado pelo *rekakê* Vauhin.

Ao pressentirem a aproximação dos expedicionários, os índios abandonaram os seus ranchos e embrenharam-se pela mata, sem quererem atender aos chamados dos intérpretes. O pânico, como explica o chefe Vauhin, originou-se de que êles não esperavam, àquela hora, em que chovia torrencialmente, a chegada da coluna exploradora, e o inopinado dessa marcha, agravado pelo desordenado temor das mulheres e crianças, fez generalizar o medo até aos homens, que também correram.

O Tenente Rabelo deixou nos ranchos grande quantidade de machados, facões, cobertores e outros presentes, depois do que regressou para o acampamento do Ribeirão dos Patos, para daí vir apresentar-se às autoridades militares conjuntamente com os seus esforçados ajudantes, em cumprimento de uma ordem do Ministério da Guerra.

Com 6 mêses de trabalho, o Tenente Rabelo deixava o programa da pacificação dos Caingangue, antes considerados como *irredutíveis*, nitidamente encaminhado para o feliz e desejado desfecho. Graças à aplicação rigorosa do plano do Coronel Rondon, à ausência absoluta de tôda e qualquer manifestação que pudesse ser interpretada como hostilidade ou má vontade (basta dizer que durante todo êsse tempo não se deu um único tiro, nem mesmo para matar esplêndidas peças de caça que passavam quase ao alcance da mão) e as reiteradas provas de paciência e amizade, traduzidas pelos brindes deixados na floresta, graças a tudo isso, repito, já muito se havia modificado a noção que os índios tinham sôbre os

SciELO

moradores do Ribeirão dos Patos e começava a despontar em suas almas a confiança que os havia de conduzir a se fazerem nossos amigos. Além disso, a atenção dos selvícolas tendo sido vivamente solicitada para os acampamentos e trabalhos da inspetoria, aí se concentrava, e êles, por isso, abandonavam outras excursões, pelas quais, dantes, ameaçavam quase tôda a estrada Noroeste. Havia-se construído um bom acampamento nos Patos, plantado roças de milho e de feijão e rasgado, em plena floresta virgem, uma magnífica estrada de penetração, de perto de 50 quilômetros, pela qual ficavam abertas e fáceis as comunicações entre os índios e os civilizados empenhados em conquistar-lhes a amizade.

O Ministro da Guerra Ordena a Retirada dos Oficiais — A retirada brusca dos oficiais ameaçava de ruína completa todos êstes grandes trabalhos, realizados através de tantos sacrifícios, pois que o pessoal empregado nos diversos serviços ficava do dia para a noite entregue a si mesmo, sem a ação coordenadora de um chefe.

Para evitar êsse calamitoso desfecho de uma obra, cujo coroamento já se previa para um futuro bem próximo, resolveu o Senhor Manuel de Miranda, sub-diretor do Serviço de Proteção aos Índios, ir pessoalmente para aquêles sertões, afim de tomar as providências necessárias à conservação do que já estava feito, até que se pudesse designar a pessoa que devia substituir o Tenente Rabelo.

Aproveitando a ocasião aquêle chefe decidiu fazer uma inspeção geral de todos os trabalhos já terminados, e para isso organizou uma expedição, a cuja frente percorreu a estrada aberta pelos Tenentes Rabelo e Sobrinho, até a aldeia do *rekatê* Vauhin.

Os habitantes dessa aldeia não haviam voltado a ocupá-la e a nova expedição só encontrou um índio, que hoje sabemos chamar-se "Pechê", surdo-mudo, para alí destacado como atalaia e guarda dos ranchos abandonados.

O Cacique Vauhin e sua emboscada — Ao divisar os expedicionários, saiu êle em desabalada carreira, e metendo-se pela floresta a dentro foi levar ao seu chefe e irmão a notícia da nova invasão. Diz-nos agora o *rekakê* Vauhin que as mulheres e crianças aterrorizavam-se tanto com essas visitas, por temor de que elas acabassem repetindo as atrocíssimas carnificinas dantes praticadas pelos "bugreiros", que aos índios se afigurava de imprescindível necessidade providenciar para que fôsse tal invasão sustada com a máxima urgência.

SciELO

Por isso veio êle, acompanhado de mais um guerreiro, de nome Recandui, esperar o regresso da expedição, num ponto do caminho que lhe pareceu propício à emboscàda que projetara.

E quando a coluna chegou a êsse ponto os dois Caingangues não trepidaram em assaltá-la, apesar de ser ela composta de mais de vinte homens, todos portadores de carabinas. Das flechas, disparadas com espantosa rapidez e precisão, uma bateu no arção da sela do animal cavalgado pelo Sr. Manuel de Miranda e por pouco não lhe causou um ferimento, que seria fatal; outra feriu o intérprete Futoio.

Primeiro Diálogo em Caingangue — Graças à calma do chefe da expedição, a boa ordem da coluna nada sofreu com esta surpresa e os intérpretes Geigmon e Futoio começaram logo a falar para os invisíveis assaltantes, repetindo os apelos à paz e os protestos de amizade. Então, pela primeira vez aquêles Caingangues, responderam às palavras que lhes mandávamos dizer e travaram um longo diálago com os intérpretes, diálogo de que resultaram esclarecimentos preciosos para o futuro da campanha pacificadora.

Contudo, entre os índios ainda havia muitos espíritos trabalhados pela profunda desconfiança que nêles implantaram os 50 anos de guerra com os civilizados. Um dêsses decidiu vir sòzinho ao acampamento dos Patos, onde já havia chegado a expedição, e aproximando-se do ribeirão, protegido pelo milharal, descobriu um homem que se banhava e contra êle desferiu uma flecha. Cito êste fato não só porque êle serve para evidenciar a audaciosa coragem dos guerreiros caingangues, como também porque dêle resultou, dias depois, a única morte que até hoje teve de lamentar a Inspetoria de S. Paulo em todo o decurso dos seus arriscados trabalhos nos sertões da Noroeste e de entre o Feio e o Peixe.

Com a retirada dos oficiais era impossível continuar a Inspetoria a utilizar-se dos serviços do destacamento do Exército, que estava às suas ordens. Era, pois, forçoso dispensá-lo; mas dispensando-o não se podia deixar no acampamento os três ou quatro empregados civis que lá existiam.

Sôbre tudo isto providenciou o Sr. Manuel de Miranda, mandando evacuar aquêle acampamento, e recolherem-se os empregdos e o material a Miguel Calmon.

Depois, nomeado novo Inspetor, em janeiro de 1912, tratou-se de reorganizar o serviço para continuar a obra interrompida.

SciELO

A grande dificuldade que então se apresentava consistia em que, tendo-se de formar todo o pessoal só com civis, ficava-se exposto a ter, no fim de cada mês, uma interrupção dos trabalhos, porquanto é sistema dos "camaradas" não se demorarem nos emprêgos mais do que o tempo necessário para ajuntar alguns mil réis, que logo se apressam a ir gastar nas cidades ou povoações.

Para obviar a êste inconveniente assentou-se em mandar contratar no Paraná uns doze Caingangues civilizados.

Chegados êles, em fevereiro, tratou-se sem mais demora de reinstalar o acampamento dos Patos, nessa ocasião muito freqüentado pelos selvícolas que ali vinham abastecer-se de milho verde.

Então recomeçaram as vigílias; as arriscadíssimas explorações de trilhos, para a descoberta de lugares próprios para nêles deixarem-se brindes; as dificuldades de, à noite, conter-se o pânico das mulheres e mesmo de alguns homens, apavorados quando ouviam o estrugir das buzinas ou o reboar das formidáveis pancadas vibradas contra as árvores, por braços que se adivinhavam possantíssimos: e mais o trabalho de disfarçar êsse pânico com músicas de gramofone, com os cantos de paz da Vanuire e às vêzes dos intérpretes, chamando os temíveis visitantes, para que entrassem no acampamento, afim de receberem machados, cobertores e colares.

Dez índios em visita ao nosso acampamento — Felizmente esta situação não chegou a durar dois mêses. Um pouco depois do meio-dia de 19 de março, no alto do caminho que vem do rio Feio, apresentaram-se a peito descoberto dez guerreiros caingangues, inteiramente desarmados e com a resolução evidente de travar relações com os ocupantes do acampamento dos Patos.

A natural excitação dos primeiros momentos só durou o tempo necessário para a admirável Vanuire dar-se conta do que se passava; então, correndo com entusiasmo incrível, foi ela resolutamente meter-se no grupo formado pelos caingangues e induziu-os a acompanhá-la até o recinto do acampamento.

Recebidos com o carinho que é fácil de imaginar-se, êsses homens foram logo vestidos e cumulados de presentes e mimos.

De tôdas as coisas que nessa ocasião lhes foram mostradas, nenhuma lhes causou mais admiração e viva alegria do que o fósforo. Quanto às comidas e ao açúcar êles, ainda lembrados da mortandade de que haviam sido vítimas os moradores de uma aldeia do rio do Peixe, por se terem utilizado de genêros envenenados,

SciELO

propositadamente levados para a floresta por um bugreiro de Campos-Novos, não os aceitavam sem primeiro nós os provarmos.

Chefiava essa primeira turma o *rekakê* Vauhin, que por prudência havia deixado o resto do seu povo, as mulheres e crianças, reunido além do rio Feio, com instruções para que, caso fracassasse a sua generosa iniciativa e êle morresse, todos se salvassem, embrenhando-se na mata em rumo de oeste.

Por isso mesmo êle precisava regressar quanto antes para o meio dos seus, afim de levar-lhes a auspiciosa notícia e assim restituir-lhes a tranqüilidade.

A êsse primeiro grupo seguiram-se outros, e não tardou que também viessem algumas mulheres, única manifestação verdadeiramente valiosa para provar a realidade da confiança do índio em seus novos amigos.

Pagando a visita do Rekakê — Também do nosso lado sucederam-se as expedições e visitas às aldeias de Vauhin, onde existiam então para mais de cem índios, seguidas de incursões para além de Presidente Tibiriçá e da descoberta de novos cursos d'água, tão importantes como êste, aos quais se deram os nomes de rios dos Caingangues e 19 de março. Nestas expedições, tôdas levadas a efeito pelo destemeroso José Cândido Teixeira, auxiliar da Inspetoria, foram reconhecidas as situações das aldeias dos outros *rekakês*, que eram, nesse ano, Congue-Hui, Cangrui, Rugrê e Charin. Ficou-se então sabendo que tôda a população dos Caingangue paulistas, a qual seguramente não excede de 500 pessoas, acha-se localizada em águas da margem esquerda do Feio e Aguapeí e que a mais oriental das aldeias é a de Vauhin, colocada aquem do Tibiriçá, e a mais ocidental é a de Charin, situada nas cabeceiras do ribeirão Itauna, que desagua no Aguapeí, logo acima do salto Carlos Botelho.

Estendidas, ràpidamente, as relações de amizade a todos os *rekakês*, os quais visitam freqüentemente o acampamento dos Patos, foi-nos fácil fazer algumas observações sôbre os usos e costumes dêsse povo, tão injustamente taxado dantes de feroz e de incapaz de assimilar a nossa civilização.

USOS E COSTUMES

O nome da tribo — Começando agora a expôr os resultados dessas observações, devemos, em primeiro lugar esclarecer a questão do nome porque são designados êstes índios.

Até há bem pouco tempo dava-se-lhes geralmente a denominação de "Coroados", denominação esta radicalmente imprópria, porquanto homens e mulheres usam o cabelo aparado à moda que dizemos "inglesa", segundo a qual se penteiam muitas das nossas crianças.

A única explicação que pode ter êsse nome reside no fato de trazerem os meninos caingangues a cabeça raspada, deixando-se-lhes ora uma orla de cabelos em volta do crâneo, ora três madeixas, duas caindo na parte dianteira das orelhas e a terceira na nuca. Dada a maior facilidade de se aprisionarem crianças, conjecturo que, por aí, foram os bugreiros induzidos a supor que também os adultos adotavam o uso do qual se poderia derivar a designação de "Coroados".

Mais recentemente generalizou-se a denominação de Caingangue, que invariàvelmente adotamos. Mas, os índios paulistas, antes de entrarem em relações conosco, desconheciam esta palavra. Parece-me que ela nos vem do vocabulário do Paraná e talvez também pertença ao dos grupos riograndense e argentino.

A verdade é que os habitantes da floresta do rio Feio não possuem um têrmo com que designem genèricamente o povo que constituem. Na sua linguagem só encontramos a palavra *"cainqué"*, que equivale ao nosso *"parente"* (mas só até um certo grau de consanguinidade) cujo sentido, depois de convenientemente alargado, poderia adaptar-se àquela função.

Organização política — Quanto à organização política, os seus laços são tão frouxos que se é antes levado a dizer que ela não existe. A autoridade, em cada grupo, reside num chefe apelidado *rekakê;* ela se transmite por hereditariedade, quando o herdeiro é suficientemente valente e empreendedor para se fazer respeitar pelos demais guerreiros.

Contudo essa autoridade só é verdadeiramente ativa e sensível nas ocasiões dos empreendimentos difíceis e nas grandes festas, sempre dadas em nome do chefe. Súditos, pròpriamente ditos, os Caingangue não o são, pois, o *rekakê* trabalha como qualquer outro homem, para prover a subsistência própria e à de suas mulheres e filhos.

Muito mais bem definida é a instituição da família. Os homens vulgares têm uma só mulher; os mais empreendedores, porém, chegam a ter duas, número que nunca é excedido. Os ma-

SciELO

N.º 4 bis — *Flagrante de uma visita do Inspetor Luiz B. Horta Barbosa e do Chefe de Seção Manoel Miranda a um pequeno acampamento de índios Caingangue, nas vizinhanças do Acampamento do Ribeirão dos Patos.*

ridos são muito carinhosos com as mulheres, que os acompanham por tôda a parte, até mesmo nas expedições de guerra. Mães e pais têm para os filhos uma paciência que parece ilimitada ; nunca lhes batem e muito se afligem com qualquer sofrimento que os façam padecer.

As mães prolongam excessivamente o período de amamentação dos filhos, e enquanto êle dura, não os deixam sòzinhos um só instante, levando-os para tôda a parte em que vão, ou às costas, sustentados por uma cinta de casca de cipó imbé, apoiada na testa, ou, quando já sabem andar, pela mão.

A autoridade dos pais não cessa com a maioridade dos filhos e estende-se mesmo até depois do casamento dêstes.

Vimos uma mãe viúva desfazer dois casamentos de sua filha, contra a vontade desta e dos genros.

A formação dos casais obedece a leis complicadas, dependentes dos grupos e sub-grupos em que se dividem as famílias caingangues.

Camens e Canherucrens — Dêsses grupos, os principais denominam-se CAMENS e CANHERUCRENS ; os casamentos só se podem dar entre homens de um grupo e mulheres do outro : assim, por exemplo, um homem CAMEM só poderá tomar mulher CANHERUCREM. No entanto não se deve pensar que seja lícito o casamento de qualquer CAMEM com um CANHERUCREM também qualquer, porque para complicar o problema, intervem a divisão em sub-grupos, aliás bastante numerosos ; indivíduos de um certo sub-grupo *camem*, só se poderão casar com os de tais sub-grupos *canherucrens*, salvo certas exceções, que também as há nas regras caingangues, para maior confusão da solução de uma questão que nos parece dever ser tão simples.

A noção do incesto — Também são absolutamente vedados e considerados com o mesmo horror que nos inspiram os casos de incesto, os enlaces entre *cainqués*, isto é : pais e filhos, irmãos e irmãs, tios e sobrinhos, primos e primas.

Parece que, com o intuito de trazer sempre viva na memória a proibição dêstes dois últimos casos, *cuja infração pune-se com a morte dos culpados*, estabeleceu-se o uso dos sobrinhos chamarem os tios de IOG, (meu pai) e as tias de IAM (minha mãe), bem como êstes só tratarem àqueles de COCHITE, isto é, filhos ; anàlogamente os primos chamam-se de RANGRÉ, isto é, irmãos, e tudo isto, não

obstante existirem na língua caingangue nomes próprios para designarem êsses graus de parentesco.

Casamentos instáveis — Os casais, enquanto não têm filhos, são instáveis ; porém, depois, tornam-se indissolúveis. As mulheres casadas guardam escrupulosamente a fidelidade conjugal e tôdas têm um recato que causaria profunda decepção aos nossos levianos forjadores de hipóteses, caso pudessem êles observá-las de perto.

Um uso interessante é o dos pais entregarem as filhas, quando chegam à puberdade, a um dos seus *cainqués*, ao qual incumbe, daí por diante, zelar por ela e sustentá-la, até a data do seu casamento. Por êste uso, o filho mais velho que tem a seu cargo o sustento de uma irmã, não pode contrair casamento antes dela.

O parto — Quando as mulheres sentem que se vão tornar mães, internam-se no mato, fugindo às vistas de todos. Aí, sòzinhas, dão a luz aos seus filhos ; mas, apenas algum homem ou mulher ouve os vagidos da criança precipita-se para o ponto de onde êles partem e suspendendo o recem-nascido nos braços, dá-lhe o primeiro nome.

Aos 7 anos, mais ou menos, se a criança é menino a mãe esfrega-lhe, em determinados períodos, todo o corpo com a fôlha de uma certa árvore, derramando-lhe água pela cabeça, com a esperança de, por êsse meio, dar-lhe fortaleza de ânimo e disposição para o trabalho ; nessa ocasião o menino recebe um sobre-nome. Noutras ocasiões êle pode ainda receber ou tomar mais alguns apelidos, os quais se ligam a acontecimentos notáveis de sua vida.

Terminada a cerimônia das fricções acima referidas, o menino começa a aprender com o pai o manejo do *cá*, ou porrete vulgarmente chamado pelos sertanejos da Noroeste de *guarantam* ; a essa aprendizagem junta-se a de atirar com arco e flecha e depois a das caçadas.

Quando tudo isto está bem sabido e o rapaz mostra-se capaz de prover à subsistência própria, então pode casar-se, coisa que se faz sem outro aparato a não ser o do *cainqué* encarregado da noiva conduzi-la até ao leito do futuro marido. Estas coisas se passam, para a moça, quando ela chega à puberdade, época que, na falta de contagem dos anos, pela qual se possa avaliar a idade, se conhece por um fenômeno comum às mulheres de tôdas as raças. Mas como as caingangues são muito precoces, acontece depararem-se

SciELO

com meninas já casadas que aparentam ter apenas treze anos ou ainda menos do que isto.

Cerimônias fúnebres — Quando morre um caingangue, dois homens se postam de cócoras, um de cada lado da cabeça, tangendo maracás, cantando e soprando-lhe constantemente nos ouvidos.

Enquanto isto, os parentes e amigos conservam-se agrupados e silenciosos, de pé, à cabeceira. Depois dobram-lhe as pernas sôbre a barriga e amarram-no de modo que possa ser carregado dorso contra dorso, por um homem, que o leva para o cemitério. Aí abrem uma cova, cujo fundo é forrado com fôlhas de palmeira à moda das camas usadas por êsses índios. Depositam o cadaver sôbre as fôlhas, pondo-lhe ao lado os objetos, utensílios e enfeites de seu uso, bem como muitos presentes dados para êsse fim pelos parentes e amigos. As coisas pertencentes ao morto e que o não acompanham na sepultura, como os animais por êle domesticados ou os objetos que se acham, por qualquer motivo, ausentes do lugar em que se deu a morte, são impiedosamente destruídos e queimados.

Na bôca da sepultura constroe-se um estrado ou estiva de madeira e sôbre êste estrado amontoa-se terra, não só a retirada para a abertura da cova, como também muito mais que se escava dos lados. Em épocas certas, no meio de festas, chamadas *kiki-côia*, voltam os Caingangue a refazer êsse monte de terra, de sorte que êle alcança, às vêzes, alturas notáveis.

As exéquias porém, continuam-se por muitos dias: homens e muiheres, com as cabeças envolvidas em longos panos — *curus* — entregam-se a um choro infindável, seguindo os rítmos de uma melopéia triste e por fim enfadonha. Enquanto dura êste chôro, os índios não atendem a nada do que possa ocorrer em torno dêles; nada os faz distrairem-se daquela fúnebre ocupação.

A viúva — Se o morto deixa viúva, esta retira-se para lugar êrmo, onde, por muitos dias, que chegam às vêzes a um mês, conserva-se em completo isolamento, evitando cuidadosamente lançar as vistas sôbre qualquer pessoa, na persuasão de que o seu olhar é, nesse período, maléfico e até mortífero. As coisas de que ela então pode necessitar, como as provisões, são-lhe trazidas por algum parente ou amigo, que, precavido, os deposita longe do alcance da perniciosa influência visual. A inclusão na sepultura de objetos e utensílios, como arcos, flechas, machados, tecidos, colares, etc., justifica-se pela necessidade que dêles continua a ter o morto; a destruição dos que não são ou não podem ser enterrados, faz-se

SciELO

para que o defunto não os venha buscar à aldeia. No entanto ainda há uma dificuldade ou perigo a remover: é o de que o morto, solicitado pela saudade das pessoas que lhe são caras, entenda vir procurá-las entre os vivos e levá-las para a sua habitação subterrânea. Porém, tão grande risco conjura-se fàcilmente, graças a umas pintas que se fazem no rosto, nos braços e tronco, com pó de carvão aglutinado com leite de certo cipó; a esta precaução junta-se mais a de raspar as sobrancelhas.

O modo acima referido, de fazerem-se os enterramentos caingangues é de instituição bastante recente, porquanto os homens de hoje contam que, na sua meninice, usava-se sepultar o tronco numa cova, enquanto que a cabeça, separada e metida num vaso de barro, era objeto de grandes solenidades, depois das quais se a enterrava. Esta prática antiga parece que resulta das condições em que vivia a nação Caingangue, quando ela dominava ainda uma região muitas vêzes maior do que aquela em que agora se acha confinada. De sorte que seriam freqüentes as mortes ocorridas em pontos tão distantes dos cemitérios que impossível seria transportarem-se os corpos até êles. A dificuldade resolvia-se dando ao tronco sepultura no mesmo lugar em que se verificava o trespasse e conduzindo a cabeça para a aldeia, para aí receber as homenagens fúnebres.

Influenciado por êsse uso antigo, é que os Caingangue costumavam decepar os cadáveres das vítimas que faziam em seus assaltos; carregavam as cabeças para sepultá-las no meio de cerimônias, que parecem ter alguma coisa de expiatórias.

A alimentação — Passando, agora, à alimentação dêsses índios, examinemos em primeiro lugar os artifícios por êles empregados nas caçadas e nas pescarias.

A mais apreciada das carnes é a da anta — *iôro* — que êles apanham em laços fortíssimos, feitos de cipó imbê ou senão matando-a a flechas, indo para isso surpreendê-la de dia em seus retiros, guiados pelos rastos, que seguem com incrível facilidade.

Imediatamente depois dessa, colocam a carne de macacos ou bugios — *canhere* — dos quais matam enorme quantidade, por meio do arco e flecha.

As caçadas — Para estas caçadas os Caingangue vão em grupos. Quando descobrem um bando, fazem, por baixo das árvores em que êle se acha, uma algazarra infernal: os macacos ficam com isso estatelados e é então que os homens desferem os

SciELO

seus tiros certeiros. Depois de algum tempo os sobreviventes do bando procuram fugir, mas enquanto vão pulando de ramo em ramo, por baixo, os índios os acompanham em gritaria : o bando pára de novo, como que preso pela fascinação daquela atoarda e os atiradores de flecha, recomeçam a matança socegadamente. E esta cena se repete, até terminar, quase sempre, pela extinção do bando.

Nas caçadas de porcos do mato usam os Caingangue cercar as varas que encontram ; depois, apertando o cerco, investem contra os animais e os abatem a pauladas ; nestas batidas, é também comum não lhes escapar uma única peça.

E' costume dêsses índios fazerem das caveiras das antas, dos porcos e macacos por êles caçados, espécies de rosários, ligando-as umas às outras por meio de cipós e dependurá-las, assim, em árvores ou no interior dos ranchos.

A pega de pássaros a laço — Para apanharem os pássaros empregam flechas de quatro pontas, ou senão, as de virote. Além disso, usam laçá-las com auxílio de um cordel preso à extremidade de uma vara longa e delgada. O manejo dêste laço exige grande delicadeza de movimentos e muita paciência, porque o caçador, trepado numa árvore, quando se trata de pegar periquitos ou maitacas, ou no chão, quando se trata de pombas, inhambús, etc., mas sempre escondido por uma tapada de fôlhas de coqueiro, tem de passar a laçada pela cabeça do pássaro e depois, erguendo a vara, segurá-lo pelo pescoço. Tudo isto passa-se de modo que seria mais justo dizer-se que os Caingangue assim "pescam" os pássaros.

Quando se trata de periquitos ou maitacas, êsse caçador de "caniço" leva consigo um chamariz, ao qual faz gritar, conseguindo, destarte reter o bando ao alcance do laço ; quando se trata de pombas, colocam o milho de um lado da tapagem e, por essa forma, que não é nenhuma novidade, as atrái e reune.

A vantagem dêste modo de apanhar os pássaros é que, por ficarem êles vivos, pode-se ter nas aldeias, ao alcance da mão, uma reserva de carne fresca, pela qual se quebra a monotonia das outras, conservadas pelo conhecido processo do "moquem".

Há certos animais que os Caingangue não comem, por exemplo: a onça e, o que é mais admirável, o veado. Quanto à onça, explicam que sentem repugnância em comer essa carne por ser ela muitas vêzes formada à custa das de algum índio ; quanto à do veado, porém, ainda não deram uma explicação que justifique tão inesperada abstinência.

SciELO

Troca de caças — Um uso bastante singular e que se está perdendo ràpidamente, sob a influência do que êles observam entre os civilizados, é o do caçador nunca se utilizar da caça abatida por suas próprias mãos ; animal que um mata outros o comem, e nisto não há pròpriamente permuta, porque o índio entrega o fruto de suas fadigas venatórias ao primeiro companheiro que encontra e vai receber de outro o que há de servir para a sua alimentação.

Xirimbabos — Acontece muitas vêzes apanharem êles filhotes de pássaros, de anta, macaco, etc., os quais são entregues às mulheres, que os criam com infinitos cuidados e muita paciência.

Êsses animais, quando vingam, são tratados com mimos ilimitados por tôda a aldeia e o Caingangue se encheria de horror por quem matasse e comesse algum dêles. Isto seria aos seus olhos alguma coisa parecida com um ato de canibalismo ; por tal motivo, nos primeiros tempos da pacificação, os indios censuravam-nos pelo destino que nos viam dar às nossas aves domésticas, e foram precisos alguns meses para animarem-se a provar a carne de galinha, da qual, aliás, já se tornaram apreciadores, com um entusiasmo que nos parece agora excessivo.

Péssimos pescadores — Apaixonados pelo peixe, os Caingangue são, no entanto, péssimos pescadores, se é que êste nome se pode dar a quem não emprega outros recursos senão o de esgotar algumas lagoas formadas pelas enchentes e depois pegar à mão os pescados nelas existentes ou esperà-los nas épocas de desova, em saltos e corredeiras, e apanhar os que, errando o pulo, caem em sêco, ou finalmente matando a flecha algum que aparece pelas margens do rio.

Carnes só bem cozidas - Em todos os casos os Caingangue só se alimentam de carnes muito bem cozidas, chegando mesmo a sua exigência sôbre este ponto tão longe que, nas mesas, recusam os bifes de que nos servimos, por achá-los crus. Para prepararem os seus "moquens", usam, além dos processos geralmente empregados nos sertões, abrir no chão uma cova que aquecem fortemente com brasas e lenha; depois, chegado o calor ao gráu desejado, retiram todo o combustível e colocam alí a carne a assar, préviamente envolvida em folhas verdes; feito isto, estivam a abertura da cova e cobrem tudo com uma espêssa camada de terra. A cocção dura quase um dia inteiro, mas em compensação dá às carnes um sabor muito mais agradável do que o obtido pelos outros meios.

SciELO

Apanha de frutos etc. — Não só de caça vivem os Caingangue, pois a floresta fornece-lhes também grande variedade de frutos e côcos ; entre os primeiros citaremos as saborosas jaboticabas, as pitangas, os "gragoatás", os ananazes e muitos outros que seria fastidioso nomear. Utilizam-se igualmente do palmito, que comem cru ou guisado com carne ou com *"fenhui"*, nome êste que serve para designar as larvas de certo coleóptero, que se desenvolvem nos troncos derrubados de uma determinada espécie de palmeira.

Desta larva, que também comem crua, são os Caingangue tão grandes apreciadores quanto entre nós os cavalheiros e damas de delicado paladar o são das ostras, cruas ou preparadas, e dos caramujos vindos de França.

Roças — Além do que lhes dão as suas belíssimas florestas, têm os Caingangue os recursos que retiram de suas roças, onde cultivam abóboras — *perrô ;* uma fava branca, a que chamam *rangró ;* e o milho — *inhere*, das variedades, roxa, branca e grená, originais do Brasil, as quais, talvez por isto, parecem condenadas a desaparecer, substituídas pelo grão turco, que é o que se planta em nossas lavouras.

O milho ocupa, na alimentação dêsses índios, um lugar tão preponderante quanto o representado pelo trigo na das populações do velho mundo.

Quando verde, êles o comem assado, cozido ou em broas ; as canas fornecem-lhes o seu caldo açucarado, parecido com o da extremidade superior das nossas canas de açúcar. Depois de maduro, comem-no assado ao borralho, ou reduzido a farinha ou em forma de pães — *iamin* — cujo único inconveniente, ao menos para o nosso paladar, é ter um sabor picante, que lhe vem do fato de pôrem o milho mergulhado em água corrente, durante alguns dias, até alcançar a certo grau de azedume.

O kiki — Pôsto a fermentar, em grandes vasos de barro — *coeron-bang*, ou em cochos escavados em troncos de jaracatia, de mistura com mel, o milho fornece ainda o *kiki*, bebida de gosto agradável, levemente alcolizada, da qual só se faz uso nos dias de festa.

AS CASAS DOS CAINGANGUE

Os Caingangue constroem suas casas, segundo dois tipos : o primeiro de uma só água, o segundo de duas. Sôbre varas fincadas no chão com uma inclinação de 45 graus, mais ou menos, e

apoiadas no seu terço inferior sôbre uma viga horizontal, amarram-se outras, também horizontais, com cipó, destinadas a representarem o papel de ripas, e nelas se fixam fôlhas de coqueiro ; tem-se assim uma casa do primeiro tipo, a qual fica completamente desabrigada pela frente e pelos flancos.

O outro tipo constroe-se fechando a frente do anterior, por uma outra coberta feita segundo o mesmo processo ; uma dessas duas cobertas, porém, excede superiormente à outra, afim de obviar ao inconveniente da construção não possuir cumieira ; os flancos ficam geralmente abertos, mas às vêzes coloca-se em um dêles uma terceira tapagem.

Sob a influência do que observam no nosso acampamento, já começaram êles a modificar as suas construções, adotando esteios e cumieiras ; mas as paredes ainda continuam a ser supridas pelo prolongamento das coberturas até ao solo.

Em viagens ou expedições, para caçadas ou outros fins, os Caingangue nunca pernoitam sem antes construirem alguns abrigos ràpidamente feitos, segundo o primeiro tipo.

Quando, porém, um homem viaja sòzinho, o que raramente acontece, passa as noites no alto de algum coqueiro, cujas fôlhas enrodilha e entrelaça com tanta arte, que aí consegue, segundo afirmam, dormir com tôda a tranqüilidade e segurança.

Para êste mister escolhem os coqueiros e não árvores, porque alí têm certeza de não serem surpreendidos e devorados pelas onças.

No interior dos ranchos, os Caingangue fazem as suas camas sôbre o chão, forrado com fôlhas de coqueiro, e enquanto dormem, têm os pés aquecidos por uma pequena fogueira e o resto do corpo envolvido nos panos a que dão nome de *curu-cuchá*.

O fogo — Até a data da pacificação, êles só conheciam um meio de fazer fogo : era rolando entre as palmas das mãos uma vareta de madeira rija, cuja extremidade inferior aplicava-se sempre no mesmo ponto de um pedaço, bem sêco, do pedúnculo de um cacho de côco ; o movimento de rotação alternativa, assim impresso à vareta, produzia na parte friccionada um pó tenuíssimo, o qual acabava inflamando-se, depois de um extrenuo trabalho, que se podia prolongar por muitas horas e que nem sempre dava o resultado desejado.

SciELO

N.º 14 — *Grupo formado, poucos dias após a pacificação, no Acampamento do Ribeirão dos Patos. Da esquerda para a direita do observador vêm-se: José Cândido Teixeira, Manoel Miranda, um médico da E.F.N. do Brasil, Augusto de Azevedo, Julio Horta Barbosa, (atual desenhista do Serviço de Proteção aos Índios), Luiz Bueno Horta Barbosa e Manoel Silvino Bandeira de Melo.*

UM XIRIMBABO DE SORTE...

N.º 15 bis — *India caingangue amamentando um filhote de porco do mato, enquanto o gareto espera a sua vez.*

N.º 5 — *Tipo comum das palhoças dos índios Caingangue, nas proximidades do Acampamento do Ribeirão dos Patos.*

SciELO

Para evitar a necessidade de repetir amiudadamente essa penosa operação, que competia aos homens, aplicavam-se as mulheres em conservar o fogo obtido, alimentando para isso incessantemente as fogueiras domésticas.

Quando saíam para caçadas ou expedições, levavam consigo um tição aceso e protegido com tal arte, que não havia receio de se extinguir fàcilmente.

A paciência e aplicação dos Caingangue aos trabalhos exigidos para a provisão das coisas necessárias à sua vida, manifestavam-se não só na produção do fogo, como também em muitas outras ocasiões.

Manufaturas — Assim, por exemplo, a confecção dos utensílios de uso corrente, como as pinças de madeira, para apanhar no borralho as brôas e os grãos de milho torrado; os balaios de vários feitios e tamanhos, tecidos com taquarinha; os pilões abertos a fogo lento, em cepos de madeira, dirigindo-se a combustão de tal sorte que, depois de prontos, se julgariam feitos com auxílio de nossas ferramentas, manejadas por mão de perito carapina.

Cerâmica — O mesmo se deve dizer da fabricação dos vasos de barro, de côr prêta, e obedecendo à forma geral de um paraboláide de revolução, forma que parecia não dever ter sido a preferida, pela aparente dificuldade que há em os manter de pé.

Êstes vasos distinguem-se em duas categorias que se diferenciam pelos formatos das bordas: — os chamados *"cocron"*, que servem de panelas e chegam às vêzes, a ter capacidade de perto de 25 litros, e os *"petkê"*, que são os pratos dos Caingangue. Ninguém pode imaginar o que custa às índias, que são as artífices dêsses *"cocrons"* e *"petkês"*, bem como dos pilões, de paciência e de habilidade, a fabricação de tais vasos, que elas fazem sem o auxílio de nenhum instrumento, amoldando o barro só com as mãos e os dedos; também não é menos admirável a resignação com que essas mulheres, muitas vêzes, vêm o seu trabalho inteiramente perdido, quando, na operação final do cozimento, o barro, sob a ação do fogo, estala e fragmenta-se.

Tecelagem — Que dizer, então, da perícia revelada por essas mesmas mulheres, na preparação de fios de fibra de gragoatá e na urdidura dos tecidos com que confeccionam as tangas e os *"curu-cuchá"*, panos de agasalho contra o frio, sabendo-se que todo êsse trabalho é feito a mãos absolutamente livres, sem o auxílio, sequer, de um dispositivo que permita ter os fios destendios?

SciELO

No entanto, os Caingangue conseguem assim não só manufaturar panos muito bem tecidos, como, além disso, fazê-los, pela inserção de fios tingidos de vermelho e negro, com desenhos de figuras geométricas bem traçadas.

Colares — Dentre os artefactos usados por êstes índios, citarei os colares, feitos, uns com as sementes de côr prêta de certo vegetal, furadas e enfiadas num cordel de fibra de gragoatá; outros, com os incisivos de macacos, entremeados com presas e garras de onça e de outros animais.

Todos êsses dentes eram antigamente encastoados em um tecido; agora, porém, são perfurados com auxílio de agulhas e depois enfiados numa linha.

Tangas, cintas e cordões — As mulheres cobrem-se com tangas, que lhes envolvem inteiramente tôda a parte inferior do tronco e descem até aos joelhos.

As moças, além da tanga, trazem uma cinta larga, de casca de cipó imbé, fechada em círculo e cozidas às extremidades; de sorte que, para a usar é preciso a pessoa erguer os braços e juntar as mãos, enquanto uma ajudante a enfia, de cima para baixo, até chegar ao lugar desejado.

Os homens andavam inteiramente nus, e desde meninos traziam à cintura um cordão que a cingia em numerosas voltas: não conseguiram ainda os empregados da Inspetoria descobrir a significação dêsse cordão, cuja utilidade é evidentemente nenhuma.

Armas — Quanto ao armamento, usam os Caingangue arcos de dimensões e fôrças proporcionadas ao emprêgo a que se destinam; assim, os de guerra, também utilizados contra as onças e antas, regulam ter dois metros de comprimento e são tão grossos que a mão mal os pode abarcar; os destinados a matar macacos e outros animais de menor porte são muitíssimo mais leves, mais curtos e finos.

As flechas, cujo comprimento deve exceder, segundo medidas fixas, a altura da pessoa que a fabrica e utiliza, compõem-se de três partes: a ponta, o corpo — que é uma vareta de madeira — e o cabo, portador das penas, feito de taquarinha.

Para as caças miudas emprega-se a ponta feita de uma lasca de tíbia de macaco; na guerra, e contra animais corpulentos, a choupa de ferro. As flechas para passarinhar são muito mais curtas que as outras e dotadas de quatro pontas de madeira, diver-

SciELO

N.º 6 — *Índia tecendo um* curo-cuchá, *coberta usual entre os caingangues.*

SciELO

gentes e lisas ; ou, senão, de um batoque rombudo, cujo efeito é derrubar o pássaro sem o ferir, só atordoado pela pancada. As penas empregadas para dirigir o vôo das flechas são tiradas das asas de urubus e araras.

Os Caingangue como a maioria dos índios brasileiros, não envenenam as pontas de suas flechas.

Enfeites de penas — Para terminar esta enumeração de artefactos caingangues, ainda citarei os enfeites de penas, usados pelas crianças, enfeites de que temos conhecimento só pelas referências que dêles nos fazem os índios ; e de um brinquedo chamado *"nandire"*, formado de um disco de barro atravessado normalmente por uma haste finíssima de madeira ; fazendo-se rolar a parte superior dessa haste entre as palmas das mãos imprimi-se ao *"nandire"* um movimento de rotação que o faz funcionar como as nossas piorras.

Festas, cantos e danças — Em certas ocasiões os Caingangue reunem-se para as festas, a que chamam *"kiki-coia"*, isto é, "o *kiki* que está para ser comido", as quais consistem em cantos e danças realizados em tôrno de monumental fogueira, e duram dias e noites seguidas até se esgotar a provisão da bebida, prèviamente preparada em quantidade enorme. Destas festas, a principal ou a mais sensacional é a que se realiza por ocasião do milho verde, quando se declara a maioridade dos rapazes ou a sua capacidade para contrairem casamento, e as mulheres que enviuvaram no correr do ano são desobrigadas dos últimos deveres que ainda as ligava aos seus defuntos maridos e postas em condições de convolarem a novas núpcias.

Mas tôdas as festas começam, invariàvelmente, pela ida dos homens e rapazes já declarados maiores ao cemitério da aldeia, para refazerem o monte de terra que corôa as sepulturas ; nesta parte, que se faz, como tôdas as outras, entre cantos e com movimentos ritímicos, não pode figurar mulher alguma, nem menores.

Regressando à aldeia os homens, começa em tôrno da fogueira a dança, na qual tomam parte os indivíduos de todos os sexos e idades, com as sobrancelhas raspadas e os corpos salpicados de pintas negras, feitas de pó de carvão misturado com leite de certo cipó, nuns indivíduos, redondas, noutros alongadas, conforme pertençam ao grupo *camen* ou *canhurucren*.

Os homens dançavam antigamente empunhando os seus arcos ou ramos de árvores ; agora, porém, preferem apresentar-se com

SciELO

os machados e foices, que lhes dá o Govêrno Federal por intermédio da Inspetoria de S. Paulo.

No *kiki-coia* só é fixa a melopéia, segundo a qual se deve dizer tudo o que no momento interessa, e a regra de ninguém beber o líquido que tira com as próprias mãos do cocho ou dos *cocrons;* tudo mais varia, segundo a ocasião da festa e segundo o personagem que canta. Um índio, tendo enchido de *kiki* o seu *petkê* ou caneca, entrega-a a outro, que pode ser homem ou mulher; êste recebendo-o, bebe de um só trago o líquido nêle contido e para ali ficam os dois frente a frente, balançando os corpos, a cantar o que se têm a dizer.

E' assim que se rememoram e se liquidam passados dissídios: relatam-se peripécias de viagens, de excursões e de caçadas; ensinam os pais aos filhos a história e as tradições da nação e, sobretudo, rememoram-se as lutas com as *fógs* — estranhos ou inimigos de outras raças, assentando-se então o plano de desforras terríveis e vingativas.

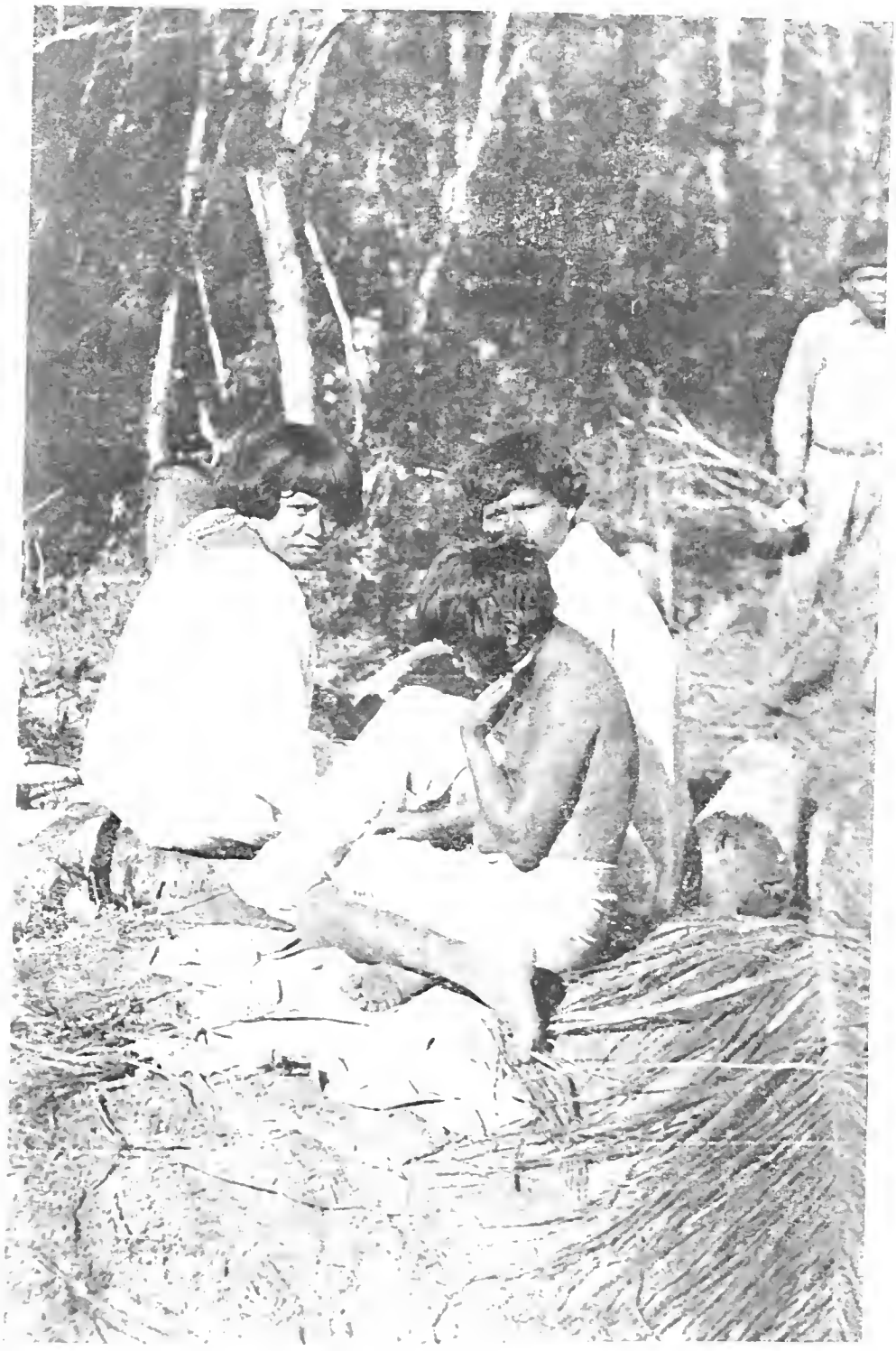
O *kiki,* que se obtem não só pela fermentação do milho misturado com mel. como já foi dito, mas também de igual infusão de flores de coqueiro, retiradas de espatas ainda verdes, é bebido em tão grande quantidade que alguns indivíduos ficam embriagados; então dizem os outros que êstes *morreram-terê,* e para lhes restituir a vida empregam os cantos e as cerimônias usadas quando ocorre uma morte qualquer.

O único instrumento de que se acompanham nos seus cantos é o maracá, tangido pelo *rekakê* da aldeia em que se realiza a festa o qual fica de parte, zelando pela boa ordem de tudo e servindo de mestre de cerimônia.

O culto aos mortos — Tôdas as observações que pudemos fazer dos usos e instituições dos Caingangue, principalmente nas ocasiões decisivas dos *kiki-coia,* conduziram-se à conclusão de que êles só têm um culto: o dos mortos; que, por ora, só há entre êles um princípio de adoração — a do fogo, do qual o *rekakê,* no decurso da festa, aproxima-se várias vêzes, para, de cócoras e sempre tangendo o maracá, dirigir-lhe alguma palavra em tom cantado.

Os astros — Fora disso só pudemos descobrir um começo da atenção e do interêsse pelo sol e pela lua e nenhum pelos outros astros, que chegam até a ser confundidos numa designação comum dada pela palavra *crin.* Quanto ao trovão, não exerce sôbre êles nenhuma impressão de medo e muito menos de respeito, porque o

SciELO



N.º 6 bis — Grupo de indias, vendo-se uma mulher ainda com a sua indumentária usual e outra com o camisolão branco que lhes era fornecido logo que chegavam ao Acampamento.

SciELO

consideram como um fenômeno corriqueiro, como seja o rolar da água, a esforçar-se em romper as nuvens e cair em chuva. E quando perguntados sôbre a opinião que formam de outros fenômenos, que nos parecem próprios para fascinar qualquer imaginação e arrastá-la a criar hipóteses, êles se limitam a responder com a exclamação — *ma!*, com a qual significam que se trata de coisa que não sabem e não lhes interessa saber.

Nem feiticeiros, nem médicos — Entre êles não se encontram feiticeiros, médicos ou qualquer outra forma do equivalente ao *pagé guaraní* ou ao *bári borôro*. Os doentes são tratados pelos seus parentes mais próximos, os filhos pelas respectivas mães, o marido pela mulher, etc., e o tratamento consiste em sangrias na testa e nas fontes, que se picam com pedacinhos de vidro, o substituto atual do silex ; em massagens vigorosas e, às vêzes, violentamente excessivas ; e em atilhos, que apertam fortemente a parte dolorida do corpo.

Onirocricia — Contudo, os Caingangue acreditam que algumas mulheres têm o dom de adivinhar o futuro, vendo claramente durante o sono o que sucederá em projetadas expedições e caçadas. Acreditam mais que êsses sonhos proféticos podem ser provocados, bastando para isto ingerir a *sonhadora*, um pó tenuíssimo, que se obtém pilando folhas de certo vegetal. Mas conquanto os homens não se dispensem de consultar êsses oráculos na vespera de iniciarem novas empresas, contudo não desistem de as levar por diante, ainda que a resposta lhes seja desfavorável ; é evidente, porém, que neste caso a ação se ressente da falta de firmeza e de pertinácia, necessárias para garantir-lhes o bom êxito.

Ainda a essas mulheres atribuem os índios a fôrça de poderem sustar e desfazer as tempestades e aguaceiros que se estão formando, por meio de sopros que elas, com os dedos em pinha, figuram tirar da bôca e jogar contra as nuvens.

Para terminar esta exposição sôbre os costumes e instituições dos Caingangue paulistas, falta-nos ainda considerar o modo porque êles fazem a guerra.

TÁTICAS E ESTRATÉGIAS

Em primeiro lugar, é preciso saber-se que em todos os empreendimentos coletivos, devem figurar indivíduos dos dois grupos a que já me referi, o *Camen* e o *Canherucren* ; a um pertence iniciar a ação, ao outro prosseguí-la até ao desfecho final.

SciELO

Dada esta explicação, vejamos como era um combate entre dois partidos caingangues. Estando os guerreiros armados com os *"cá"*, enormes e pesados porretes de madeira fortíssima, avançavam, de um lado e de outro, estendidos em linha, os *Camens* dos dois partidos, soltando gritos e insultando-se mutuamente, dando pancadas no chão ou nas árvores, tudo com o fito de atemorizarem os contrários e incentivar a própria coragem; enquanto isso, os *Canherucrens* ficavam em outra linha, à retaguarda, brandindo os *"cás"* e juntando seus gritos aos dos da vanguarda.

Num dado momento, chegada a exaltação ao auge, começava o recontro, e os combatentes, ora defendendo-se, ora atacando, a manejarem os porretes em paradas parecidas com as do conhecido "jogo do páu", trocavam-se pancadas terríveis que, se colhiam a cabeça do adversário, estendiam-no morto no chão; se a uma perna ou braço, quebravam-no. Nisto os *Camens* iam se retirando para a retaguarda e sendo substituídos pelos *Canherucrens;* a pugna tornava-se então mais encarniçada, referviam os golpes tremendos, aumentava o clamor das vozes e o solo se ia juncando de mortos e de estropiados.

Como se vê, em suas lutas intestinas, os Caingangue não faziam uso do arco e das flechas; o pau, o temido "Guaratan" dos civilizados do Noroeste e de Campos-Novos do Paranapanema, era nesses casos a única arma empregada.

Nos assaltos, porém, contra os *"Fogs"*, isto é, contra os índios Oti de Campos-Novos, os Ofaé de Mato-Grosso, ribeirinhos do Paraná e os civilizados, as armas de tiro figuravam, mas, ainda assim, só no começo da ação, para aterrorizar, desorganizar e provocar a debandada do inimigo; uma vez isto alcançado, o Caingangue abandonava o seu arco e empunhando o predileto "Guaratan", saía correndo atrás do fugitivo, alcançava-o e, com uma só pancada na cabeça, arrancava-lhe a vida.

Outra diferença entre as lutas intestinas e as exteriores, era que nestas êles não faziam preceder o recontro de clamor de insultos, como usavam naquelas; mas, ao contrário, no meio do maior silêncio, no máximo do imprevisto, faziam cair sôbre os assaltados a primeira nuvem de flechas. O efeito dêsse ataque subtâneo, quase misterioso, era fulminante e, para agravá-lo, levantava-se então no seio da floresta a gritaria enorme; os homens já apavorados não podiam mais refletir nem se lembrar das armas que tinham! Os que conseguiam escapar vinham depois contar que naquele assalto ti-

SciELO

N.º 7 — Monte de terra cobrindo a sepultura de índio Caingangue.

SciELO